

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA
NATALIA PENITENTE ANDRADE

**O Português e as *outras* línguas: um estudo das imagens das línguas em textos
acadêmicos produzidos no Brasil e em Portugal**
(versão corrigida)

São Paulo

2021

NATALIA PENITENTE ANDRADE

O Português e as *outras* línguas: um estudo das imagens das línguas em textos acadêmicos produzidos no Brasil e em Portugal

(versão corrigida)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português

Orientador: Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

ANDRADE, Natalia Penitente

O Português e as *outras* línguas: um estudo das imagens das línguas em textos acadêmicos produzidos no Brasil e em Portugal / Natalia Penitente Andrade; orientador Valdir Heitor Barzotto. – São Paulo, 2021.

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Análise do Discurso.
2. Imagens de Língua(s).
3. Língua portuguesa.
4. Textos acadêmicos. I. Título. II. Barzotto, Valdir Heitor.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Natalia Penitente Andrade****Data da defesa: 10/12/2021****Nome do Prof. (a) orientador (a): Valdir Heitor Barzotto**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/03/2022


Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

ANDRADE, Natalia Penitente. **O Português e as outras línguas: um estudo das imagens das línguas em textos acadêmicos produzidos no Brasil e em Portugal.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre no Programa de Filologia e Língua Portuguesa.

Aprovada em 10, de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto (orientador) Instituição: Faculdade de Educação
Julgamento: aprovada Assinatura: _____

Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago
Almeida Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas Assinatura: _____
Julgamento: aprovada

Prof. Dr. Jean Léo Léonard Instituição: Université Paul-Valéry-Montpellier
Julgamento: aprovada Assinatura: _____

Prof. Dr. Milan Puh Instituição: Faculdade de Educação
Julgamento: aprovada Assinatura: _____

À Eliana Sausmickt, que me incentivou a atravessar as pedras no meio do caminho.

AGRADECIMENTOS

*“[...]Onde quer que eu vá
Tenho uma palavra amiga pra me acompanhar
Como eu sou feliz!
Toda essa felicidade agradeço a você(s) - você(s)!”
Benito Di Paula*

À minha família.

À Neide por me acolher em São Paulo.

A Aline Maria Nascimento e ao Décio Bessa pelas orientações no processo de Iniciação Científica (IC) financiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A Adriana Batista pelas orientações, incentivo à pesquisa na universidade, desde a graduação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa.

Ao Grupo de Estudos de Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise (GEPPEP) pelas discussões quinzenais que contribuíram para reflexões e discussões teóricas durante o processo da escrita da pesquisa.

Ao professor Paulo Roberto Gonçalves Segundo, e as colegas Gabriel Isola-Lanzoni e Winola Weiss Pires Cunha por terem me ajudado no meu envolvimento no Programa de Filologia e Língua Portuguesa, bem como na organização do Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP (EPED).

Ao Álvaro Magalhães Pereira da Silva pela parceria na representação discente do Programa de Filologia e Língua Portuguesa (FLP) e nas Comissões Estatuárias da USP.

Ao meu orientador, prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto, não apenas no que se refere à pesquisa, mas por uma atuação pautada no significado do trabalho na Universidade pública e no ensino

da Língua Portuguesa; também por incentivar e promover uma integração com pesquisadores do grupo e de universidades estrangeiras. O seu comprometimento acadêmico inspira e me motiva;

Aos professores Dr. Milan Puh e prof. Dr. Jean Léo Leornad pelas contribuições e orientações apresentada no exame de qualificação.

La Linguistique est par excellence une science ouverte (BERNARD
POTTIER, 1978, p. 01.

RESUMO

Resumo: Nesta pesquisa tivemos como objetivo analisar os mecanismos linguísticos e discursivos que contribuem para a construção e sustentação de imagens da língua portuguesa de Angola na produção acadêmica de Brasil e Portugal. Como objetivos específicos: i) discutir as implicações discursivas dos verbos modais; ii) verificar como os pesquisadores se posicionam ao falarem sobre a(s) língua(s); iii) examinar as escolhas lexicais usadas para caracterizar a língua; iv) Analisar a heterogeneidade enunciativa a partir dos discursos presente nos textos. Como aparato teórico utilizamos as concepções centrais sobre formações imaginárias advindas da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1993), bem como as concepções modalizações linguísticas (POTTIER, 1978), sobre heterogeneidade enunciativa de (AUTHIER-REVUZ, 1998). A coleta do material analisado deu-se por meio da busca de textos acadêmicos sobre Língua Portuguesa em Angola, defendidas em Portugal e Brasil. Estabelecemos como período de interesse os últimos vinte anos para a coleta, e recorremos ao banco no *Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI)*, pelo acesso no Portal de Busca Integrada (PBI), encontramos vinte e três trabalhos, quinze teses e dissertações e oito artigos científicos. Selecionamos quatro para análises pesquisas que discorriam sobre a unidade linguística em Angola, também estudos que discutiram o ensino das línguas nacionais e o processo de colonização e todas demarcaram que as línguas nacionais interferem no ensino da língua portuguesa. Como resultados, no que se refere aos textos acadêmicos da universidade portuguesa, em Angola como minoritária e consolida a imposição da Língua Portuguesa, também sustenta uma imagem de língua como mercado; em relação ao texto acadêmico da universidade brasileira, observamos que a posição dos pesquisadores perpassa marca uma polarização pela língua oral e escrita. O discurso posto em movimento sobre a língua portuguesa é circunscrito pela compreensão de que a norma do português e o português brasileiro e angolano são variedade. Notamos uma imagem enunciada da língua portuguesa pelos pesquisadores estar associada às imposições linguísticas do período colonial, também uma imagem de que as línguas nacionais contaminam a língua portuguesa, bem como uma imagem de língua de um multilinguismo encoberto. Podemos verificar que os sujeitos, nos textos analisados, se posicionam frente à língua a constituir uma única língua da ciência e criando imagens de línguas como sistemas estáveis.

Palavras-chave: Imagens de língua; Textos acadêmicos; Língua(s); Angola.

RESUMO (Kinbumdo)

Kubhitulula¹: mu kutokwesa kuku twa keshile ni hanji ya jimekanismu linguístico ni já madiskulusu jikwatekesa phala kutunga ni kukwatekesa o izuzumbya ya dimi dya Phutu mwa Ngola mu kulonga mu jikademiya ku Brazil ni ku Phutu. Twa mono phangu mu madiskuklusu utu sanga mu mikanda yá jikademiya kwa longenshi, kyoso kya jitanga ni kya zwela, jitená kukwatekesa mu kulungulula o ilunji ya dimi ni ukeshilu wa yo bhu kashi ka yo akwa dimi dya . Twa mono kuma o ikalakalu ya kwijiya mu shikola ya katunda, nange ene mu itula bhu kashi ka Produtora, ya kutokwesa a ijiya kala kididi ki kya tokala muthu (lugar neutro) bhwene kabhange bho jipolitika já mazwi já lungu ni mazwi. Tutena kumona yo azwela, um mikanda i twa tonginina kya, já twama kupholo dya dimi phala kukala dimi dimoshi ngo dya kulonga ni kulondekesa izunzumbya kala ima ya yuka. O aparato teórico yala ni mawukeshilu ala bhu kashi (conceções centrais) ya lungu ni ima ya kushinganeka ni kwanjuwa o kutokwesa o madiskulusu (PÊCHEVX, 1993), kala o mawukeshilu modernizações linguísticas (POTTIER, 1987), ya lungu ni ukeshillu umoshi (heterogeneidade enunciativa) (AUTHIER-REVUZ, 1998). O ima yoso itwa bhongolola twa ibhange bhu kashi ka kusota o mikanda yá shikola jalungu ni dimi dya Phtu ni ishi ya Brazil twa shindi phala kubhongolola (coleta) yoso ya soneka mu makwinyi ayadi ya mivu ya sukina, twayi mu banco um Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), bhu kashi ka Portal de Busca Integrada (BPI), twa sange mu makwinyi ayadi ni katatu ka ikalakaklu, kwinyi ni tanu (teses e dissertações) ni nake dya artigos científicos. Twa solo o ikalakalu iwana phala kutokwesa ya lungu ni ukeshilu umoshi wa kuzwela ni kusoneka mwa Ngola, ku mbadu ya mukwa twa tokwesa we o ikalakalu ya lungu ni ulongelu wa mazwi a uvwalukilu ni ukeshilu wa kaphutu , mu kiki, enyoso aditunu kushikina kwila o mazwi a uvwalukilu ene mu tandanganyesa o kulonga o dimi dya phutu, yoso itwa sange, ya lungu ni ulongelu mu shikola ya katunda ya dimi dya phutu twa mono kuma o muzwedi (comunicador) mwene utolola bhu kashi ka diskulusu dya bhanga, mwene we ukwatekesa o izuzumbya ya dimii ene mwa zwela mwa Ngola kwa yo azwela o mazwi matolo na bhana ufolo ku dimi dya phutu, mwene we ukolesa o izunzumbyaa ya dimi kala bhu kitanda; Ya lungu ni usonekeni wa jishikola já katunda mu ishi ya Brazil, twa sange kuma o yo ene mutokwesa ene mu bhanga (uma polarização) ya dimi kikale mu kuzwela mba mu kusneka. O diskulusu kyoso kya mu dibhanga mu dimi dya phutu a dimona kala kyoso kya fwama mu kijila kya phutu kya Brazil ni kya Ngola kala mazwi atundu ku dimi dya phutu. Twa mono we kuma o izwelelu wa dimi dya phutu a uzange kwa yo akwa kutokwesa wa lungu we ni kijidiku kya kaphutu kyoso kya keshile mu tumina o jishi jiji ja muzwela o dimi didi, twamono we kuma o mazwi a uvwalukilu a jishi jiji a sambukisa we o ifwa ya ku dimi dya phutu, ku mbandu ya mukwa abheka o uzwelelu a wishana kala Pluringuismo yo sweke.

Maba-makatunda-izuzumbya ya dimi; mikanda ya jikademiya; dimi(madimi); Ngola.

¹ Tradução extraída de: MAIA, Silva António. A United Standard Orthography For Namibian Bantu Languages. Oshiwambo, Otjherero, Rukwangali, Rumanyo, Siloziani Thibukushu. The Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS), First Published, 2008;

ABSTRACT

Abstract: In this research, we aimed to analyze the linguistic and discursive mechanisms that contribute to the construction and support of images of the Portuguese language of Angola in the academic production of Brazil and Portugal. As specific objectives: i) to discuss the discursive implications of modal verbs; ii) verify how the researchers position themselves when talking about the language(s); iii) examine the lexical choices used to characterize the language; iv) to analyze the enunciative heterogeneity from the discourses present in the texts. Starting from the following research question: which language images are enunciated in academic texts about the Portuguese language in Angola? As a theoretical apparatus, we used the central conceptions about imaginary formations arising from Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1993), as well as the linguistic modalizations conceptions (POTTIER, 1978), about enunciative heterogeneity (AUTHIER-REVUZ, 1998). The collection of the analyzed material took place through the search of academic texts on the Portuguese Language in Angola, defended in Portugal and Brazil. We established as a period of interest the last twenty years for the collection, and we resorted to the database in the Integrated System of Libraries of the University of São Paulo (SIBI), by accessing the Integrated Search Portal (PBI), we found twenty-three works, fifteen theses, and dissertations and eight scientific articles. We selected four pieces of research that discussed the linguistic unit in Angola for analysis, as well as studies that discussed the teaching of national languages and the colonization process, and all of them demarcated that national languages interfere in the teaching of the Portuguese language. As a result, concerning the academic texts of the Portuguese university, in Angola as a minority and consolidates the imposition of the Portuguese language, it also sustains an image of language as a market; about the academic text of the Brazilian university, we observed that the position of the researchers permeates a polarization by the oral and written language. The discourse set in motion about the Portuguese language is circumscribed by the understanding that the norm of Portuguese and Brazilian and Angolan Portuguese are a variety. We noticed an image of the Portuguese language expressed by the researchers to be associated with the linguistic impositions of the colonial period, also an image that the national languages contaminate the Portuguese language, as well as an image of a language of hidden multilingualism. We can verify that the subjects, in the analyzed texts, position themselves in front of the language to constitute a single language of science and create images of languages as stable systems.

Keywords: Images of tongue; Academic texts; Language(s); Angola.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: ENTRE AS LÍNGUAS NACIONAIS, AINDA O PORTUGUÊS.....	17
2.1 Dois estatutos: Uma defesa de unidade linguística	21
3 CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	31
4. ASPECTOS METODOLOGICOS.....	42
4.1 Representatividade do <i>corpus</i>: uma breve exposição	43
4.2 Delimitação e descrição <i>corpus</i>	45
4.3 A crítica textual e o paradigma indiciário como métodos.....	49
5 ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DOS TEXTOS ACADÊMICOS: BRASIL E PORTUGAL.....	51
5.1 A norma da língua e suas variantes	51
5.2 Imagens de um plurilinguismo encoberto	60
5.3 Imagens de um <i>status</i> da língua	69
5.4 Língua como mercado linguístico: Imagens de língua quando os textos acadêmicos se referem ao ensino.....	79
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
10 REVISÃO SISTÊMICA.....	92
REFERÊNCIA	95

1 INTRODUÇÃO

Discutir as imagens de língua que são enunciadas em países que foram ex-colônias, como é o caso de Angola e do Brasil, envolve tematizar as questões linguísticas envolvidas no processo de colonização. Consideramos que a colonização se configura como espaço-tempo, que pode ter fortalecido uma formação discursiva que contribuiu para criar um imaginário de línguas calcadas no preconceito linguístico ou de exclusão.

Acentuamos que os fatores históricos e culturais que unem Angola e Brasil manifestam-se em diferentes esferas sociais que marcam a identidade dos cidadãos e das cidadãs. Há, em comum, entre esses países, desde questões históricas do processo de colonização, como a língua oficial: a língua portuguesa, imposta pelos colonizadores, mantêm laços dos processos de colonização.

Nesse contexto, em primeiro lugar, destacamos que as proposições desta pesquisa partem das observações e reflexões após colaborar ministrando um curso de curta duração no *Seminário de formação de professores Brasil-Angola*, que acontece, anualmente, no Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza Sul (ISCED), na cidade de Sumbe, capital da província do Kuanza Sul, em Angola.

Durante o seminário, notamos que a atitude linguística dos alunos frente à Língua Portuguesa e às Línguas locais estava intimamente atrelada a marcas políticas, sociais e históricas do processo de colonização. Citamos como exemplo o fato dos alunos angolanos referirem-se às línguas nacionais nomeando-as como dialetos, bem como o fato das escolas, com as quais tivemos contato, não trabalharem o ensino das línguas nacionais. Observamos que essa questão pode estar atrelada à manutenção ideológica do discurso de uma política de minorização das línguas africanas, presente desde o período colonial.

Em segundo lugar, é importante frisar que este trabalho integra um escopo maior, do projeto de pesquisa intitulado *Imagens de língua: sujeito, deslocamento, conhecimento e tempo*, do qual participamos orientado pelo professor Dr. Valdir Heitor Barzotto (USP) e por colaboradores de outros países, nomeadamente: Angola, Colômbia, Itália, Croácia, Argentina e França. O objetivo do projeto envolve coletar dados desses países, tencionando, em um primeiro momento, compreender como as imagens de língua se constituem e circulam em seus contextos particulares, assim como pensar em políticas linguísticas; em um segundo momento, a observá-las em conjunto, procurando seus pontos de intersecção e distanciamento; e, por fim, teorizar sobre o objeto de estudo. Neste contexto, pretendemos contribuir com a revisão de alguns

posicionamentos sobre as línguas dos países mencionados.

Portanto, o envolvimento com esses projetos contribuiu para a elaboração desta pesquisa, ao nos dar a possibilidade de aprender sobre o Brasil a partir do contato com a cultura diferente. A experiência em Kuanza Sul, no intercâmbio, tem reverberado nas práticas educacionais e de análise das imagens de língua, em diferentes níveis, nos dois países. Pensamos o conhecimento adquirido a partir do contato com uma cultura diferente, ou, de modo mais específico, sobre o que foi possível aprender acerca do próprio Brasil. A experiência em Kuanza Sul, no processo de intercâmbio, tem contribuído com a atuação de compartilhar conhecimentos, experiências. As reflexões que partiram desse seminário puderam contribuir com potencial de reverberar nas práticas educacionais e de analisar as imagens de língua em diferentes níveis nos dois países.

No contexto dessa atividade de internacionalização, partimos dos pressupostos de Schlieben-Lange (1985) em seu livro *História do Falar e História da Linguística*²² acerca da necessidade de constatar que existe uma tensão entre a incorporação do discurso oficial público da língua e o saber comunitário sobre a língua (SCHLIEBEN-LANGE, 1993). A autora distingue a existência de duas enunciações: 1) quando um membro da comunidade de fala se manifesta sobre sua língua ou a respeito das línguas ou formas linguística, têm-se o falar e o saber sobre a língua; 2) quando a instância governamental regulamenta um modo de dizer com juízo de valor, têm-se o discurso público sobre a língua. Compreendemos que, no momento em que o sujeito argumenta sobre a língua, não se cria apenas um discurso sobre a língua, mas também uma imagem. Considerando os discursos e a posição do sujeito, também se constrói uma política linguística, mas não iremos nos deter nesse efeito político que se constrói, a priori. Deteremo-nos nas imagens que os sujeitos enunciam sobre a língua.

Um exemplo desse segundo aspecto foi constatado em nossas análises do discurso público do Estatuto dos Indígenas portugueses das províncias de Angola (vigente de 1926 a 1961), que considera o indígena como cidadão português a partir de determinados critérios, sendo um deles, falar bem o português. O Estatuto orientou a vida administrativa, mas também o ensino escolar. Outro exemplo é o Ante-Projecto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais, elaborado pelo Ministério da Cultura, em agosto de 2011, vinculado à República de Angola. Esse documento tem como objetivo “promover a inclusão social e fortalecer a unidade na diversidade, o pluralismo cultural e linguístico” (p. 2).

Observamos que o modo como o documento enuncia, ao afirmar a necessidade de uma valorização das línguas nacionais, colabora em manifestar um reconhecimento e a desvalorização das línguas. Também, a maneira como as escolhas lexicais são mobilizadas e a

naturalização de aspectos sócio históricos refletem como a população se manifesta e reage em relação às línguas nacionais. Os sujeitos, ao falarem de suas línguas, além de se basearem em suas experiências próprias de sujeitos falantes, também incorporam elementos do discurso público.

Entendemos que a construção das formações imaginárias tem relação com o interdiscurso, uma vez que todos os diferentes discursos estabelecem relações com o outro, relações que permitem o estabelecimento de filiações com outros dizeres. Quando um sujeito manifesta uma atitude linguística frente à língua, ele acaba por permitir que determinada filiação discursiva o interpele, possibilitando a construção de um imaginário sobre a língua que atravessa todo o discurso, gerando enunciados calcados em construções imaginárias ditas historicamente e, às vezes, dadas ao que pode e ao que deve ser dito em determinados contextos.

Em nossa pesquisa, percebemos indícios da posição da língua no contexto sócio-histórico em Angola por meio da posição do sujeito frente à produção de textos acadêmicos nos países filiados. Notamos que esta questão pode fazer com que o discurso crie uma série de imagens sobre as línguas. Compreendemos que essa constituição discursiva não emana do sujeito como fonte de seus sentidos, mas, sim, é algo socialmente construído por meio do interdiscurso, conforme conceitua Pêcheux (1997). O "interdiscurso", isto é, o conjunto dos outros processos que intervêm no sujeito para constituí-lo, fornece-lhe seus "pré-construídos" (PÊCHEUX, 1997, p. 230), inscritos em determinada formação discursiva, colocada diante de "diferentes condições históricas e ideológicas de produção" (PÊCHEUX, 1997, p. 233).

Um exemplo desse processo é observado nos discursos oficiais em Angola que disseminam uma tendência ao monolinguismo, que não se sustenta na comunidade angolana. Notamos que mesmo o documento oficial *Anteprojeto sobre os estatutos das línguas nacionais* destacando a existência de várias línguas nacionais, há uma valorização da língua portuguesa, que é a oficial. Entendemos que as construções das imagens de línguas valorizam uma em detrimento de outras línguas, o que remete à implementação de políticas linguísticas e ao conjunto de comunidades que compõem uma nação, como é o caso de Angola.

Verificamos que as escolhas lexicais para designar a língua hegemônica, nos textos acadêmicos que analisamos, se faz presente por meio dos termos: português padrão, língua oficial, norma culta, língua portuguesa formal e língua padrão, sustentando, assim, um imaginário de língua do conhecimento, de ascensão social, presente em toda construção discursiva. Observamos também o papel político e ideológico da língua como instrumento de poder e de exclusão linguística e social, por meio do assentimento do Estado e da Universidade, endossado por parte da população (PRADO, 2016). Nesse sentido, nos parece que o fato de

persistir um conflito entre língua ensinada, língua veiculada em meios de comunicação, e a língua portuguesa efetivamente falada com a manutenção de traços de variedades não padrão indica a criação de uma exclusão linguística.

A tentativa para a disseminação dessa língua padrão, oficial, na escola, é bastante marcada. Notamos, nos textos acadêmicos analisados, que esse discurso é sustentado na existência de um jogo de forças entre as instâncias argumentadoras - o Estado e a Comunidade -, que assujeitam o indivíduo à cultura das instituições sociais e que obrigam o indivíduo a seguir um determinado modelo e a ter uma determinada imagem, que parte de convenções linguísticas, para que ele possa, assim, ocupar um determinado espaço na sociedade.

Dadas essas questões sobre as proposições da pesquisa e dos projetos com os quais nos envolvemos, temos como pergunta de pesquisa: que imagens de língua são enunciadas em textos acadêmicos sobre a língua portuguesa em Angola? O objetivo geral é analisar os mecanismos que contribuem para a construção e para a sustentação de imagens de língua através do exame da produção acadêmica de Angola, do Brasil e de Portugal. Como objetivos específicos, temos: i) analisar as estratégias textuais e discursivas que contribuem para a construção de imagens de língua nos países; ii) examinar as escolhas lexicais usadas para caracterizar a língua; iii) analisar a heterogeneidade enunciativa a partir dos discursos presente nos textos; iv) verificar os mecanismos linguísticos e discursivos que contribuem para a construção e para a sustentação de imagens de língua.

O *corpus* desta pesquisa é composto por textos acadêmicos, e temos como perspectiva, neste trabalho, pesquisar a produção escrita acadêmica, bem como a relação do sujeito com a escrita e com a produção de conhecimento, conforme expõe Barzotto (2013). Os textos acadêmicos podem ser tomados como dados de pesquisa com um papel duplo, de “discurso transmitido” e de “discurso que serve para transmitir” (BAKHTIN, 1988). A intenção é estabelecer distinções, no texto lido, entre o que são as estratégias retóricas usadas pelo autor para construir a importância do que está dizendo e o que é conteúdo propriamente dito. As análises desses textos acadêmicos permitem refletir sobre as posições políticas, ideológicas e de dominação que se estabelecem quando determinados discursos sobre língua são propagados.

Conforme Bourdieu (2002), nos espaços sociais de circulação das ideias, é possível encontrar nacionalismos e imperialismos, bem como preconceitos, ideias prontas e representações sumárias nos espaços acadêmicos. Considerando a circulação de ideias, entendemos que os sujeitos podem propagar determinados discursos e criar imagens que vão moldando a estrutura social. Realçamos que não vamos nos deter a discutir a circulação das ideias nesses espaços, vamos analisar o modo como o pesquisador enuncia a língua portuguesa

falada em Angola.

A composição do *corpus* deste estudo se deu através do levantamento de textos acadêmicos (artigos, dissertações e teses), oriundos do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI), por meio das seguintes palavras-chave: “Angola”, “língua”, “ensino”, “língua portuguesa”. Nesse levantamento, encontramos pesquisas referentes ao ensino de língua portuguesa em Angola, às concepções de linguagem nos livros didáticos utilizados em Angola, à língua portuguesa e seu papel na construção social de Angola, bem como estudos sobre a interferência das línguas nacionais no português, entre outros. Já os trabalhos acadêmicos de Angola serão coletados na Universidade de Kuanza Sul, pois não há sites que disponibilizam o acesso on-line a eles.

Na fundamentação teórica, mobilizamos as concepções centrais sobre formações imaginárias advindas da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1993), bem como as concepções de Authier-Revuz (1998) sobre heterogeneidade enunciativa. Salientamos, desse modo, pois salientamos que os textos acadêmicos percorrem um caráter dialógico (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 16), são marcados por uma dupla determinação: o divulgador, no caso, os pesquisadores, com as palavras dos autores citados e da análise da entrevista, falam para - no lugar do um, científico, e falam para - na intenção do outro, público, o que ocorre também as modalizações linguísticas (POTTIER, 1978).

No capítulo I, analisamos discursivamente dois documentos de Angola, o *Estatuto dos Indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*² e o *Anteprojeto sobre os estatutos das línguas nacionais*, observando a posição que a Língua Portuguesa ocupou frente aos discursos oficiais, tanto da colonização, quanto do período pós-independência, pois à medida que analisávamos os textos acadêmicos observávamos que os pesquisadores enunciavam em defesa desses discursos, uma interdiscursividade frente à produção.

No capítulo II, apresentamos o quadro metodológico da pesquisa e traçamos uma perspectiva de dissociar *atitude linguística* de Schlieben-Lange³ (1993), *representação*⁴ de Moscovici⁵ (2007) e *formações imaginárias* de Pêcheux (1997), a fim de pensarmos sobre o conceito de imagem de língua. No capítulo III, discorremos sobre a perspectiva metodológica

² Disponível em: < <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf> > Acesso em: 02 mar.2020.

³ No capítulo “Normas do falar, da língua e dos textos”, a autora discute imagens de língua, relacionando-as ao nível da consciência linguística.

⁴ Citamos também as discussões de Marin (2009), que definem a representação como constituinte do sujeito, sinalizando que o poder é intrínseco. Entretanto, no decorrer do texto, usa o termo imagem como representação.

⁵ Destacamos que os estudos sobre as atitudes linguísticas ou representações linguísticas têm sua base nos trabalhos sobre representações sociais, especialmente oriundos da Psicologia Social, desenvolvido por Serge Moscovici. Para ele, um dos objetos de estudo na área da Psicologia Social são os papéis que as crenças, os estereótipos, os preconceitos e as identidades exercem nas formas do sujeito propagar acerca da língua.

do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989, p. 152), sobre a organização e sobre a seleção dos *corpora*. No último capítulo, realizamos as análises dos textos acadêmicos selecionados, mobilizando outras perspectivas teóricas que colaboraram em refletir sobre a posição que o sujeito marca em relação à língua, em que se faz presente um discurso, que delinea uma imagem de língua.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: ENTRE AS LÍNGUAS NACIONAIS, AINDA O PORTUGUÊS

No decorrer das análises dos textos acadêmicos que versam sobre a Língua Portuguesa em Angola, nosso objeto de estudo, fez-se necessário discorrer sobre o processo da colonização. Fanon (2008), ao expor sobre o colonialismo, reitera que esse pode ser entendido como os modos, comportamentos, ou discursos construídos socialmente, que podem ser utilizados como uma forma de ver o mundo e viver nele. Com isso, talvez, um caminho para compreensão dos discursos desse contexto seja examinar a linguagem, na medida em que é por meio dela que criamos e vivenciamos os significados. Com o período da colonização em Angola, a língua portuguesa foi imposta em detrimento das línguas nacionais, deixando-as em uma posição de inferioridade.

Entendemos que os discursos históricos, ou seja, os discursos oficiais e as implementações políticas, ao longo da história, podem dar consistência às regularidades discursivas nos textos acadêmicos. Nesse contexto, notamos que não podemos entender os discursos sobre uma língua sem recorrer ao processo histórico (PÊCHEUX, 1997).

Na década de 50 do século 20⁶, o estatuto do indígena, criado pelo Estado português, propõe reconhecer os povos originários ou os angolanos como cidadãos portugueses, determinando critérios, sendo um deles, falar bem o português. A Língua Portuguesa, dessa forma, orientou, no território angolano, não só a vida administrativa, mas também o ensino escolar. Na década de 70, após a independência do país, a escola continuou a pautar o ensino na língua portuguesa, e as línguas africanas permaneceram em um lugar secundarizado.

Essa permanência no modo como é enunciado sobre a língua pode remeter as condições de produção (PÊCHEUX, 1997) que é o contexto sócio-histórico e ideológico que envolve os sujeitos e a circunstância. Traçando um paralelo com o *corpus*, o contexto é lugar de circulação das ideias na Universidade, pois os sujeitos que enunciam são pesquisadores de universidades portuguesas e brasileiras, com divulgações científicas distintas. O contexto amplo é o que apresenta para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam a produção de conhecimento, e na relação histórica, a reprodução de conhecimento que significa a maneira como o discurso sobre a língua portuguesa foi construído em território angolano desde o período colonial, e segundo o imaginário que afeta os sujeitos.

O autor conceitua como condições de produção como:

⁶ Neto (2015), em seu artigo intitulado *Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”*. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961), apresenta uma personagem fictícia chamada Maria, para referir-se a situações sociais que foram implementadas com o “Estatuto dos Indígenas (vigente de 1926 a 1961)” e ao impacto dele na vida cotidiana da população colonizada, bem como às barreiras jurídicas postas no período.

[...] que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* — e seu processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao *contexto* ou a *situado*, como pano de fundo específico dos discursos, que toma possível sua formulação e sua compreensão: este aspecto da questão que vamos tentar esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de *instituído*. (PÊCHEUX, 1997, p.75)

Compreendemos que há um dito historicamente acerca da importância de se aprender e de implementar a Língua Portuguesa. Por outro lado, há um não dito acerca das línguas nacionais. Esse ocultamento pode ter efeitos de sentido de imagens negativas, que foram sendo consolidadas em relação a essas línguas, e esse não dito foi significando historicamente. Entendemos, conforme a perspectiva de Pêcheux (1997), que há sentido no não dito, sentido que liga o não dizer à história e à ideologia.

Sobre a questão de manutenção da posição da Língua Portuguesa em território angolano, salientamos que Algarve (2016) apresenta um estudo bibliográfico sobre a língua portuguesa em Angola, traçando, na dissertação, reflexões desde o período colonial até a sociedade angolana pós-independência. Uma visão mais ampla dos processos de imposição linguística no país enquanto colônia portuguesa. No que foi exposto sobre o Período Colonial, a pesquisadora se apoia não apenas em elementos históricos, mas também em uma análise da colonização de Angola que vai além de uma perspectiva colonialista, expondo dados de desde a chegada dos portugueses ao território, de uma forma que elucida a maneira como o colonizador impôs sua língua.

A autora ressalta que o governo angolano sustentou a perspectiva de constituição da nação angolana independente por meio da língua portuguesa, perspectiva bastante marcada e influenciada por costumes europeus. Além disso, Algarve (2016) pondera que o papel do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi bastante decisivo tanto na perpetuação da língua e da cultura portuguesa quanto na manutenção dessa língua como um

instrumento de poder. Em 2011, ocorreram discussões sobre o reconhecimento das línguas nacionais no país, por meio do *Anteprojeto sobre os estatutos das línguas nacionais*.⁷

Os discursos dos dois documentos dialogam em defesa das ideologias que conservam a posição de prestígio da língua do colonizador. Entendemos que o que foi dito historicamente pode ter efeitos de sentido que constroem discursos e criam imagens negativas sobre as línguas nacionais, e manifestando um valor apreciativo em relação à Língua Portuguesa. Conforme pontua Orlandi (1999), nos estudos discursivos, tenciona-se não desvincular a forma do conteúdo, ou seja, compreender a língua como estrutura, mas, sobretudo como acontecimento, reunindo a forma material da língua em um sujeito afetado pela história.

Portanto, notamos que há, nos documentos oficiais, um encontro entre dois discursos disseminados ao longo da história, discursos que dialogam, mesmo que em contradição. Compreendemos, com base na perspectiva teórica da Análise do Discurso, que os sujeitos produzem determinados discursos partindo do que foi dito historicamente, ocorrendo uma interdiscursividade, conforme Pêcheux (1997). Esses discursos afetam os sujeitos. Nos textos acadêmicos que analisamos, verificamos um apagamento discursivo dessas decisões políticas no período colonial.

Schlieben-Lange (1993) discute que a heterogeneidade da língua possui um elo entre o discurso público que se faz da língua e o modo como o sujeito se manifesta sobre a mesma, partindo de sua experiência cotidiana. Para a pesquisadora, ambas as questões estão interligadas. Desse modo, o falante pode transmitir conhecimentos linguísticos baseados no discurso público, que foi construído historicamente, por meio dos documentos oficiais no período colonial sobre a Língua Portuguesa como a língua de poder e de ascensão social. O discurso público pode ter influência no modo como os sujeitos manifestam suas atitudes sobre a língua, como pontua a pesquisadora alemã:

[...] há um discurso público sobre a língua, as línguas e a fala que, ao longo de longos períodos, pode ser transmitido, embora esteja superado pela prática e experiência linguística. Os argumentos desse discurso público (ou dos vários discursos públicos que concorrem entre si) têm a forma elementar de estereótipos e assim são facilmente disponíveis e incorporáveis. (SCHLIEBEN-LANGE, 1993, p.95).

Salientamos que perpassa o contexto de Angola uma ideologia que tem o discurso marcado pela unidade nacional, uma vez que, após a independência, o discurso que

⁷ Esse documento não foi aprovado ainda pelo parlamento angolano. A perspectiva é discutir a inserção das línguas nacionais nas diferentes esferas sociais, principalmente, no sistema escolar e na administração pública, em defesa do “pluralismo cultural e linguístico” (p.4).

predominava era o de “um só povo, uma só nação”⁸. Delineava-se que o país tivesse uma língua e uma cultura que o representasse como um todo. Historicamente, assim, foi construído um discurso de verdade (FOUCAULT, 1996), e como o autor menciona, é a verdade que nos impõe historicamente, e é essa tal verdade que não pode deixar de mascarar-la.

2.1 Dois estatutos: Uma defesa de unidade linguística

Ao analisarmos os dados, observamos que o modo como o sujeito enunciava sobre as línguas direcionava a questões históricas. Com isso, mobilizamos relações de sentido (PÊCHEUX, 1997), uma vez que não há discurso que não se relacione com outros. Assim, os sentidos referenciam um discurso para outros e podem sustentar dizeres futuros. Os discursos produzidos pelos pesquisadores fazem parte de um processo discursivo mais amplo que se constitui na história e que abrange posicionamentos frente à língua portuguesa. Pensando nisso, realizamos recortes de sequências de dois textos para procedermos à análise dos documentos. O primeiro documento é o *Estatuto dos Indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*⁹.

Recorte 1 – R1

SECTION Nº5:

5 1.0 A **contemporização** com os usos e costumes indígenas é limitada pela moral, pelos ditames da humanidade e pelos interesses superiores do livre exercício da soberania portuguesa.§

⁸ Esse discurso foi propagado nos primeiros anos após a independência em Angola, que tencionava caminhar no sentido da criação de uma Cultura Nova, na intenção de propor uma unidade nacional, através da uniformização dos atos culturais e também de um idioma.

⁹ Disponível em: < <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf> > Acesso em: 02.03.2020.

Recorte 2 – R2

SECTION Nº23:

2: **Julgado** definitivamente o recurso, será apreendido o bilhete de identidade e o interessado voltará a ser considerado indígena, excepto para o cumprimento das obrigações que haja assumido para com terceiros.§

Recorte 3 - R3

SECTION Nº10:

81 : 0 **ensino** a que este artigo se refere procurar sempre difundir a lingua portuguesa, mas, como instrumento dele, podera ser autorizado o emprego de idiomas nativos.§

Recorte 4 - R4

SECTION Nº2:

Deseja-se acentuar ter havido agora a preocupação de,sem enfraquecer a protecção legal dispensada ao indígena, consiliderar situações especiais em que ele pode encontrar-se no caminho da civilização, para que o Es tado tern o dever de o impelir.§

Recorte 5 – R5

SECTION Nº21:

Art. 56.0 Pode **perder** a condição de indígena e adquirir a cidadania o individuo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes : a) Ter mais de 18 anos; b) Falar correctamente a lingua portuguesa; G) Exercer profissão, arte ou oficio de que aufera rendimento necessário para o sustento proprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os habitos pressupostos para a integral aplicação do direito publico e privado dos cidadãos portugueses; e) Não ter sido notado como refractario ao serviço militar nem dado como desertor.§

Recorte 6 – R6

SECTION Nº8:

Art. 4.0 O Estado **promoverá** por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indigenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso à cidadania.§

No primeiro recorte, retiramos três trechos: 1. da sequência acima, em que se observa uma preocupação de considerar situações especiais em que é apresentado o verbo modal *desejar* como auxiliar, indicando uma modalidade epistêmica que denota vontade acompanhada de outro verbo modal *ter*, que caracteriza uma probabilidade; 2. em que ele pode encontrar-se no caminho da civilização nesta oração, em que o verbo *poder* também caracteriza uma modalização epistêmica de possibilidade; e 3. Para que o estado tem o dever de impeli-lo.

As três acepções, *a priori*, denotam uma necessidade de enfatizar um desejo do estado português em reconhecer o estatuto do indígena, cujas normas “claras” (Estatuto do indígena, 1954, p. 201) não foram observadas em outros documentos jurídicos do estado. Na última oração, o uso do imperativo com o verbo modal “tem de”, embora dependa da consideração das situações especiais que permitem que se torne civilizado, é estabelecida.

Neste enunciado, também transparece o uso da marca de impessoalidade com o pronome pessoal “se” em relação enclítica com o primeiro verbo modal, introduzindo uma frase passiva pronominal ligada a uma oração substantiva. Nos excertos, o governo parece não querer posicionar-se de forma imperativa, tal como ocorre em outras partes do documento em que o locutor é marcado pelos substantivos “Governo”, “Estado”, pelo pronome “Eu” e por verbos no imperativo, como “decreta” e “promulgo”. Esses últimos atribuem a responsabilidade ao locutor, que determina a sua posição, assumindo a veracidade do que é dito e introduzindo um modalizador epistêmico assertivo.

No capítulo I do estatuto, no recorte 2 da sequência 2, no artigo terceiro, impõem-se aos indígenas a sua definição e o seu lugar no documento. No enunciado, temos, do mesmo modo, uma construção passiva marcada pelo verbo modal *ser* “é”, modalizador deôntico (POTTIER, 1978) de obrigatoriedade, sendo condição *sine qua non* da tolerância da cultura indígena, se essa estiver dentro dos parâmetros portugueses e se forem considerados princípios de humanidade.

Notamos, também, que o uso do sintagma preposicional “da humanidade” mostra o interesse do estado português em mostrar ao mundo que não estava aquém dos princípios adotados pela comunidade internacional. E o estatuto elaborado respeitava tais condições de aceitação dos direitos do outro. No recorte 3, o documento apresenta que a sua intenção era transformar os usos e costumes primitivos dos indígenas, valorizando-os, ao permitir o seu acesso à cidadania.

Nesse contexto, notamos a rejeição das línguas nacionais existentes no período e da cultura angolana por parte dos governantes, que condicionaram a sua aceitação a prescrições portuguesas. A ascensão à cidadania, conforme posta no documento, dependia do deslocamento

linguístico, cultural, social e político. O argumento era o de que haveria uma predisposição para melhorar a vida material e a moralidade a partir desse deslocamento. Além de ser necessário conseguir um emprego num contexto ocidental, desse modo, era preciso falar corretamente o Português, como aparece no recorte 5. Ambos os critérios faziam parte de um privilégio de poucos¹⁰, e mesmo que um indígena conseguisse a cidadania, poderia perdê-la, como aparece no recorte 6.

A questão de conseguir a cidadania não conferia total estabilidade ao indivíduo. A sua manutenção estava ligada à capacidade do cidadão de se apartar da sua condição de indígena. Caso não conseguisse provar a qualidade de não indígena (capítulo III, artigo 62º, parágrafo único, p.224), ele perdia o alvará de assimilado. No recorte mencionado anteriormente, a decisão categórica é feita com a demonstração de um valor afetivo no advérbio modalizador “definitivamente”, reforçado pelo verbo “ser”, deôntico de obrigatoriedade em “será apreendido o bilhete de identidade¹¹”.

O *Anteprojecto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais*¹² foi elaborado pelo Ministério da Cultura, em agosto de 2011, vinculado à República de Angola¹³. O mesmo pretende valorizar as línguas nacionais, permitindo sua inserção nos espaços oficiais, nomeadamente, no ensino e na administração. Contrariamente, o documento circunscreve uma desvalorização das línguas em seu país, pelas escolhas lexicais mobilizadas para sua elaboração, bem como pela naturalização de aspectos sócio-históricos. No primeiro recorte, escreve-se:

SECTION Nº2:

REPÚBLICA DE ANGOLA MINISTERIO DA CULTURA PROJECTO DE LEI SOBRE O ESTATUTO DAS LÍNGUAS NACIONAIS RELATÓRIO 1. INTRODUÇÃO. O projecto de Lei que aprova o Estatuto das Línguas Nacionais é um **instrumento** que tem como principal objectivo promover a inclusão social e fortalecer a unidade na diversidade, o pluralismo cultural e linguístico.§

O verbo *promover*, no modo infinitivo, indica uma modalidade de enfoque prospectivo cujo sub-eixo é o de obrigatoriedade (POTTIER, 1978), que denota colocar em evidência,

¹⁰ Segundo Santos (2014), era extremamente burocrático conseguir o documento para a transição de indígena para cidadão português.

¹² Destacamos que o projeto de Lei foi iniciado em maio de 2005. Após cinco anos, o documento voltou a ser discutido em reunião técnica, em agosto de 2010, no Ministério da Cultura e da Educação.

¹³ No estudo de Gomes (2014, p. 65), é apresentado um breve histórico sobre a criação do Instituto Nacional de Línguas e sobre sua transformação em Instituto de Línguas Nacionais.

ocupar um espaço, pois pressupõe que as línguas nacionais não têm visibilidade, e, se o documento pretende executar, subentende-se que não há uma aceitação das línguas locais.

Nota-se também que há a voz da aprovação das línguas nacionais que é regulamentada por meio da instância do Estado. Quando se diz “Estatuto das Línguas Nacionais é um instrumento”, observa-se que é apenas por meio desse documento que se deve oficializar a ação, há ambiguidade em questão. O discurso de inclusão de uma imagem de unificação por meio da Língua Portuguesa, em detrimento das línguas de Angola. Isso aparece também no recorte IV, quando se usa *deve* no enfoque prospectivo impulsivo, referindo-se a uma obrigação moral de restringir o uso apenas no cotidiano. Embora defenda a valorização das línguas nacionais enquanto patrimônio cultural, a única língua que deve ser ensinada é a língua portuguesa. Essa desvalorização é posta também quando no documento é enunciado:

SECTION Nº3:

Pretende **evidenciar** a importância das línguas nacionais como veículo de cultura, instrumento de comunicação, meio de ensino, instrumento de relações sociais, políticas e económicas, assim como conferir às mesmas, o lugar e a dignidade que lhes cabe no país, na medida em que são resultado do esforço de adaptação do nosso povo aos diferentes processos históricos do país.§

O documento pretende “evidenciar” e dar importância às línguas nacionais, garantindo o seu espaço na cultura, na comunicação, no ensino e na política, fornecendo dignidade a elas. Com o uso do verbo transitivo direto *evidenciar*, na modalidade elítica, subentende-se que as línguas nacionais são invisíveis, assim, pretende-se dar visibilidade a elas, ocultando os falantes e manifestando que a língua deve ter um estatuto, pois sem estatuto a língua não tem valor. O sujeito oculto é o Estado, que pretende evidenciar e transformar as línguas em um espaço de “importância”, como diz o documento, dando margem à compreensão de que os sujeitos falantes não a reconhecem. A exposição é feita com um discurso de valorização do uso das línguas, mas os indícios no documento sinalizam uma política de inclusão não apenas de línguas, como também de discursos que, muitas vezes, são silenciados (SASSUCO, 2015).

Destaca-se que, contraditoriamente, há o uso do substantivo “reconhecimento” em:

SECTION Nº4:

O **reconhecimento** pela Organização das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e pela Organização de Unidade Africana da Carta Cultural Africana, da igualdade de todas as línguas do mundo, exige que todo angolano tenha a possibilidade de usar a sua língua materna na vida quotidiana.§

O documento apresenta um posicionamento favorável em relação às línguas nacionais. Enfatizamos o modo de valorizar as línguas locais, tendo em conta não somente o documento oficial, mas também documentos internacionais. Conforme expõe o excerto, são esses documentos que exigem no sentido modal de obrigatoriedade (POTTIER, 1978), entretanto, quando se refere à população, uma modalidade de eventualidade (POTTIER, 1978) de usar a sua língua materna na vida cotidiana é posta como uma possibilidade. A imagem construída é de não obrigatoriedade de uso das línguas locais.

Ao delimitarmos pelo polo língua, tem-se, no que diz respeito à LP, pensar, querer, agir, trabalho, cultura, exclusão, variante e valorização. Em relação às LN, tem-se conhecimento, cultura, ensino, comunicação e atividades oficiais. Essas escolhas lexicais demarcam funções básicas do uso quando se referem às línguas nacionais, entretanto, apenas quando se referem à língua portuguesa, ressaltam a sua ligação com conhecimento, com a ciência e com o ensino.

Essa perspectiva do valor apreciativo da língua é reforçada em *Section n° 52*, quando se diz:

SECTION Nº52:

3. Todos os cidadãos que melhor **dominarem** as línguas nacionais devem contribuir para a sua difusão, traduzindo o pensamento ou interpretando a mensagem do interlocutor ou ouvinte na língua em que melhor possa ser entendida.§

O advérbio *melhor* relacionado ao domínio de uma padronização enfatiza o verbo *dominar* no sentido de ter controle sobre alguma coisa. Entende-se que há um conhecimento

atrelado a conhecer as regras gramaticais tradicionais, que envolvem prosódia, sintaxe, morfologia, fonética e fonologia. A imagem que se cria é de uma língua padrão em destaque.

Mesmo que o documento enuncie que “nas relações sociais *as línguas oficiais devem servir de elemento de identidade cultural*”, o discurso sobre o português é manifestado de maneira incisiva no documento. E quando se pretende construir objetivos para regulamentar as línguas nacionais, o documento apresenta:

SECTION N°9

O projecto de Lei que ora se apresenta visa, entre outros: a. **Regular** a situação linguística nacional, delimitando as línguas passíveis de utilização pelo Estado e incentivando o estudo e investigação científica das demais; b. Valorizar e promover as línguas nacionais, através de instrumento próprio, tal com prevê o artigo 2.º da Lei do Património Cultural (Lei n.º 14/05 de 7 de Outubro); c. **Regular** a utilização das línguas nacionais nos órgãos de soberania do Estado, definindo os seus vectores principais; d. Definir a política de inserção das Línguas Nacionais no sistema de ensino; e. Definir as regras gerais para a utilização das Línguas Nacionais pelos órgãos da Administração Central e Local do Executivo; f. Definir as regras gerais para a valorização, fomento e divulgação das línguas nacionais através dos meios de comunicação social.§

No item *b.*, o verbo *valorizar* pressupõe hierarquia entre a LP e as LN. Se entendermos o uso verbal como *dar valor a, aumentar o valor*, depreendemos que a utilização reconhece algo que tem pouco ou nenhum valor frente aos falantes da língua. Esse emprego verbal implica uma desvalorização das línguas, desse modo, pode-se ter a explicação de que a sociedade não as valoriza, e por isso, a instância regulamentadora teria de fazê-la (BARZOTTO, 2004). Essa *valorização*, contudo, está relacionada à investigação científica, evidenciando que as línguas só serão regulamentadas quando forem tomadas como objeto de estudo científico.

No que se refere à discussão sobre o ensino das línguas nacionais, é marcado que é a Língua Portuguesa que deve ser utilizada em território angolano. No excerto mencionado, nota-se uma ausência de especificação das línguas nacionais, enquanto a LP é adjetivada e determinada. Isso contribui para implementar uma aceitação e uma oficialização da mesma, pois ocorre um impedimento de “africanização” cultural e linguística, conforme pontua Santos (2018)¹⁴, ao se imporem medidas legislativas a favor da língua e das culturas portuguesas. Consolida-se, assim, que a Língua Portuguesa é a língua oficial que transmite a identidade cultural, e que deve, obrigatoriamente, ser um veículo de transmissão de cultura, secundarizando a expressão das identidades culturais feitas por meio das línguas nacionais.

Diante dos objetivos destacados, em *Section n° 9*, como em outros momentos do documento, o discurso é de hegemonia da Língua Portuguesa e reflete uma imagem de

¹⁴ Santos (2018) apresenta considerações histórico-sociais e linguísticas acerca da presença da língua portuguesa no país.

polarização entre as línguas, delineando o espaço social de cada uma delas em território angolano. Se o documento oficial discute a “valorização” das línguas nacionais, espera-se uma abordagem de possibilidade de o ensino ser das línguas nacionais, ou que sejam efetivados meios e políticas de inserção de seu ensino, porém observamos que a ênfase é dada a LP, manifestando um discurso encoberto.

Ao apresentarmos os dois documentos históricos que circunscrevem períodos históricos distintos, mas que consolidam o lugar social da LP, notamos um jogo de forças entre uma tentativa de valorizar as línguas de origem africanas e a manutenção do *status* da Língua Portuguesa, sustentando uma falsa homogeneidade linguística. O estatuto do indígena demarca o português para todos, do mesmo modo, o estado angolano¹⁵ o exige em sinal de unidade nacional. O anteprojeto não contrapõe, mas é criado para *reconhecer* as línguas, adotando uma postura de aceitação da hegemonia do português. Portanto, o discurso preponderante é de uma língua que exerce maior influência do que outras.

Consideramos, ao analisar os textos acadêmicos, que esses dizeres podem afetar o modo como o sujeito enuncia, em uma situação discursiva dada, construindo outro discurso e delineando imagens de língua. Experiências passadas, como a colonização, e o apagamento das línguas nacionais nos discursos oficiais são indícios do modo negativo de enunciar sobre a língua que se faz presente nos textos acadêmicos, ou de que o discurso produzido pelos pesquisadores pode fazer parte de um processo discursivo mais amplo, no caso, de resquícios da colonização. Isso pode modificar o modo como o sujeito manifesta seu posicionamento frente à Língua Portuguesa.

Como Faraco (2016), que apresentou um panorama da história sociopolítica da Língua Portuguesa no Brasil, considerando que o período colonial foi iniciado com o *Diretório dos Índios* (1757), política que também repercutiu em Angola, e com isso, compreendemos que “[...] há pelo menos duzentos e cinquenta anos, um esforço para criar e sedimentar um imaginário que apague a diferença, numa tentativa de uniformizar e homogeneizar o que é heterogêneo e complexo.” (FARACO, 2016, p. 152).

Nessa linha, Fanon (2008, p. 84) ressalta que “o problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”. Angola vivenciou um período colonial que marcou

¹⁵ Algarve (2016), em uma pesquisa bibliográfica, constata e discute como MPLA e seus dirigentes tiveram um papel decisivo na transmissão da língua, do mesmo modo que os colonizadores o tiveram durante os anos de colonização.

intensivamente a sua administração pública, movida pelo autoritarismo político e pelo intervencionismo econômico português, segundo Valadares *et al* (2013).

Atitudes essas podem sustentar o mesmo discurso após um período na história, e como observamos nos textos acadêmicos, alguns indícios são marcados e reproduzidos, seja de maneira consciente, no sentido de concordar, seja de maneira inconsciente, nos discursos relatados dos pesquisadores. Recorrendo às colocações de Schlieben-Lange (1993) e articulando-as com o objetivo do nosso trabalho, nos inquietamos com a maneira como o discurso oficial é facilmente acessível e incorporável, pois os enunciados dos textos acadêmicos que analisamos possuem forma elementar de estereótipos e valores apreciativos (BAKHTIN, 1999) sobre a LP e um silenciamento das LN. Frequentemente, a reconstrução de uma situação histórica acontece com mais facilidade, por identificar e integrar diversos elementos ao sistema, ou seja, é possível reconhecer a presença de diferentes discursos que constituem um único acontecimento.

Compreendemos que a instância governamental regulamenta um modo de dizer, o qual perpassa um valor apreciativo da língua que é intimamente ligado à enunciação (BAKHTIN, 1999), propagando um *discurso público* sobre a língua, e dessa maneira, o discurso que é disseminado pode fazer com que o interlocutor compreenda e tenha a impressão de que as línguas nacionais não são valorizadas. Isso poderia implicar o modo de compreender sua língua, bem como o modo que o sujeito reflete e produz conhecimento nos países analisados. Notamos que o discurso público atua construindo uma exclusão das línguas nacionais de Angola, e isso constrói imagens de língua consideradas adequadas a um ideal que não configura a população angolana.

O discurso enunciado sobre as línguas revelam, ademais, que as “línguas nacionais” são consideradas fora da linha da língua dominante, assim, o português, de acordo com as marcas linguísticas no texto, marca a identidade, e aumentar o número de seus falantes por meio da educação poderia ser o suficiente para preservar a língua, tida como um “tesouro” que pode representá-los.

Citamos Auzanneau¹⁶ (2005), que faz uma análise da imagem de língua em discursos oficiais e entrevistas sobre as línguas francesas e faz uma metáfora para a ideia de proteção das línguas defendidas pelo Estado, como "tesouros" e "monumentos" que correspondem a valores dominantes de uma riqueza cultural e também à ideia de imobilidade e antiguidade.

¹⁶ O autor utiliza o termo imagem de língua/linguagem, mas no decorrer do artigo, não há conceitos ou especificação do termo.

O discurso acerca das línguas revela, ademais, que as “línguas nacionais” são consideradas fora da linha da língua dominante, e o português, de acordo com as marcas linguísticas no texto, marca a identidade, sendo que aumentar o número de seus falantes por meio da educação poderia ser o suficiente para preservar a língua, tida como um “tesouro” que pode representá-los.

O modo como é os textos enunciam em que se atribui às línguas são particularmente significativos, uma vez que podemos identificar, nele, as imagens negativas construídas para as línguas, que contribuem para o modo como vemos essas situações e, às vezes, como nos portamos sobre elas, além de marcar posições particulares por parte de quem as emprega em determinadas situações políticas. Após essa exposição, no próximo capítulo, apresentamos as concepções teóricas que concernem às discussões dos dados de análise.

3 CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Nesta seção apontamos que a imagem se trata de um lugar hierárquico (BOURDIEU, 1983) a partir do qual uma discursividade é posta em movimento, sendo um discurso que desenvolve uma atitude, onde se delinea uma imagem. Na tarefa de discutirmos o conceito de imagem¹⁷, que perpassa toda composição da pesquisa, mobilizamos os conceitos que dão centralidade às discussões de *atitude linguística* de Schlieben-Lange¹⁸ (1993), *representação*¹⁹ de Moscovici²⁰ (2007) e *formações imaginárias* de Pêcheux (1997).

Tomamos as reflexões de Schlieben-Lange (1993) sobre as atitudes linguísticas no discurso, abordagem que está presente no livro *História do falar e História da Linguística*. No decorrer nas análises dos textos acadêmicos verificamos que os sujeitos enunciavam enfatizando determinadas línguas e, por consequência, excluindo outras. Assim, constrói discursos que delineiam imagens de língua(s) por meio dessas atitudes linguísticas. Estamos considerando, conforme Lambert (1996), que o desdobramento das atitudes linguísticas se constroem no cotidiano, e ao serem desenvolvidas implicam regularidade no modo de reagir, sentir, e pensar dos sujeitos.

Na pesquisa desenvolvida por Schlieben-Lange²¹ (1993), a autora identifica que a comunidade apresenta um fenômeno denominado de “bilinguismo encoberto” (p.14), pois o falante de Occitano demonstra atitudes contraditórias ao falar sobre sua língua. Um de seus entrevistados relata que todos sempre falavam francês no sul da França, porém algum tempo depois discorre que sua avó falava apenas occitano. Além dessas constatações, Schlieben-Lange (1993) verificou que as línguas são objeto de diferentes discursos, tanto descritivos quanto avaliativos, é neste aspecto que iremos nos deter.

¹⁷ Pinto (2005) desenvolve o conceito de imagem com base nas concepções teóricas da Psicologia Social, as Ciências da Linguagem e a Didática de Línguas. Entretanto, ela defende que representação e imagem como conceitos do mesmo campo de estudo e usando-os como sinônimo.

¹⁸ No capítulo *Normas do falar, da língua e dos textos*, a autora discute sobre imagens de língua relacionando-as ao nível da consciência linguística.

¹⁹ Citamos também as discussões de Marin (2009) definindo a representação como constituinte do sujeito, sinalizando que o poder é intrínseco. Entretanto, no decorrer do texto usa o termo imagem como representação.

²⁰ Destacamos que os estudos sobre as atitudes linguísticas ou representações linguísticas têm sua base nos trabalhos sobre representações sociais, especialmente oriundos da Psicologia Social, desenvolvido por Serge Moscovici. Para ele um dos objetos de estudo na área da Psicologia Social são os papéis que as crenças, os estereótipos, os preconceitos e as identidades exercem nas formas do sujeito propagar acerca da língua.

²¹ Citamos também que a autora menciona sobre imagens de língua. Entretanto, ela não desenvolve conceitos, só discute as imagens atreladas à homogeneização da língua.

A autora ressalta que há um *saber sobre as línguas* que afeta as unidades de determinada língua e as possibilidades de uso; e um *discurso público*²² que propaga estereótipos e julgamentos sobre a língua. No primeiro âmbito, a autora expõe que os falantes de uma língua conhecem sobre ela e conseguem explicá-la até certo ponto. Os sujeitos podem apontar elementos estranhos e semelhantes à sua língua, bem como são capazes de identificar variações geográficas, sociais e estilísticas. Schlieben-Lange explica que "[...] tudo são generalizações de experiência, abstrações da prática linguística que se baseiam novamente nela de maneira constitutiva" (SCHILIEBEN-LANGE, 1993, p. 95). Ela esclarece que se trata de um saber que em grande parte das vezes fica implícito, e que dificilmente é levado a público e explicitado.

O segundo é formado pela instalação e propagação dos diferentes discursos que tratam a língua e disputam entre si, no sentido de concorrerem o espaço social compartilhado pelos falantes. A autora escreve:

Se um membro de uma comunidade de fala se manifesta por qualquer razão sobre sua língua ou sobre as línguas ou formas linguísticas que concorrem no seu mundo cotidiano, observa-se, então nas suas enunciações a penetração de elementos dos dois âmbitos acima esboçados: de um lado, esse falante explicita seu saber que se baseia nas suas práticas e nas suas experiências, ao mesmo tempo em que é fundador delas: de outro lado. Ele repete elementos do discurso público (ou inclusive de outros com ele concorrentes) discurso, aliás, que tem uma existência autónoma. (SCHLIEBEN-LANGE, 1993, p. 91).

Compreendemos que esses discursos públicos sobre a língua são constituídos por avaliações, julgamentos ou estereótipos, atrelados às ideologias. Assim, consideramos que as instâncias argumentadoras²³ desempenham um papel fundamental na formação de estereótipos e/ou avaliações sobre determinadas línguas. Apesar do *corpus* dessa pesquisa estar vinculado à Universidade, entendemos que o sujeito pesquisador é atravessado pelas ideologias das outras instâncias, bem como ela acaba por fossilizar as regras, e, portanto, propaga uma ideologia dominante.

Estamos pensando que o *saber sobre a língua* e o *discurso público*, conforme expõe Schlieben-Lange (1993), efetiva-se em uma imagem que o sujeito constrói da língua. As pesquisas que têm como foco o conceito de *atitude linguística*, geralmente, não se detinham em

²² Entendemos como discursos públicos a associação das quatro instâncias argumentadoras – o Estado, a Igreja, a Universidade e a Comunidade.

²³ A expressão “instâncias argumentadoras” parte do projeto “Imagens da Língua”, e refere-se ao Estado, a Igreja, a Escola e a Comunidade, e será utilizado ao longo do texto para indicar as instituições e os atores sociais que participam na construção de discursos a respeito da língua em contextos multilíngues e plurilíngues.

problematizar a posição dos sujeitos frente à língua, pouco se estuda a relação que os motiva a reconhecer ou não uma língua, ou que discursos podem influenciá-los.

Nisto, a partir de Pêcheux (1996, p.176), vemos que a formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais, mas se relacionam diretamente e que estão relacionadas ao discursivo. Pereira e Costa (2012, p. 172) salienta que uma representação favorável a respeito de uma língua pode fazer com que, no contexto linguístico, predomine o uso desta em detrimento de outra. Citamos também Calvet (2002) ao mencionar a questão da atitude linguística está atrelada ao comportamento linguístico do sujeito frente à língua, de aceitar ou rejeitar um modo de falar, não tem, diretamente, influência sobre o modo de falar dos falantes, mas sobre o modo como percebem o discurso dos outros. Exemplo este apresentado pelo autor é o preconceito e a hipercorreção.

Dentro dessas duas perspectivas, o autor menciona duas pesquisas que explicitam esse modo discurso sobre a língua.

No contexto de escrita acadêmica, quando o sujeito manifesta uma atitude frente à língua pode contribuir para construção de políticas *in vitro*²⁴ e preservação de determinada língua, ou conforme desenvolve Calvet (1993) sobre política linguística sendo elas como produto de uma ação que uma pessoa pode mudar a língua, as relações entre elas e, assim, as relações sociais.

Ao manifestar uma atitude, delinea-se uma imagem, pois esse espaço possui uma autoridade, ao mobilizarem autores na defesa de como verificamos nos textos acadêmicos analisados, considerando a definição de Calvet (2002) sobre políticas *in vitro*, o modo como os sujeitos enunciativos analisam as situações linguísticas, descrevem e criam hipóteses, eles argumentam sobre a língua cria uma imagem²⁵ dela, e também pode implicar em uma posição ideológica e política.

Citamos como exemplo sobre as atitudes linguísticas, conforme expõem Lambert e Lambert (1966), pois eles mencionam que utilizaram a técnica do *matched-guise* que consistia em pedir para que os alunos ouvissem as gravações de falantes de duas línguas e depois avaliassem os falantes, dizendo se pareciam bonitos, inteligentes, educados, gentis etc, ou seja, que manifestassem suas opiniões. Lambert e Lambert (1966) compartilham um estudo realizado por Hodgson e Gardner em 1960, que analisou como estudantes da Universidade de Montreal,

²⁴ Ver em Puh (2017) e Cavelt (200) que discorrem sobre políticas *in vivo* e *in vitro*.

²⁵ Estamos compreendendo conforme Marin (1993) que a imagem está materializada no texto e atravessa o discurso.

em Quebec, no Canadá, percebiam as falas das línguas francesa e inglesa, mais especificamente como os falantes de ambos os grupos culturais foram identificados pelas línguas que falam.

O estudo foi realizado com dois alunos anglo-canadense e franco-canadense que escutaram as vozes gravadas de oradores ingleses e franceses, e indicaram por meio de uma lista de controle o que pensavam sobre as características da personalidade de cada orador. Os pesquisadores não contaram aos estudantes que as 10 vozes foram gravadas por 5 oradores bilíngues, que leram uma vez em inglês, outra em francês. Com isso, o teste apontou que os disfarces ingleses foram mais bem avaliados do que os franceses. Os avaliadores anglo-canadenses disseram que os falantes ingleses tinham um aspecto mais atraente, eram mais inteligentes, mais seguros, mais amáveis do que os franceses.

Por sua vez, os franco-canadenses avaliaram os disfarces dos ingleses também mais favoráveis do que os franceses. Consideraram que os ingleses têm melhor aparência, inteligência, confiança, ambição sociabilidade, caráter e simpatia. Os investigadores conseguiram inferir, a partir desses estudos, que entre os canadenses bilíngues, os falantes de inglês possuem uma posição mais privilegiada do que os falantes de francês. Com base neste estudo, observamos que as atitudes desempenham função importante no comportamento do sujeito e que podem afetar os julgamentos e percepções sobre as línguas.

De acordo com Lambert e Lambert (1966), a atitude é:

uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir. Dizemos que uma atitude está formada quando esses componentes se encontram de tal modo interrelacionados que os sentimentos e tendências reativas específicas ficam coerentemente associados com uma maneira particular de pensar em certas pessoas ou acontecimentos. (LAMBERT e LAMBERT, 1966, p. 77-78)

Lambert e Lambert (1966) embora discutam as atitudes relacionadas a um objeto social não especificado, menciona que o termo tem despertado pesquisas por estudiosos da linguagem. Além disso, os autores explicam que as perguntas do questionário da pesquisa desenvolvida já pressupunha um juízo de valor na compreensão das línguas, visto que determinadas palavras podem induzir um posicionamento.

Observamos esse mecanismo nas hipóteses das pesquisas analisadas, sendo que, observamos uma modulação na maneira de elaborar essas hipóteses, com o objetivo de entender como as crianças aprendem a Língua Portuguesa. Contudo, mesmo salientando que essas crianças falam as línguas locais, não há centralidade em considerar essas línguas como objeto

de estudo, mas, sim como um meio para se aprender o português. Citamos essa questão, pois, no levantamento do *corpus* encontramos mais trabalhos que discutiam o ensino do português em Angola, por diversas perspectivas, mas todos com esse posicionamento sobre o português.

Souza (2020), em sua pesquisa com entrevista de professores moçambicanos, dentro de um contexto bilíngue, apresenta diversas passagens em que os professores dizem que falar a língua local poderia prejudicar o ensino da Língua Portuguesa. A autora cita que esse olhar *marginalizado* dos falares populares pode estar atrelado ao período colonial, em que, conforme mostramos no capítulo um, o modo como foi imposto o português nos territórios de colonização podem contribuir para essa posição frente à língua. Podemos compreender uma imagem das línguas africanas inferiorizadas. Salientamos que mesmo sendo uma correlação de outro país, o contexto colonial une esse olhar sobre a língua. O modo como o sujeito enunciativo estabelece na produção acadêmica delineiam-se imagens cristalizadas do português desde o período colonial.

Para Lambert e Lambert (1966), nas fases iniciais do desenvolvimento de uma determinada atitude linguística há uma possibilidade de seus falantes serem modificados por novas experiências. Com o passar do tempo, as mudanças tornam-se mais difíceis, especialmente para as pessoas que foram encorajadas a seguir determinadas atitudes por um longo período de tempo. Elas passam a reagir segundo processos padronizados ou “aceitáveis” de acordo com um determinado grupo social. Em alguns casos, o conceito de atitude está relacionado à consciência linguística, em outros se aproxima de questões como desprestígio linguístico e também à apreciação avaliativa.

Calvet (2002) também apresenta exemplos de atitudes linguísticas citando uma pesquisa na ilha de Porto Rico de Morales López (1993) sobre a pronúncia do /r/ em espanhol. A perspectiva é observar o modo como os falantes dizem frente determinada língua, e então os pesquisados tinham uma atitude negativa em relação à pronúncia do /r/ em zonas rurais, questões ligadas ao regionalismo, à escolaridade. O autor especifica cada comportamento dos falantes descrevendo os tipos de resposta. Se olharmos para esses trabalhos na área da atitude linguística, podemos verificar que os estudos centram-se na perspectiva de observar o modo como o falante tem um comportamento frente à questão da língua, ausentando-se que por trás dessas posições há relações de forças que manifestam asserções sobre a língua, o que podemos relacionar com a ideia de *forma legítima* de (BOURDIEU, 1996, p. 45).

Consideramos que as atitudes linguísticas dizem respeito à avaliação ou manifestações dos sujeitos em relação às línguas e ao uso que se faz dessas línguas na sociedade. Em termos mais comuns, uma atitude se aproxima a gostar (ou não) de determinados temas, grupos de

peessoas, características pessoais e comunidades, elementos culturais e, línguas, dialetos e modos de falar. Essas avaliações baseiam-se em estereótipos²⁶ assentados em ideologias, que circulam em comunidade ou país. Notamos que as construções de imagens de língua que determinam e que são permeados por preconceitos, crenças, imaginários, estereótipos etc., colaboram para o sujeito manifestar atitudes linguísticas.

Entendemos que o que há de mais concreto é a atitude linguística, que perpassa relações de sentido e discursivo para a construção de uma imagem de língua. A primeira trata-se de uma reação imediata que o sujeito tem da mesma, manifestando-a por meio da enunciação. Inferimos que o discurso, socialmente e historicamente, implementado, efetiva a atitude criando uma imagem das línguas.

Podemos pensar com base nos estudos de Marin (1993) sobre a imagem como uma presença de uma crença, uma força, um poder num determinado discurso. É manifestado uma ausência pelos seus efeitos e os seus sentidos. Segundo este autor (*ibidem*, p. 11-15) é na enunciação que se evidencia a sua força. Ele também defende que, no discurso, ela significa a força da lei e é por meio do mesmo que se propaga e se amplifica a força das imagens. O autor reitera:

“Elle transforme la force em puissance par modalisation du “faire” et de “l’agir”, et la puissance em pouvoir en la “valorisant”, c’est-a-dire en l’instituant em état contraignant, obligatoire et legitime.” (MARIN, 1993, p. 14)

Essa avaliação do sujeito²⁷ frente à língua, nos leva a considerar a perspectiva teórica de Bakhtin, uma vez que qualquer enunciado é, na concepção do Círculo, sempre ideológico. Reiteramos que a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico (BAKHTIN, 1999, p. 95). Para o pesquisador russo:

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo objetivo é acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra. (BAKHTIN, 1999, p.135).

²⁶ Os estudos de Amossy (2005) mostram que os estereótipos intervêm na noção de construção do *ethos*, e a “A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2005, p.125)

²⁷ Estamos pensando no conceito de sujeito do discurso conforme a AD propões, mas não como um sujeito isolado conforme a teoria bakhtiniana.

Esse valor está envolvido ao tema e à significação, verificamos, no decorrer das análises, que nos enunciados o significado da palavra 'língua' é mantido como instrumento de comunicação, mas em cada enunciado é apontado um valor da língua portuguesa. Há um movimento que a atribuí como língua de comunicação internacional, ascensão social, conhecimento, dentre outros sentidos. Também há esse valor quando se refere às línguas de origem africana, contudo, é assinalado que elas "interferem" no ensino do português, o que notamos é um "deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para o outro" (BAKHTIN, 1999, p. 135).

Acentuamos que todo conteúdo é acompanhado de uma ênfase valorativa, que corresponde a valores sociais, carregados de ideologia, ainda que manifestada por uma voz individual. Portanto, de acordo com essa concepção, ao emitir um enunciado, o sujeito, situado historicamente, expressa uma ênfase valorativa, ou seja, um posicionamento, uma avaliação, por tratar-se de um ato responsivo, dirigido a alguém.

Pêcheux (1993) desenvolveu uma teoria apontando que os sujeitos não são considerados seres isolados que se valem do já dito, mas que a ideologia e os discursos os são subjacentes, resultados da posição social que ocupam, sendo determinantes no que se refere à disseminação dos discursos. Assim, a atitude do sujeito frente à língua perpassa essa construção discursiva ideológica, pois conforme os dados dos textos acadêmicos analisados, os discursos recorrem ao processo histórico.

Além desses elementos portadores da comunicação discursiva, o teórico pontua sobre os elementos destinadores e destinatário designarem determinados lugares na estrutura da formação social. A hipótese exposta pelo autor é de que esses lugares estão representados nos processos discursivos, o que intitula de *feixes de traços objetivos característicos* (p.82), dentro das condições de produção. Em outros termos, esses processos discursivos são uma série de formações imaginárias que designam destinador e destinatário e se atribuem cada um a si e as imagens que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. O autor salienta que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias.

Pêcheux (1993) acrescenta ainda que ocorre uma *apreensão perceptiva* (p. 85) do referente, do outro e de si como condição pré-discursiva do discurso que perpassa um "já dito" com os quais se constitui as formações imaginárias enunciadas. Esse processo faz parte de um acontecimento discursivo mais amplo, inserido na história e contínuo. Quando analisarmos os dados da pesquisa, e o modo como o sujeito manifesta seu posicionamento frente à língua portuguesa e à língua nacional verificamos resquícios da colonização e são perpetuados pelo liberalismo.

Considerando as concepções do referido autor, o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem, as imagens que são construídas da língua portuguesa, ou das línguas nacionais nos textos acadêmicos não são constitutivas de um dado momento em que é enunciado, tão pouco aparecem do nada, mas assentam-se na história e é constitutiva de outros dizeres, outra forma de entender essa questão do constitutivo, pode ser vista em Authier-Revuz (1998), pois, para ela, há um sujeito iludido, um sujeito autônomo como fonte do seu dizer. . Entendemos que o modo como à língua portuguesa foi imposta historicamente em Angola supõe uma antecipação discursiva.

A opção por trabalhar com a noção de formações imaginárias reflete a perspectiva de analisar os discursos que se constituem sobre língua em diversos contextos, neste em específico, analisar a posição do sujeito frente à língua portuguesa em Angola, por meio da produção acadêmica defendida em Brasil e Portugal.

Portanto, ao buscar uma aproximação das discussões sobre as formações imaginárias discutidas por Pêcheux (1997), pensando em uma situação que se baseia na teoria da comunicação de Jakobson (1990), elenca-se: quem enuncia – pesquisadores; para quem enuncia – pesquisadores, professores, meio acadêmico; sobre o que se enuncia – sobre a língua; e a situação de comunicação – circulação das ideias nas universidades.

Ao observar as marcas linguísticas, como descreve Mayaffre (2005) em seu artigo *L'analyse du discours. Histoire et pratiques*²⁸, compreende-se que a linguística pode desempenhar um papel central para os analistas que utilizam a Análise do Discurso, e o seu dispositivo de análise linguística (ibidem, p.171).

Nesse contexto, a modalização linguística refere-se à marca do enunciador ao expressar um julgamento da sua própria enunciação. Com isso mobilizamos as concepções teóricas de Pottier (1978, p. 159) sobre modalização linguística²⁹. O autor, no livro *Linguística geral teoria e descrição*, apresenta um inventário da formulação modal e elabora um quadro conceitual partindo de uma experiência linguística com outras línguas (língua guarani, língua francesa, língua espanhola, língua Náuatle, língua Basco, língua Swahili, língua quíchua, língua inglesa)³⁰ estabelecendo comparações, ou exemplificando, bem como o modo como se emprega

²⁸ Acesso em: 13.04.2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corpus/321>

²⁹ Acrescentamos Moura (2007) no capítulo *Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem* faz uma discussão sobre os conceitos de modalidade, e os modos verbais no enunciado de mencionando outros estudiosos como Ducrot, Halliday, Lyons, Maingueneau, Tolonen, Pierre, dentre outros.

³⁰ Destacamos que os exemplos da modalidade nas línguas mencionadas não são expostas em todas as formulações e quadro conceitual da seção *IV formulações* (p. 159-180)

os verbos modais em cada uso, acentuando que cada língua expressa modalidades e possuem sistemas e subsistemas.

De acordo com o autor, a formulação modal³¹ é conceituada como relações de designação no processo de comunicação linguística divididas em comunicativas e descritivas, sendo elas: modalidade, asserção, desenvolvimento e determinação. A primeira refere-se a uma crítica subjetiva do discurso, a asserção e o desenvolvimento são entendidos como uma forma variável de incidência, mas a asserção é uma relação de negação na manifestação do “eu” enunciador, já no desenvolvimento é marcado no enunciado um grau de crença, por último a determinação é entendido como uma marca do locutor que apresenta elementos especificadores.

Concentramos as análises na modalidade, e a perspectiva não é deter-se a cada conceito e exemplo dessa formulação modal. Pottier (1924) divide a modalidade em três tipos de organização gramatical: os eixos modais, modos e laços modais³². As análises nos mostram uma recorrência de verbo modal epistêmico no sentido de marcar com discurso *Outro* a obrigatoriedade da Língua Portuguesa no sistema escolar, também do verbo modal de enfoque impulsivo sinalizando a dependência de decisões externas, sustentando com vozes marcadas do discurso de documentos oficiais ou educacionais.

Há uma recorrência do verbo modal de apreciação de enfoque constativo e conotação positiva (POTTIER, 1978 p. 162) sinalizando qualidade à língua, bem como o verbo modal de enfoque constativo de eventualidade que está no sentido de necessidade da língua marcando pelo verbo no imperativo afirmativo quando se diz sobre que só deverá ser reconhecida às línguas locais quando possuir um sistema de escrita. Verbo modal de enfoque constativo de apreciação marcando uma padronização da norma linguística.

Para além da materialidade linguística, consideramos que os textos acadêmicos apresentam diferentes vozes, tanto de um sujeito inconsciente que é perpassado pela heterogeneidade constitutiva, quanto do pesquisador que mobiliza referências para embasar seu posicionamento. Para tanto, entender como as diferentes vozes presentes nos textos são marcadas requer um estudo voltado para enunciação. Dessa forma, utilizamos os conceitos de heterogeneidade enunciativa e discurso relatado (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Ao analisar a heterogeneidade de vozes presente no discurso acadêmico, estamos considerando que o discurso atravessa os dizeres dos sujeitos enunciadores, e o funcionamento

³¹ Pottier (1924, p. 156) expõe também um quadro conceitual das formulações locutiva, qualitativa e quantitativa. Nesta pesquisa nos concentramos nas formulações modais.

³² Pottier (2004) no artigo *L'organisation des catégories modales* distingue a modalidade objetiva com exemplos em textos medievais espanhóis.

de elementos interdiscursivos na língua, que é marcada pelo sujeito enunciador ou *opaca* (RECANATI, 1979, p. 134) em textos acadêmicos. Authier-Revuz (2004) discute a opacidade como um modo do dizer pelo qual a enunciação de um elemento é duplicada. A perspectiva teórica da autora colabora para analisar a presença do Outro no discurso, pois o mesmo manifesta o jogo de imagens entre os interlocutores que se constroem no interior do próprio discurso. A autora discorre sobre imagem no discurso³³, pois considera o discurso como:

O discurso (como qualquer signo, em geral) é interindividual. [...] não se pode atribuir o discurso somente ao locutor [...]. Cada enunciado tem sempre um destinatário[...] e o autor da obra verbal procura e antecipa a compreensão responsiva. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42).

Nesse contexto do discurso que se faz presente o jogo de imagens. Para ela a imagem está no discurso e é constitutiva dele, e o interlocutor se marca no *tecido*³⁴ discursivo que é produzido. Portanto, ele é compreendido como um diálogo interno que se faz presente naquele que o produz. A autora menciona que:

a dialogização interior de um discurso que integra a imagem de sua própria compreensão por um outro discurso, e, portanto, de um ajustamento à escuta do outro, a verdadeiras "réplicas" solicitadas e previstas pelo locutor, vai-se, preferencialmente, em direção às ~'estratégias interacionais", cuja complexidade - real - continua presa em um mecanismo de ir e vir entre dois pólos espelhos, exteriores um ao outro em sua simetria. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 44)

A autora retoma a problemática do discurso como resultado do interdiscurso, com base nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa de Pêcheux que se filiam, ao mesmo tempo, nas reflexões de Foucault e Althusser. A Authier-Revuz (1998) considera que o sujeito é assujeitado por ideologias e controlado por instâncias que regulamentam o que pode e deve ser dito. Além disso, se baseia no conceito de dialogismo de Bakhtin que trata da polifonia intrínseca nos textos, e no conceito de sujeito dividido de Lacan. Esses deslocamentos enunciativos ou polifônicos possuem noções teóricas distintas.

Dentro dessas concepções de sujeito e desse jogo de vozes no enunciado³⁵, Authier-Revuz (1990) propõe uma concepção teórica sobre a heterogeneidade enunciativa perpassando essa "complexidade enunciativa", desdobrando em heterogeneidade mostrada e constitutiva. A

³³ Citamos a pesquisa de Macedo (2016) utiliza a perspectiva teórica de Authier-Revuz verificando a imagem do sujeito no discurso.

³⁴ Palavra utilizada por Authier-Revuz (2004)

³⁵ Ducrot (1897) discute sobre imagens na enunciação.

primeira significa uma inscrição do outro na sequência do discurso por “discurso direto, aspas, formas de retorque ou de glosa, discurso indireto livre, pastiche, estereótipo, pressuposição, enunciado dividido.” (p.1).

Conforme a autora, identificamos essas marcas, esse discurso heterogêneo, no interior de um discurso relatado, por “um termo metalinguístico (a palavra, o termo, a expressão, a fórmula “X”) (p.5), assim faz presente uma cadeia discursiva, partindo de uma cadeia enunciativa dita remetendo a outro lugar, sendo outro ato de enunciação. A segunda é marcada por meio do interdiscurso, ironia, metáforas, etc., destacando que nenhuma palavra é “neutra”, mas sim “carregada”, “habitada” e “ocupada” por outros discursos socialmente sustentados, ou o que Bakhtin (1998) designa *saturação da linguagem*. Identificar a heterogeneidade no nível discursivo é opor a cadeia de homogeneidade ou entender que não existe uma unicidade da língua, do sentido e do discurso.

Dito isso, a heterogeneidade constitutiva do discurso e a heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidades diferentes – processos reais que constitui um discurso, e dos processos não menos reais, ou seja, *um* sujeito se delimita na pluralidade dos outros. De acordo com a Authier-Revuz (1990, p. 9),

as formas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem no desconhecimento desta, uma representação da enunciação, que por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido.

Dada às questões teóricas elencadas pela pesquisadora, entendemos que nos textos acadêmicos há uma voz que mobiliza diversas vozes como forma para reiterar o que se defende na pesquisa. O apoio no discurso do Outro, assim como a pluralidade de vozes é característica intrínseca desse gênero. Nesse contexto, partiremos dos conceitos elencados para verificar a presença do Outro nos enunciados e como os textos acadêmicos se articulam para construir determinadas imagens de língua.

Nesse jogo de vozes é necessário verificar se quando o sujeito do discurso se refere ao discurso do Outro constrói uma dinâmica de diálogo com as vozes citadas a fim de fazer avaliações e posicionar-se de forma a construir a sua própria voz, ou se reproduz o discurso Outro. Notamos, a partir das análises dos textos acadêmicos que o pesquisador incorpora as vozes dos outros no seu texto, buscando construir a sua própria voz. Também na escrita acadêmico, faz-se necessário saber referir-se ao discurso do outro e construir uma dinâmica de diálogo com as vozes citadas, para, a partir do embate com o outro, fazer avaliações e posicionar-se de forma a construir a sua própria voz.

Estamos propondo, pois se desejamos compreender a imagem que se cria de uma língua, no caso, a língua portuguesa, e como nossos dados demonstraram, também sobre a língua nacional³⁶, talvez devêssemos levar em conta um número possível de aspectos que compõem a heterogeneidade do modo como se compreende socialmente o conceito de língua, de uma forma que esses aspectos possam ser contemplados por meio do estudo das imagens que se criam da língua. Expostas as perspectivas teóricas, na próxima seção descreveremos a constituição dos *corpora*.

4. ASPECTOS METODOLOGICOS

³⁶ Ressaltamos que estamos chamando língua nacional, as línguas de origem africana, pois em Angola, conforme Gomes (2014), elas chamadas de 'línguas nacionais'. Em quase todos os discursos oficiais e acadêmicos, a expressão 'línguas nacionais', quando referem às línguas de origem africana,

Esta seção concentra-se a discorrer os procedimentos metodológicos, a seleção e composição do *corpus*. No primeiro momento descrevemos sobre a representatividade do mesmo com base nas concepções de (MELLET, 2002), posteriormente detalhamos a busca pelos textos acadêmicos, descrevo-os e delimito-os, também discorreremos acerca da crítica textual como método nos pressupostos de (CAMBRAIA, 2005) e sobre o paradigma indiciário de (GINZBURG, 1990).

4.1 Representatividade do *corpus*: uma breve exposição

Mellet (2002) em seu artigo *Corpus et recherches linguistiques*³⁷, questiona a noção de *corpus*, parecer, à primeira vista, bastante objetiva e bem ancorada em certas tradições das ciências humanas e sociais, filológicas ou jurídicas, como menciona a autora. Nesta perspectiva, a primeira abordagem refere-se à definição do *corpus* e seu fechamento, ou seja, o modo como o pesquisador faz o recorte de seus dados, considerando que a delimitação aponta para um ponto de vista do pesquisador sobre o objeto estudado que pode definir seus contornos precisos e vincula o estudo a determinado campo disciplinar. Com essa primeira questão, a pesquisadora francesa pontua que um *corpus* não pode ser fechado no contexto do que se propõe a analisar, na intenção de representar apenas o que pretendemos, mas manter uma abertura, o que Mellet (2002) chama de *representatividade*, que se estende na intenção de constituir um panorama de uma realidade maior do *corpus*.

Partindo desse entendimento, a autora apresenta, expondo a tese de D. Mayaffre, um esclarecimento que parte de duas observações sobre a linguística atual dos *corpora*, sugerindo ferramentas de armazenamento, bem como as facilidades para a organização de dados. Esse modo, conforme expõe Mellet (2002) pode permitir que o pesquisador não ocultasse a extensão do *corpus*; em outra direção, ao apresentar recortes poderá fazer com que o *corpus* delimitado seja conduzido para o analista como um objeto de investigação.

Nessa ancoragem, descrevemos duas perspectivas. Primeiro, tencionamos apresentar

³⁷ A autora faz alusão à pesquisa de J. Guilhaumou, sendo que o autor oferece uma história, desde a década de 1970, aos corpora em análise de discurso, particularmente entre historiadores e especialistas em discurso político. Para além desses exemplos da análise de discurso, Mellet (2002) sugere baseando-se em Sylvain Auroux (1998) uma perspectiva de *observatório*. Nossa intenção não é deter-se a essas questões, apenas contextualizar as perspectivas da pesquisadora mencionada, com isso na intenção de uma descrição mais detalhada, consultar: Sylvain Auroux, *La raison, le langage et les normes*, Paris : PUF, 1998 (pp. 166-169 notamment).

essa representatividade dos corpora, na intenção de expor sua heterogeneidade, ou seja, como o *corpus* é imbuído de um caráter metadiscursivo, ou seja, usamos o nosso texto escrito para tratar de outros textos ou discursos que também estão materializados na escrita. Dentro dessa concepção, Crismore (1989) apresenta que metadiscorso pode ser usado para fins referenciais ou expressivos. No primeiro fim ocorre quando direciona os leitores para entender os propósitos, ou metas e mensagem da pessoa do discurso, referindo-se ou a estrutura discursiva ou ao conteúdo do texto produzido; na segunda perspectiva ocorre quando direciona os leitores para entender a intenção ou a postura diante do conteúdo ou estrutura do discurso criado pela pessoa do discurso.

Crismore (1989) em seu livro *Talking with readers — metadiscourse as rhetorical act* (1989, p. 158-159) classifica o metadiscorso em três tipos: *informacional*, *atitudinal* e *voz metadiscursiva*. O informacional é constituído de um plano de referência da linguagem, permitindo que o autor apresente informações sobre seu discurso, o atitudinal³⁸ é o instrumento utilizado pelo autor para demonstrar sua atitude acerca do conteúdo ou a estrutura do seu discurso; na voz metadiscursiva são pontos de vista corresponde a diferentes pontos de vista sob os quais o metadiscorso pode ser declarado: primeira, segunda ou terceira pessoas do discurso. De maneira objetiva, pontuamos que o autor define que o metadiscorso é um instrumento retórico de uso pragmático para analisar.

A intenção não é deter-se nas concepções elencadas pelo autor, apenas demarcar que, pois usamos o nosso texto escrito para tratar de textos acadêmicos na intenção de analisar os discursos que estão materializados em textos escritos, no plano metadiscursivo expressivo na perspectiva de compreender o funcionamento discursivo das imagens de língua enunciadas; outro aspecto da heterogeneidade também por sua quantidade e por referirem-se a países distintos, bem como o caráter intertextual no sentido de que os textos acadêmicos fazem referência a textos teóricos para ancorar suas ideias. Posteriormente, realizamos um recorte dos corpora, definindo por meio dos objetivos propostos em uma reflexão crítica.

Partindo de um movimento centrípeto, ou seja, de uma exploração geral dos *corpora*, dos textos acadêmicos dos dois países, para uma delimitação do que será analisado nesta pesquisa, não tencionamos reduzir as possibilidades de análise e interpretações que os textos acadêmicos podem apresentar, em termos de observação e problematização. Pois, consideramos que, como se propõe na Análise do Discurso, o objeto de análise depende da formulação da

³⁸ De acordo com Crismore (1989) o metadiscorso atitudinal está dividido em quatro subtipos: (i) *saliência* – importância da ideia; (ii) *ênfase* – grau de certeza da asserção; (iii) *atenuação* – grau de incerteza da asserção; e (iv) *avaliação* – atitude sobre um fato ou ideia.

questão de pesquisa, e visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. E como pontua Orlandi (1999, p. 27) é de responsabilidade do analista formular questões para desencadear uma análise. Resumindo as considerações precedentes, para tratar o *corpus* utilizamos uma abordagem heurística³⁹, que supõe certo caminhar na construção de hipóteses diante dos dados, e como sublinha Mellet (2002) essas observações pontuam o quanto deve ao pesquisador a uma crítica reflexiva diante das análises. Na seção seguinte dedico-me a descrição do *corpus* e a delimitação para análises.

4.2 Delimitação e descrição *corpus*

Antes de passarmos para a delimitação do *corpus*, descrevemos a compilação dos dados linguísticos do material analisado nesta pesquisa. Com isso, realizamos uma busca de textos acadêmicos sobre ‘Língua Portuguesa em Angola’, defendidos em Portugal e Brasil⁴⁰. Estabelecemos como período de interesse os últimos vinte anos, isto é, do ano de 2000 á 2020. Para esta coleta, recorremos ao banco de dados do *Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo* (SIBI), no qual se pode acessar o Portal de Busca Integrada (PBI), que permite consultar dissertações e teses, tanto de pesquisas realizadas por universidades brasileiras, quanto de universidades de outros países. Buscamos pelas palavras-chave: Angola, Língua, Ensino, Língua Portuguesa.

A metodologia de análise adotada, ainda que decorra de aspectos quantitativos, é predominantemente qualitativa, onde se tem a intenção de descrever, interpretar e discutir os aspectos linguísticos e discursivos do *corpus*. Serão abordados os procedimentos adotados em três sequências: i) coleta de dados em uma plataforma *online*, estabelecendo critérios para seleção dos textos acadêmicos no *corpus*; ii) distinção entre os *corpora* e a composição do *corpus* para análise, iii) seleção de excertos dos textos acadêmicos que enunciam o modo como o sujeito pesquisador se posiciona frente à Língua Portuguesa em Angola.

³⁹ Charaudeau (2011) tece reflexões no artigo *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática sobre a abertura/fechamento, o tratamento qualitativo e quantitativo do corpus*. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html>.

⁴⁰ Tínhamos como objetivo analisar a produção acadêmica de Angola, mas reiteramos que não analisamos textos de universidades angolanas devida a ausência de repositórios *on-line*, e também destacamos que no Curso de Mestrado: Ciências da Educação do Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza-Sul da Universidade Katyavala Bwila, os alunos não havia defendido as dissertações devido o contexto pandêmico do covid-19.

Nesse *corpus* que compilamos, notamos que, por meio das expressões linguísticas e das marcas discursivas, os textos estudam a relação do português no território angolano, marcando-o textualmente como língua oficial. Enquanto que as línguas locais não são nomeadas, uma vez que existência delas são múltiplas. Outro aspecto que identificamos refere-se à pergunta de pesquisa, cujo objetivo foi analisar se os alunos das escolas falavam a língua local angolana quando aprendem português. Não enfatizando as línguas africanas, apenas o meio para se ensinar o português. Podemos chamar de *pergunta-importada* (ARAÚJO, 2016), pois o posicionamento do pesquisador frente à pergunta de pesquisa apresenta uma construção de um problema. Suponho que o problema seja por induzir uma pergunta de um modo a apresentar o uso das línguas nacionais na aprendizagem do português.

Tendo em vista que esta pesquisa coloca em movimento uma quantidade de textos acadêmicos, delimitamos os seguintes aspectos: 1) pesquisas que discorriam sobre a unidade linguística em Angola; 2) ou estudos que discutem o ensino das línguas nacionais e o processo de colonização, 3) Análise somente dissertações, e por demarcarem que as línguas nacionais interferem no ensino da língua portuguesa, calcando imagens negativas frente às línguas locais.

A fim de filtrar o escopo da pesquisa, nesse levantamento, definimos dois textos acadêmicos de cada país que versam discussões sobre língua portuguesa em Angola, bem como questões relacionadas às línguas nacionais da mesma, pois destacamos que esses textos acadêmicos demarcam um papel duplo: nos discursos que as LN são sempre o meio para se ensinar a LP; toda divisão das pesquisas tem como foco a Língua Portuguesa e as línguas nacionais são silenciadas, discursos velados, também que a LP tem seu espaço em relação ao ensino e como estatuto social, a outra questão é pelo fato de sustentarem que há mais falantes da LP atualmente. O quadro abaixo apresenta os *corpora*:

Tabela 1: Título: Composição dos *corpora*: textos acadêmicos de universidades portuguesas e universidades brasileiras.

Texto acadêmico	Identificação	Área do conhecimento
Dissertação	UP - D01	Humanidade
Dissertação	UP -D02	Humanidade
Dissertação	UP - D03	Humanidade
Tese	UP - T04	Ciências da Educação
Dissertação	UP - D05	Ciências da Educação
Dissertação	UP - D06	Linguagem

Dissertação	UP - D07	Ciências da Educação
Dissertação	UB - D01	Educação
Dissertação	UB - D02	Humanas
Dissertação	UB - D03	Língua Portuguesa
Tese	UB - T04	Língua Portuguesa
Dissertação	UB -D05	Língua Portuguesa
Tese	UB -T06	Língua Portuguesa
Dissertação	UB - D07	Língua Portuguesa

Fonte: Autoria própria.

A tabela elenca os tipos de pesquisas, a nomenclatura de cada texto, e a área de concentração das mesmas, sendo destacadas por UP quando faz menção às universidades de portuguesas e UB às universidades brasileiras. Apesar de delimitarmos quatro textos para análises, optamos em descrever, brevemente, todos os textos acadêmicos encontrados, na intenção de mostrar como as pesquisas sobre a Língua Portuguesa em Angola vêm sendo produzidas.

Em UP-D0, o pesquisador analisa elementos gramaticais do verbo comparando o Português de Angola e o Português Europeu; em UP-D02 reflete-se a construção histórica da nacionalização da língua portuguesa, bem como a democratização de ensino bilinguismo; UP-D03 relaciona-se a um estudo sobre a interferência⁴¹ linguística do Umbundu no Português e sua aprendizagem, buscando analisar quais são as marcas e consequências no aproveitamento escolar. Aborda a realidade linguística de Angola, marcando um plurilinguismo, em virtude da existência de diferentes povos falando diversas línguas.

Em UP-T04, o foco da pesquisa é o professor, em específico o professor de língua portuguesa, demarcando que a LP é a língua oficial e de escolarização, mesmo que enuncie que a LP *convive* com as línguas locais. A pesquisa analisa também o cenário de reforma educativa. UP-D05 trata de uma pesquisa quantitativa voltada a identificar quantos alunos do ensino básico público do Conselho de Évora tem a LP como língua segunda. A pesquisa direciona-se para o estudo da inserção de alunos cuja língua materna é outra língua e não o Português.

Em UP-D06, o estudo considera apresentar uma análise crítica sobre o ensino da LP, como língua segunda em Angola, o que focaliza políticas linguísticas de ensino; UP-D07

⁴¹ Esse termo pode estar relacionado ao campo teórico da sociolinguística em que se discutem as línguas em contato. Calvet (2002, p. 36) aborda exemplos e estudos.

chama-nos atenção à perspectiva de apresentar uma unidade linguística de Angola. A pesquisa busca demonstrar como os conflitos armados influenciaram o processo de unificação nacional em Angola, Moçambique em Guiné-Bissau. Diante de um estudo geral, notamos que o pesquisador se posiciona abordando que o insucesso escolar se dá por meio do uso das línguas nacionais em sala de aula durante o ensino da Língua Portuguesa.

Das universidades portuguesas selecionamos dois textos: UP-D03 e UP-D08. Em UP-D03 depreendemos imagens relacionadas à influência das políticas linguísticas coloniais no ensino, enquanto que em UP-D08 nos mostra discursos com resquícios da colonização que sustentam a questão da manutenção da hegemonia do português. Notamos marcas textuais referindo o uso correto da língua portuguesa frente às línguas nacionais, que fazem alusões aos discursos oficiais à língua da comunicação social e ascensão. Destacamos nas análises que as imagens de língua refletem também o modo como o pesquisador enuncia sobre o ensino.

Além disso, observamos o modo como os verbos são expostos indicando uma relação paradoxal: ao mesmo tempo em que há uma defesa sobre o ensino das línguas nacionais em Angola, é circunscrito que a língua portuguesa, por meio do verbo modal epistêmico, *deve* (POTTIER, 1978) ser ensinada, marcando discursos que versam sobre uma obrigatoriedade calcada em discursos públicos. Também notamos vozes externas a do pesquisador que corroboram e cristalizam a defesa da hegemonia da Língua Portuguesa. O texto acaba por defender que o uso do português, nomeado como a língua oficial, é usada em diversas instâncias administrativas, na escolarização e nas relações internacionais, enquanto a expressão “língua nacional” é destacada como uma variedade de língua de origem africana que não pode ser utilizada nas escolas, pois interfere no ensino.

O *polo* língua (BARZOTTO, 2010) é circunscrito por acepções que a relacionam como à administração social, ao veículo comunicacional, inclusão, cultura e transmissão do conhecimento. Entretanto, ao referirem-se às línguas africanas, os textos demarcam textualmente que elas estão reservadas às funções de comunicação informal, particularmente no domínio da oralidade.

No que se refere ao levantamento do *corpus* de textos acadêmicos de universidades brasileiras, encontramos três dissertações: duas da área das ciências humanas e uma da educação; e quatro teses da área de Linguística. UB-D01 tem como objetivo analisar concepções de linguagem em livros didáticos da LP para o ensino fundamental em Angola; UB-D02, UB-D03, UB-T04 e UB-T06 centram as suas pesquisas nos estudos da Teoria Gerativa

analisando o português angolano, embora contextualizem a história da Língua Portuguesa em Angola.

A construção discursiva das pesquisas expõe questões históricas desde a chegada dos portugueses em África, a como se deu a organização da sociedade angolana e a implementação da Língua Portuguesa. Embora se façam presentes aspectos da Língua Portuguesa, o foco é dado às análises pelo viés lexical e morfosintático. Esclarecemos que essas pesquisas têm como foco principal discutir a LP, enquanto que as LN são citadas ao longo das discussões, entretanto não são postas como objeto de possível análise para consolidação e construção científica.

Diante do levantamento desses textos acadêmicos, delimitamos duas dissertações advindas de universidades brasileiras UB-D05 e UB-D07. A primeira pesquisa analisou como as crianças das aldeias de Cabinda/Angola que falam as línguas locais angolanas aprendem o português, mostrando as relações entre a língua portuguesa e as línguas locais, sendo enfatizado o ensino com da primeira. Na segunda, as marcas textuais dos pesquisadores imprimem no texto afirmações que podemos compreender que a Língua Portuguesa falada em Angola e no Brasil são denominadas como dialetos, e variantes linguísticas, subentendendo-se que a norma padrão é representada pelo português europeu, comparando-as. Na seção seguinte apontamos aspectos da crítica textual como método, bem como o uso do paradigma indiciário.

4.3 A crítica textual e o paradigma indiciário como métodos

Valemo-nos dos pressupostos da crítica textual de que “um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão” (CAMBRAIA, 2005, p. 2). O autor salienta que a cada cópia que se faz de um texto sua constituição muda, seja involuntário ou de modo voluntário de quem o copia. Neste caso, quando realizamos recortes dos textos acadêmicos podemos modificar, seja na transcrição, ou no modo que o recorte é feito. De acordo com o autor, as modificações em textos são compreendidas em duas categorias: exógenas e endógenas.

A primeira refere-se à *corrupção do material*, ou seja, são alterações de ordem no suporte, furos, umidade, insetos, dentre outros. O segundo são modificações que advém do *ato de reprodução do texto em si*, sendo feito no processo de realização de sua cópia em um novo suporte material, nesta depende do responsável no ato da cópia. É esta que utilizamos na

reprodução dos textos acadêmicos para análises. O referido autor intitula a crítica textual como “um campo de conhecimento que trata basicamente da restituição da forma genuína dos textos” (ibidem, p. 13).

Dentre essas questões, entende-se que restituir o texto à sua genuinidade significa aproximá-lo o mais próximo da intenção do seu autor, tornar a leitura legível, e sem deturpar, tanto no processo de transcrição, quanto de recorte, ou cópia. Dito isso, na tarefa de manter com fidelidade os excertos dos textos acadêmicos para análise e a fim de sustentar essa perspectiva metodológica, usou-se para compilação dos dados, bem como para a delimitação dos recortes, o *software Le Trameur*⁴², desenvolvido pelo professor Serge Fleury da Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. O programa possui recursos para análise automática, estatística e documental de textos, com a intenção de preparar os dados para uma interpretação semântica. Este *software* é uma ferramenta de *textometria*, possui também funcionalidades específicas que permitem anotar dinamicamente os *corpora* ou explorar recursos como bancos de árvores ou alinhamentos monolíngues/multilíngues, dentre outras funções.

No programa carregamos um texto que deve ser “preparado” no *software Gromoteur*⁴³, como indica o manual do *Le Traumeur* “*Ces fiches fournissent un mode d'emploi pour construire un corpus chronologique issu du web (via Gromoteur) puis pour l'analyser (via Le Trameur).*” (p.10). De maneira objetiva, foram explorados os recursos: dicionário, concordância, segmentos repetidos, gráfico de detalhamento, co-ocorrentes, dentre outros. Utilizou-se as ferramentas na intenção de não confluir o nosso texto escrito com os recortes do *corpus*, de modo que houvesse mais clareza, também que os dados fossem transcritos de acordo com o original.

Perpassando as perspectivas descritivas, tomou-se como auxílio metodológico o paradigma indiciário do historiador italiano Ginzburg (1990). O autor procura mostrar no livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, que assim como o médico produz seus diagnósticos observando, investigando os sintomas, outros saberes indiciários produzem um conhecimento lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios. Caracteriza-se o paradigma indiciário pela “[...] capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente [...]” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Ginzburg (1989) destaca que o método indiciário obteve consideráveis influências na literatura e na psicanálise, e estamos tomando-o na perspectiva de que assim como Morelli

⁴² Informações gerais o manual de uso pode ser encontrado em: <<http://www.tal.univ-paris3.fr/trameur/>>. Acesso em: 27.03.2020.

⁴³ Disponível em: <<https://gromoteur.software.informer.com/2.2/>>. Acesso em: 21.04.2020

examinava nas obras de arte os pormenores normalmente considerados irrelevantes para diferenciar as originais das cópias, observamos nos textos acadêmicos, as pistas da posição do sujeito frente à língua.

É nessa perspectiva que buscamos analisar os textos acadêmicos, observando esses indícios, interpretando o subentendido e os efeitos de sentidos, que faz presente nos enunciados e que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes na maneira que se fala da língua portuguesa em Angola. Assim, relacionamos ao dispositivo da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1993) que propõe analisar o dito em relação ao não dito, lugar em que o sujeito fala em um lugar com o que é dito em outro lugar, buscando entender quais os efeitos de sentido se constituem nas palavras.

Selecionamos enunciados que mostram indícios do *polo linguístico*: língua (BARZOTTO, 2010), o mesmo mecanismo que o *Le Trameur* possui que é o *polé* que apresenta um cálculo da co-ocorrência da palavra selecionada e apresenta a frequência em todo corpus.

5 ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DOS TEXTOS ACADÊMICOS: BRASIL E PORTUGAL.

5.1 A norma da língua e suas variantes

Os excertos elencados a seguir referem-se a recortes dos dados de análise. Analisa-se a Língua Portuguesa em Angola, bem como as relações do sujeito frente às línguas. A discussão

parte de uma entrevista realizada com uma estudante angolana, em Belo Horizonte. Usando a Análise do Discurso, discute-se o papel da língua portuguesa na construção do vínculo social Angola-Brasil em uma entrevista transcrita, feita com uma estudante angolana em Belo Horizonte. Tem-se como referência também os estudos de Enriquez (1990) sobre a psicanálise do vínculo social, com vertentes que articulam as noções de cultura, linguagem e discurso, e Saussure (1971), no que diz respeito ao vínculo social como garantia da unidade da língua.

A pesquisadora considera, no estudo da entrevista, passagens da língua de aspectos fonéticos-fonológicos e morfossintáticos e no contexto social-histórico da sua produção. Observamos que, ao construir sua argumentação, a entrevistada direciona seu discurso a uma ideia de unificação da língua, com traços comparativos da língua portuguesa do Brasil e de Angola.

Entendemos a presente pesquisa como imbuída de um caráter metatextual, pois usamos o nosso texto escrito para tratar de outros discursos que estão nele materializados, de modo a compreender o funcionamento discursivo das imagens de língua enunciadas. Em paralelo, analisamos em que medida o modo de enunciar sobre as línguas pode contribuir para disseminar determinados discursos, que criam imagens de língua.

Demarcamos, nos excertos retirados do artigo, o funcionamento conjunto de dois discursos: o dos pesquisadores e o da entrevistada, sem apagar a diferença entre suas imagens particulares. Os discursos da pesquisadora imprimem que a pesquisa está vinculada à área de linguagens; assinalam que a língua portuguesa de Angola e a do Brasil são dialetos e variantes linguísticas e circunscrevem, marcando textualmente, que a norma é o Português Europeu.

Os textos acadêmicos discutem o papel da língua portuguesa na construção do vínculo social Angola-Brasil, mostrando que o vínculo social é estabelecido por meio da língua portuguesa e, não, por meio das línguas nacionais de Angola. Notamos que as expressões elencadas pelos autores apontam que, na construção do vínculo social, as variantes da língua angolana e da língua brasileira dificultam o ato de comunicação. Essas questões aparecem reiterando a voz do autor citado, em *Section n° 482*:

SECTION N°482

Essa **contaminação** linguística da variante nacional brasileira sobre a variante angolana é tratada também em Torres Di Gregório (2006).

No trecho acima, o substantivo “contaminação”, marcado pelo discurso do Outro e reiterado pelos pesquisadores, refere-se, de acordo com o *Dicio*⁴⁴, à “Infecção; propagação de substâncias ou de doenças que causam infecção”. Semanticamente, o efeito que se tem é negativo, no sentido de uma língua “contaminar” a outra. Os autores constroem uma imagem negativa tanto do português do Brasil, quanto do português de Angola, ao utilizarem esse termo.

Omitem o termo “Língua Portuguesa” e usam a palavra “variante”, para se referirem às línguas dos países citados. Assim, a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Angola são apenas variedades e seu *status* de língua é inferiorizado em relação ao português europeu.

Ao fazermos uma busca da palavra “contaminação” em pesquisas na área da Linguística, verificamos que Mozzillo (2008) discute, a partir do termo, o mito da pureza linguística, confrontando o conceito de *code-switching*. Correia (2012), ao tratar de “contaminação”, no sentido de intervenção de uma língua na outra, da Língua Gestual Portuguesa no Português escrito de alunos surdos, marca que ela se dá por convivência com uma língua oral.

Em todas as análises desse campo, não interessa se o sujeito falante reflete sobre a língua. Interessa, apenas, descrever e enquadrar o que ele diz na língua. A escolha lexical “variante” aparece em diversos trechos para referir-se ao português angolano e ao português brasileiro, conforme as passagens no quadro abaixo:

Quadro: Marcas que se referem à palavra variante.

<p>“A língua surge como um elemento importante na construção do vínculo social, mas apresenta dificuldades concernentes à <i>variante angolana e à brasileira</i>”</p>	<p>“[...] Torres Di Gregório (2006), de quem tomam emprestado o termo <i>variantes nacionais</i> para designar o português em Angola e no Brasil.”</p>
<p>“a família da rapariga, rapariga que é um termo que não deve ser usado, da moça”. Rapariga é palavra que aponta diferença semântica grande entre a <i>variante brasileira e a angolana da língua portuguesa.</i>”</p>	<p>“o processo de apropriação da língua e os vestígios de assimilação/vinculação de U. à cultura brasileira, simbolizada pelo uso da <i>variante brasileira</i>”</p>

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/contaminacao/>>. Acesso em: 20 nov.2019.

“Exceção importante, que atua no sentido de uma convergência, é a língua comum (ainda marcada, nos dois casos, por vestígios do tempo de colônia como, por exemplo, o uso do termo "línguas nacionais", na *variante angolana*, e "você" - facilmente apropriado pelos estudantes angolanos - na *variante brasileira*).”

“do lado lingüístico a importância da língua portuguesa e de suas *variantes angolana e brasileira*”

Fonte: Elaborado pela autora.

Se olharmos pelo viés da sociolinguística de Calvet (2002), por exemplo, compreende-se variável como um conjunto constituído de um aspecto ou categoria de uma língua, e variante, como formas individuais que “concorrem” em uma variável. O discurso relatado pela pesquisadora faz menção a um discurso *Outro*. No excerto em questão, reflete o que Bakhtin (1988, p. 148) distingue como “discurso que serve para ser transmitido” e “discurso transmitido”. Estratégias distintas são adotadas pelo autor citado pela pesquisadora, para defender a importância do que está sendo dito. Conforme expõe Barzotto (2006), os dois modos são estratégias importantes para a construção textual e podem possibilitar autonomia frente aos textos que se lê e à produção de escrita. Entretanto, a questão a ser discutida é que a primeira se torna mais evidente a partir do método que garante apenas a circulação das ideias dentro da produção acadêmica. O reforço das concepções do discurso do outro delinea as condições de produção do conhecimento, além de reiterar que o português falado em Angola se aproxima do uso oral do português brasileiro.

Subentende-se, por meio da construção da argumentação e das escolhas lexicais expostas no texto, um uso do português de Portugal considerado como correto, apresentando uma polarização.

Em outro trecho do texto acadêmico, na *Section N°50*:

SECTION N°50:

O contexto histórico permite compreender as próximas interlocuções entre E. e U. Ele pergunta se ela fala "alguma língua nacional". Novamente, é uma questão que brasileiros, na sua maioria, não entendem, pois, mesmo quando sabem, o que é raro, que há mais de uma centena de dialetos falados no país, entre línguas indígenas e de imigrantes europeus e asiáticos, consideram que o português é a sua única língua oficial e nacional. Até para U., com quem compartilha a cultura angolana, E. acrescenta "no caso aqui do Brasil, dialeto" 2. Para os dois, que são jovens, a imposição de Portugal proibindo o uso de outras línguas que não o português parece coisa antiga. Nota-se que, mais adiante, ele repete "língua nacional". Ela emprega sempre o termo "dialeto". Para ele, as línguas das diversas etnias são as nacionais. §

O discurso relatado dos pesquisadores marca as línguas indígenas como dialeto. É marcado no texto, na análise do enunciado da entrevista, uma imagem de uma língua unificada em Angola, mesmo considerando que há línguas nacionais, e se faz presente, no aparato teórico, a imposição da língua portuguesa em território angolano.

Nota-se uma interdiscursividade com o período da colonização, quando foi proibido o uso das línguas nacionais, a partir do *Estatuto Dos Indígenas Portugueses Das Províncias Da Guiné, Angola E Mocambique*, pelo Decreto-Lei n° 39.668, de 20 de Maio de 1964. Seu modo de se referir às línguas nacionais pode ser entendido com o que Schlieben-Lange (1993) descreve sobre o discurso público, que pode contribuir para que o sujeito incorpore estereótipos sobre a língua.

No que se refere à comparação entre o português brasileiro e o português angolano, a pesquisadora focaliza os aspectos da modalidade escrita: "U. E. também esbarra na escrita com seus professores no Brasil. Por exemplo, onde os brasileiros usam o gerúndio (estão trabalhando), os angolanos, como os portugueses, usam o infinitivo (estão a trabalhar)" (retirado do excerto, p. 6).

A comparação do português brasileiro e do português angolano, no que diz respeito à escrita, ressalta o valor do que é escrito (CERTEAU, 1998).

Desse modo, os pesquisadores, ao fazerem referência à língua portuguesa, enunciam que: "Para os dois, que são jovens, a imposição de Portugal proibindo o uso de *outras línguas* que não *o português* parece coisa antiga" (retirado do excerto, p. 12). Verificamos que as línguas nacionais de Angola são identificadas como as "outras línguas", mas o português é identificado e nomeado textualmente. Além disso, reitera-se o que a entrevistada angolana

enuncia sobre as línguas nacionais, ao se referirem as línguas nacionais como dialeto⁴⁵, como extraídos do texto acadêmico.

A palavra dialeto⁴⁶ é definida pelo *Dicio* como: “Modo de falar restrito e próprio de uma comunidade linguística menor, pertencente à outra maior, inserida numa mesma língua”. Ao considerarmos essa definição, as diferenças dialetais são, muitas vezes, ridicularizadas, e os dialetos são compreendidos como modos de falar incorretos e socialmente desprestigiados, razão pela qual os falantes das variedades que se afastam do português padrão são vítimas de preconceito linguístico (FERNANDES, 2013, p. 6).

Além disso, Petter (2015), em seu livro *Introdução à Linguística Africana*, aborda questões sobre conceitos de língua, dialeto, oralidade e escrito no continente africano. De acordo com a pesquisadora do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (USP), as línguas de África foram e ainda são identificadas de maneira genérica como dialetos⁴⁷. As hipóteses apresentadas são que isso se dá em razão de essas línguas serem utilizadas por pequenos grupos de indivíduos, por não se tratarem de línguas escritas ou até mesmo por preconceito.

Diante das hipóteses de Petter (2015) sobre o modo de nomear as LN ser calcado no preconceito, destacamos o fato de elas terem sido ocultadas historicamente. No período colonial, foi criado o Estatuto dos Indígenas Portugueses⁴⁸, em 1954, conforme descrevemos anteriormente, que exigia que todos aqueles indígenas que quisessem se tornar assimilados falassem “corretamente” a língua portuguesa, apresentando imagens de esquecimento das línguas locais. Mesmo décadas depois, em 2011, o *Ante-Projecto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais*⁴⁹, que pretendia valorizar as línguas nacionais, permitindo sua inserção nos espaços oficiais, circunscreve uma desvalorização das línguas em seu país, ainda destinando as LN aos espaços de comunicação informal.

⁴⁵ De acordo com o dicionário de linguística (1975), o dialeto designava diferentes sistemas usados em toda a Grécia, cada um para um determinado gênero literário, e era considerado como língua de uma região da Grécia em que devia recobrir dialeto no sentido moderno do termo. “[...] O dialeto é uma forma sistema léxico, sintático e fonético, e que é usada num ambiente mais restrito que a própria língua” (DUBOIS, 1973, p. 609).

⁴⁶ KLOSS (1967) usa o termo *língua ausbau* e apresenta uma metodologia que permite a língua tornar-se *status e corpus*. Kabatek (2003) menciona que a concepção de língua *ausbau* foi apresentada por Kloss e adotada, em 1953, por Uriel Weinreich, em inglês. Em outras línguas, o termo aparece, em francês, *langue constituite* e, em galego, *língua por elaboración*.

⁴⁷ Skutnabb-Kangas & Phillipson (1996) menciona um exemplo dos colonizadores europeus que, para minimizar o valor de línguas locais da África, usaram estratégias de designar essas línguas com o rótulo de “dialeto”.

⁴⁸ Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola E Moçambique/ Decreto-Lei n.º 39.668, de 20 de Maio de 1964. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf> Acesso em: 20 ago. 2019.

⁴⁹ Ressalta-se que o projeto de Lei foi iniciado em maio de 2005 e, após cinco anos, o documento voltou a ser discutido em reunião técnica, em agosto de 2010, no Ministério da Cultura.

Nessa linha de pensamento, Timbane (2013) sublinha que as línguas africanas, no período colonial vinculado a uma ideologia dominante, eram consideradas dialetos, pois a educação foi imposta pelo ensino da língua portuguesa. O termo dialeto, segundo o autor, apresenta-se um tanto quanto pejorativo, pois as línguas africanas têm as mesmas competências que outras línguas, no que se refere à gramática, ao léxico, à morfologia e à sintaxe. Para Timbane (2013, p. 264) “um dialeto não é uma língua, pois esse termo traz uma sensação preconceituosa, uma sensação de inferioridade”.

Considerando as reflexões sobre o modo como foi compreendido historicamente o termo dialeto para se referir às LN e baseando-se nas concepções da Análise do Discurso, entendemos que o sentido não existe em si, mas é determinado em um processo sócio-histórico, como no caso da colonização, em que as palavras produzidas afetaram os sentidos que as LN têm para o sujeito, reproduzidas e afetadas por posições ideológicas construídas ao longo da história. Nessa mesma linha de pensamento, Freire (1977) menciona que não é por acaso que os colonizadores falam de sua língua como língua e falam da língua dos colonizados como dialeto.

Nesse contexto de entender como as LN como dialeto pode estar atrelado ao contexto da colonização, Gomes (2014) faz uma abordagem teórica sobre as políticas linguísticas de Angola, descrevendo o *status* da língua portuguesa no período colonial,

O conceito da superioridade do português sobre estas línguas foi apropriado por muitos angolanos, os quais pensam que falar uma língua de origem africana é confundir-se com um indivíduo pouco ou não evoluído. Esta mentalidade foi herdada do colonialismo, que considerava as línguas africanas como dialetos sem qualquer importância, falares que só poderiam estar presentes em 58 contextos rurais e não citadinos. Este conceito foi crescendo até ao ponto de criar um preconceito em relação ao homem, ou à mulher da aldeia, que foram tomados como atrasados. Isto criou um distanciamento entre o homem da cidade e o da aldeia, estabelecendo uma associação entre o português como “língua urbana” e as línguas locais angolanas de origem africana como “línguas campestres” (GOMES, 2014, p. 58-59).

Para entender como o termo dialeto possui um sentido conotativo construído socialmente, Dauzat (1927) dedica-se a estudos sobre o "Patois"⁵⁰ na língua francesa e investiga a "defesa de dialetos, criminosos e regionalismo" (DAUZAT, 1927, p. 59). Dentre suas ponderações, o autor reitera que “a queda do dialeto é o preço da unidade nacional” (DAUZAT, 1927, p. 59). Isso pode ter uma relação com a intenção do período colonial, pois como o próprio pesquisador salienta, a redução do número de idiomas tem uma vantagem política: permite uma melhor coesão nacional.

⁵⁰ Disponível em: <https://books.openedition.org/pulm/452?lang=fr#bibliography>. Acesso em: 25 mar. 2020

Além desse exemplo, citamos Auzanneau (2005), que menciona uma entrevista em que se desenvolve um posicionamento sobre o dialeto. Podemos observar como o discurso público influencia o discurso do entrevistado, uma vez que ele recorre a discursos oficiais para dizer que é necessário valorizar a língua, evidenciando a ideia de valor. O exemplo do autor é nas línguas francesas, que ele denomina "patois" ou "français écorché", não consideradas línguas.

Para Calvet (2005), considerar uma língua como um dialeto “no es de índole lingüística sino política: la lengua nunca sería más que un dialecto adoptado por el conjunto de la nación” (CALVET, 2005, p. 57). Há uma questão ideológica e política nessa designação e há uma atitude, por parte dos linguistas, pejorativa em relação ao dialeto. Dentre os exemplos discutidos pelo autor, citamos o da língua francesa de Bambara. De acordo com ele, sob uma perspectiva científica, como a de (Saussure *apud* CALVET, 2005, p. 56) “El dialecto es un subproducto histórico de la lengua”. A língua bambara poderia ser definida como dialeto, exatamente como se poderia designar o francês como dialeto do latim. Entretanto, dada à concepção pejorativa e colonialista, o francês e o bambara não são considerados veículos de comunicação similares. O francês é escrito, é uma língua de uma cultura branca com tradição cultural, já o bambara é a língua do colonizado.

Os dois termos conotam sentidos diferentes, e como Calvet (2005) menciona, denominam-se algumas línguas dialetos a fim de inferiorizá-las ou banalizá-las. Isso pode levar à compreensão de que “La ideología tiene por cierto, ante todo una función social: está allí para "defender" a una clase (en el caso de la clase en el poder, la ideología dominante) (CALVET, 2005, p. 69).

Ao mencionar esses exemplos e pesquisas acerca do dialeto, podemos sustentar a ideia de que a imagem do dialeto está calcada em uma questão ideológica.

Entendemos que o preconceito linguístico está enraizado socialmente. Mesmo que de forma inconsciente, ele está presente na nossa sociedade. O modo de referir-se às línguas nacionais de Angola como dialeto contribui para uma imagem de preconceito e, como pontua Fernandes (2001, p. 15), contribui para que qualquer pronúncia ou variante que se afaste do português padrão seja vista como menos correta, sendo fator de discriminação em termos sociais. Destacamos que não pretendemos promover nem defender o sistema linguístico, e reconhecemos o valor da variante padrão, bem como seu papel social fundamental em qualquer idioma. Por outro lado, não tencionamos propagar a imposição da norma, desvalorizando e discriminando os utilizadores de outras variantes.

Observando as escolhas lexicais que se referem à língua e à cultura de Angola, o discurso relatado dos pesquisadores conflui com o aparato teórico de Torres Di Gregório

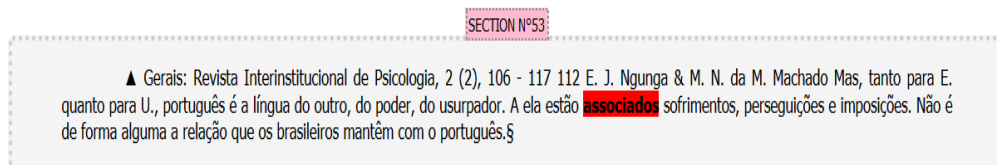
(2006). Os pesquisadores mantêm um discurso que é objeto de *nosso* discurso. Essa dupla estrutura enunciativa, que constitui a reformulação da forma do discurso relatado, reveste-se em dois níveis: discurso primeiro (D1), que é do autor citado pelos pesquisadores, e discurso segundo (D2), que é a enunciação dos pesquisadores (AUTHIER-REVUZ, 1998). O D2 *mostra* a enunciação do D1 que ele pretende fundamentar.

Destaca-se que a presença do discurso do "eu", no caso dos pesquisadores, é marcada pela "voz do outro". Verificamos uma dupla relação de interação discursiva, o que, conforme Authier-Revuz (1998), faz com que "nossas" palavras não sejam neutras ou intactas, mas "habitadas pela voz dos outros". Com isso, o receptor não é um alvo exterior, mas, sim, um co-enunciador, incorporado à produção do enunciado, contribuindo em padrões comparativos das línguas, estabelecendo superioridade entre elas.

Dentro dessa realização de enunciação, estrutura-se o que Authier-Revuz (1998, p. 113) denomina como *configuração de papéis*, que é uma representação de uma estrutura de três lugares com duas extremidades: "a ciência" e "o público leitor" e, nesse contexto, o divulgador. Como a autora descreve, o primeiro lugar é ocupado por múltiplas pessoas concretamente identificadas, como autores recorrentes no meio de divulgação científica; o segundo lugar refere-se ao público leitor.

No enunciado *Section N° 53*:

Figura 3: Excerto retirado do *corpus*.



Os pesquisadores reformulam a enunciação da entrevistada marcando linguisticamente sentidos negativos referentes à sua experiência, em que a Língua Portuguesa representa sofrimento e imposição linguística. Observamos essa questão a partir do uso do verbo de ligação destinado ao português, que retoma uma memória discursiva do período colonial, em que o português ocupou determinado espaço. Notamos que o modo enunciado manifesta a atitude do sujeito frente à língua, marcando uma posição ideológica que recorre ao processo histórico.

Complementa-se que, no Brasil, não ocorre essa relação entre a Língua Portuguesa e as línguas indígenas.

Podemos relacionar essa posição do sujeito frente à língua com o que Pêcheux (1993) define como *apreensão perceptiva* (PÊCHEUX, 1993, p. 85) do referente, condição pré-discursiva de um “já dito”, com o qual se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas, uma vez que não há discurso que não se relacione com outros. Entendemos que o discurso produzido faz parte de um processo discursivo mais amplo, inserido na história, que delineia um discurso de domínio da língua, formando uma imagem de língua de colonização, língua imposta em território angolano.

Partindo do pressuposto de que o sujeito e o sentido se constituem mutuamente e que o lugar de onde se fala constitui o dizer, compreende-se que os pesquisadores retomam as diretrizes da política linguística contida no *Estatuto da indígena das províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (1954) sobre a imposição de uma ideologia dominante em Angola. A colonização trouxe novas perspectivas em relação à língua e à necessidade de uma legislação que regulamentasse a implantação da língua portuguesa. Se isso ocorreu, subentende-se que essa não era a língua falada no Brasil, tampouco em Angola.

Ao ponderarmos a produção de conhecimento e ao analisarmos as imagens de língua enunciadas, podemos associar com as proposições de Certeau (1998), que provocam discussões sobre a prática escriturística como sendo um local de passagem em que o que entra é um “recebido” e o que sai é um produto. Constatou-se que os autores do texto em análise apresentam uma passividade e uma neutralidade ao não questionarem a imposição linguística em Angola, ausentando-se na elaboração de um produto, da produção de conhecimento. Tal fato sugere que, por se tratar de um espaço de veiculação da informação e de uma instância que regulamenta as investigações e que produz uma pesquisa, o que é escrito conserva e circunscreve uma apropriação do espaço exterior, contribuindo para consolidar a produção acadêmica existente e a imagem de uma língua homogênea que ainda prevalece.

5.2 Imagens de um plurilinguismo encoberto

Nesta seção, o dado em análise, ou seja, o texto acadêmico selecionado, estuda as relações, no processo de ensino aprendizagem, entre a Língua Portuguesa e as línguas locais de duas escolas de comunidades de Angola. A pesquisa tem como pressuposto que os alunos só aprendem o português na escola, desse modo, tem a seguinte questão norteadora: como as crianças que falam uma língua local angolana de origem africana aprendem o português? O foco é entender como elas o fazem, considerando que são falantes nativos das línguas locais. Com isso, as LN não são consideradas objeto de estudo, mas um meio para se aprender o português. Em busca da resposta para essa questão, a pesquisa fez um estudo explanatório com entrevistas a professoras e com acompanhamento de algumas aulas, bem como dos momentos recreativos dos alunos.

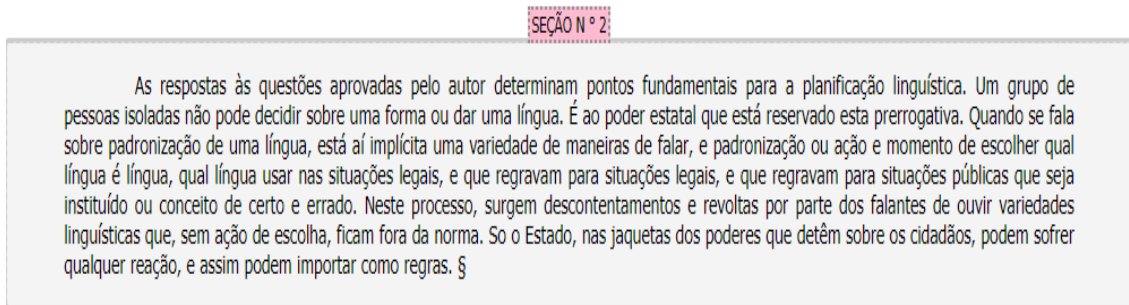
É posto que a LP é majoritária nas gerações mais jovens, havendo uma forte presença das línguas locais. Assim, a primeira “convive” com as segundas. Ressaltamos que a imposição da LP não é discutida nem confrontada por meio do enunciador, mas é marcada como regulamentadora. Desse modo, a pesquisadora se propõe a pensar em como as LN podem ter um espaço normatizador. Como na construção textual, a LN é utilizada como meio de ensino do português, pretende-se analisar o contexto escolar, com o objetivo de verificar como a LP é aprendida quando já se fala uma LN.

Os dados indicam que, em uma das comunidades, as LN são silenciadas; em outra, a LN é usada como meio de ensino e de compreensão dos conteúdos da LP, demarcada como norma padrão. O discurso enunciado considera que a realidade sociolinguística do aluno é um fator importante para aprendizagem no contexto escolar. Há uma preocupação em discutir como as línguas locais podem ser regulamentadas, pois, conforme o pesquisador, trata-se de um assunto recorrente nos círculos políticos, acadêmicos, religiosos e culturais de Angola.

Quando o pesquisador narra a história de Angola, há uma breve exposição sobre a colonização e sobre a guerra interna que durou de 1975 a 2002, partindo de três movimentos: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Ao tratar desse assunto, notamos uma descrição de fatos históricos, que não são confrontados nem relacionados com o processo de imposição da Língua Portuguesa, sustentando-se, assim, o *status* que ela ocupa em território angolano.

Observamos uma polarização entre a LP e as LN, que é pautada na perspectiva de *ilha linguística*⁵¹, ou seja, as línguas locais vivem como em ilhas e não dialogam com outros territórios. Entretanto, a LP ocupa um espaço internacional. Outros fatos a serem destacados são: muitos angolanos têm a LP como primeira língua e a LN é pouca falada, sem dados estatísticos no corpo do texto. O excerto abaixo delinea um discurso pautado no reconhecimento de uma língua atrelada a uma instância que regulamenta, bem como mostra a posição do sujeito frente à imposição da língua portuguesa em Angola, uma imagem de língua atrelada a uma instância de poder.

Figura 4: Excerto retirado do *corpus*.



Esse fragmento em análise argumenta a favor de uma unificação linguística em Angola, ancorado em perspectivas teóricas que sustentam um discurso da língua atrelado a instâncias que regulamentam. Notamos uma heterogeneidade marcada *pelo autor*, ao mobilizar outra voz para o seu discurso, pois o discurso do pesquisador frente à teoria é de estar em acordo com o autor citado na defesa da planificação linguística. A construção textual demarca o reconhecimento de que, se a intenção é padronizar uma língua, há uma variedade linguística. Também reconhece que se há um jogo de regras para implementar o uso de determinada língua, essas regras podem promover a polarização do certo e do errado na língua, ou seja, a norma da língua.

Assim, verificamos que a posição do sujeito frente à escolha de uma língua está atrelada ao poder do Estado e está marcada pelo verbo modal de enfoque impulsivo (POTTIER, 1978, p. 163) *poderá* no futuro do indicativo, que depende de terceiros, no caso, do Estado e, não, de comunidades de falantes de língua. Notamos a sustentação dessa perspectiva de Estado nesta outra passagem do texto:

⁵¹ Conhecido por *Sprachinsel* em alemão, o conceito é da tradição de pesquisas alemãs, como a de Mattheier, (1996) e a de Edwards(1990) (*apud* RIEHL, 2010, p. 335). Encontramos também o uso de *minorias linguísticas* ou de *áreas bilíngues* para se referir a essa ideia (KOCH, 1996).

Figura 5: Excerto retirado do *corpus*.

SECTION Nº2

O esforço do Governo de inventariar as línguas tem a ver com a necessidade de se reconhecer Angola não como país monolíngue, mas como um país onde uma variedade grande de línguas locais de origem africana convive com a língua portuguesa, língua que foi adotada como oficial logo após a Independência.§

O enunciado reconhece que Angola não é um país com uma única língua, mas, sim, com uma pluralidade de línguas. No entanto, as línguas nacionais são descritas como “variedade de língua, línguas nacionais”. Também é delineado que as LN e a LP coexistem em um mesmo território, transmitindo a perspectiva de ambas serem faladas em Angola, mas a LP é a língua oficial desde a independência.

A LP em Angola é sujeito paciente em “língua que foi adotada”. O Verbo no particípio singular feminino marca que a língua foi escolhida, foi alvo de preferência, ao passo que o agente da passiva foi ocultado: o regime colonial. O excerto, assim, transmite o sentido de que a língua é como instrumento de contato e de que a administração colonial do país em questão dispõe de força, embora isso não tenha sido marcado textualmente. O sujeito da ação é apagado, as ações históricas são ocultadas, transmitindo uma naturalização da imposição linguística em Angola.

O que notamos é um discurso passivo sobre a imposição da língua oficial, que apaga, conforme apresentamos nos excertos dos documentos oficiais, as implementações políticas em Angola, tanto no período colonial, quanto após a independência. Essa posição frente à língua oficial reflete o que Bourdieu (1975, p. 3) assinala em relação à língua oficial e à unidade política: “oculte radicalement le processus proprement politique d'unification qui determine pratiquement les "sujets parlants" à accepter la langue officielle.” Para o pesquisador francês, o processo de unificação da língua tende a suprimir diferenças linguísticas existentes em diferentes regiões. Uma vez que, colocar uma língua como a língua de unidade nacional é uma forma de colocar todas as outras em lugar secundário, ao passo que, quando se constitui um único modo de língua a ser seguido apaga-se a existência das outras, e implementa um padrão.

Considerando o efeito das relações de sentido construídas pelo sujeito enunciativo, notamos que o interdiscurso com o período da colonização mantém-se, mas de maneira a ocultar o processo que afeta o modo como o sujeito compreende a língua portuguesa em Angola, dentro

de uma situação discursiva dada. O discurso incide sobre a língua portuguesa a ser adotada em Angola e oculta a existência das línguas de origem africana.

Os sentidos que engendram o discurso de adoção da língua já foram ditos por alguém, em algum lugar, em um dado momento, mesmo que distantes, e podem ter efeito sobre o imaginário construído da língua portuguesa. Questões políticas construídas historicamente compõem uma heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1990). As vozes articuladas marcam uma ideologia relacionada ao poder, e nos dois enunciados, temos um deslocamento discursivo: a língua passa de uma posição de imposta e relacionada ao poder, para, depois, ocupar uma posição de ser adotada por uma instância que regulamenta.

Notamos o deslocamento de posição discursiva, de espaço que a LP ocupa enquanto instrumento de uso em todo território de Angola, no enunciado a seguir:

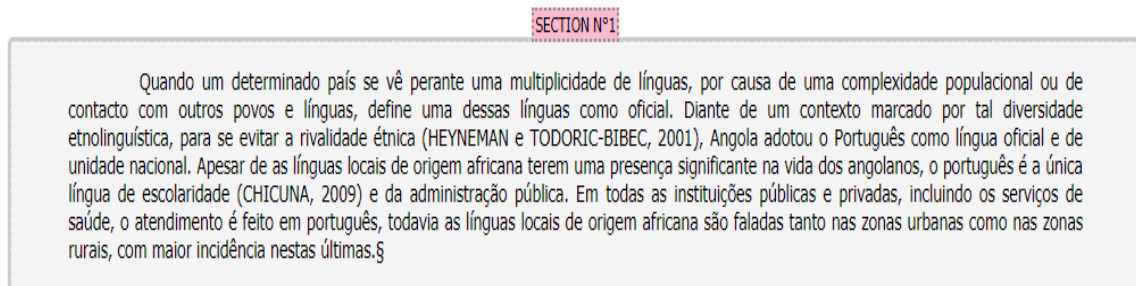


Figura 6: Excerto retirado do *corpus*.

Esse recorte expõe que, apesar de Angola possuir uma diversidade de línguas, foi definida uma única língua oficial no país. Além disso, delinea o lugar que a LP ocupa em Angola e o espaço em que são mais faladas as línguas de origem africanas, frisando que a maior incidência dessas está nas zonas rurais. Também identificamos indícios de que não há uma especificação das LN em Angola, elas são enunciadas de maneira genérica. O sujeito enunciativo circunscreve que, devido à multiplicidade de línguas em Angola e em detrimento da quantidade populacional e do contato com povos, é definido uma língua como oficial, assumindo, assim, um discurso de unidade linguística.

A questão a qual observamos diz respeito à língua que foi imposta historicamente e que, devido ao processo de colonização, é *adotada*. O verbo transitivo delinea o sentido de aderir determinada língua ou utilizá-la (enquanto norma, regras, preceitos). Nesse enunciado, o Português é objeto direto, e Angola *adota* a língua como oficial, enquanto espaço de uma instância regulamentadora. Consideramos que a responsabilidade é atribuída ao país, transmitindo um sentido de consensualidade, bem como de apoio dos dirigentes públicos.

Portanto, o pesquisador sustenta o seu discurso nas marcas do discurso do outro, por meio do discurso indireto.

Conforme Authier-Revuz (1990), a alteridade do discurso pode ou não possuir marcas implícitas, e essas marcas conduzem um discurso diferente, um discurso oposto. No caso do excerto, o autor mobiliza o discurso do outro concordando com a escolha linguística do português enquanto língua oficial em Angola. Verificamos que a LP é o instrumento pelo qual a educação é administrada, dada a diversidade de línguas faladas no país. Para as LN, diferentemente, são negados formas de reconhecimento e espaço científico e social. Nesses casos expostos, há uma ocultação de hegemonia de língua, a qual é sustentada em toda a produção acadêmica, conforme os excertos extraídos.

A fim de sustentar o discurso sobre a escolha da língua oficial, o pesquisador inscreve em seu discurso um discurso Outro, marcado textualmente pela heterogeneidade mostrada. Ao concordar com os autores citados, faz-se uma posição frente às questões históricas em Angola, silenciadas e apenas postas como naturais, transmitindo um discurso de conformidade e de exclusão das culturas presentes em território angolano.

Também há marcas de uma heterogeneidade constitutiva no modo como se enuncia sobre a língua portuguesa em Angola, língua que tem o espaço de administração, de ensino, em contraposição ao modo como se enuncia sobre as LN, línguas que não têm espaço social no *Ante-Projecto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais*. Conforme expomos no capítulo I deste trabalho, podemos ter um discurso público influenciando o discurso do pesquisador. Identificamos que há um duplo discurso: um primeiro de silenciar as LN e um segundo de adesão aos discursos públicos sobre elas, de manutenção de uma unidade linguística em Angola.

Além desse discurso de defesa de uma unidade de língua, a LP é definida por ocupar um espaço internacional, conforme o enunciado:

SECTION N°1

No caso dos Estados de independência mais recente, a opção pelo português como língua oficial correspondeu à necessidade de, por um lado, assegurar equilíbrios internos e, por outro, melhor posicionar o país na ordem internacional.§

O discurso relatado do pesquisador apresenta uma defesa da escolha da LP como língua oficial, marcada no substantivo *necessidade*, em “necessidade de [...] assegurar equilíbrios internos”; e no uso do adjetivo *melhor*, em “melhor posicionar o país na ordem internacional”. A posição do sujeito frente à língua é de portá-la como agente da ação. Subentende-se que as

línguas angolanas não teriam a mesma visibilidade da LP, sustentando o que Schlieben-Lange (1985) chama de língua encoberta.

Nesse contexto de enunciar a posição da língua, cabem algumas considerações sobre o capital linguístico⁵². Conforme Rossi-Landi (1985, p. 80), o excerto exposto leva a compreender a língua como instrumento de trabalho, ou seja, a língua é posta como um produto a ser adquirido pelos falantes, na intenção de propiciar visibilidade internacional. O modo de uso da língua dita pública possibilita a ascensão social e econômica. É posto como um mercado, no qual as palavras e as expressões circulam como mercadorias. Ao serem consumidas, é atribuído um valor de “uso ou utilidade na medida em que satisfazem necessidades” (ROSSI-LANDI, 1985, p. 86). Notamos, desse modo, uma imagem da língua como material, como objeto com o qual se exerce uma atividade linguística. De maneira análoga, o sujeito do discurso demarca a inferioridade das LNs, conforme verificamos:

SECTION Nº2

No caso das línguas locais angolanas de origem africana, o seu status é inferior em relação ao do português, língua oficial e a única da escolaridade. O conceito da superioridade do português sobre estas línguas foi apropriado por muitos angolanos, os quais pensam que falar uma língua de origem africana é confundir-se com um indivíduo pouco ou não evoluído. Em algumas famílias, o uso de uma língua de origem africana é proibido, para que as crianças não possam aprendê-la. No seio de crianças que têm o português como língua materna, a presença de uma criança falante de uma língua de origem africana é motivo de zombaria por parte dos colegas falantes do português. §

O enunciado apresenta o modo como os angolanos se manifestam frente às línguas nacionais, imprimindo elementos interdiscursivos com o período colonial, que impôs a LP como condição para ser cidadão. Esse enunciado antecede uma discussão do pesquisador sobre o *status* que a língua portuguesa ocupa em território angolano, que destaca que é o Estado que promove o lugar da língua, com base no discurso *Outro*, nos pressupostos teóricos de Calvet. Conflui-se para um discurso único, pois o pesquisador não endossa um contraponto à imposição linguística em Angola, e depende-se do Estado para legitimar ou deslegitimar qual língua oficial, ressaltando discursivamente a relação da língua e do poder.

Destacamos que, no discurso relatado do pesquisador, os sujeitos falantes das línguas locais se “subordinaram” (p. 57), ou seja, atribui-se ao angolano a responsabilidade de aceitar a LP como imposição. Há um discurso de superioridade entre as línguas, e o sujeito do discurso

⁵² Esta mesma perspectiva aparece na D4, que compõe o levantamento dos dados, também na perspectiva de pontuar a língua portuguesa como necessidade de fazer transações comerciais.

marca, com o adjetivo *apropriado*, no sentido de adequado, oportuno e conveniente, e com do adjunto adnominal *muito*, a apropriação desse discurso pelos angolanos.

Ao se enunciar que os angolanos pensavam que, ao falar uma língua africana, poderiam ser compreendidos como sujeitos não *evoluídos*, no sentido de não civilizados, retoma-se a formação ideológica do período colonial, conforme expomos no capítulo I. No regime colonial, proibiu-se o uso das LN e instituiu-se que, para ser um cidadão, dever-se-ia falar a língua portuguesa corretamente. A posição dos indivíduos frente ao uso das línguas nacionais e portuguesa, assumindo a veracidade do que é dito pelo Estado, é, desse modo, de responsabilidade dos próprios indivíduos. Remete-se aos discursos que consideravam as línguas africanas como dialetos sem importância, e o sujeito enunciador que sustenta essas afirmações se exime do discurso de que a língua portuguesa é a língua de prestígio.

Ao se afirmar que as LN eram proibidas no seio familiar em Angola, o discurso da proibição das LN se faz presente, por uma ideologia subjacente e controlada por instâncias que regulamentam o que pode e o que deve ser dito em determinado contexto histórico. O interdiscurso nos mostra que os dizeres afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Com base na perspectiva teórica de Authier-Revuz (2016), que é apoiada na leitura lacaniana de Freud, do sujeito dividido, notamos, nos enunciados, uma fala constituída por outros dizeres. O sujeito enunciador faz uso de “outras palavras”, e observamos, na estrutura material da língua, a polifonia, a voz do pesquisador confluída com discursos oficiais, sustentando o *status* que a LP ocupa. Também verificamos a interdiscursividade com o período em que se proibiu o uso das LN. O pesquisador coloca-se na posição de narrador, descrevendo a postura que o angolano tem frente à língua.

Pensando no esquema de formações imaginárias, teríamos o pesquisador (A) e os angolanos (B). O pesquisador (A) constrói a imagem que o angolano tem da língua portuguesa e das línguas nacionais, marcando o *status* da primeira e o modo como os falantes das línguas nacionais entendem as LN. Observando as escolhas lexicais que se referem à língua portuguesa, essa é posta como língua oficial, de escolaridade, de superioridade. Quando se refere às línguas nacionais, por outro lado, é posto que o sujeito que as falam não são evoluídos, marcando-se de maneira genérica as línguas de origem africana.

Com base nos pressupostos de Pêcheux (1993), sabemos que, no que se refere aos efeitos de sentido e ao interdiscurso, as palavras vão significando ao longo da história. Nos textos acadêmicos, notamos que os discursos enunciados pelos pesquisadores retomam o discurso

ideológico da colonização, conforme expomos no capítulo I. A posição do sujeito frente a essa polarização é de manutenção e de sustentação do discurso hegemônico.

Dentre os argumentos postos no discurso pelo pesquisador, a fim de sustentar o discurso do espaço social que ocupam as línguas de origem africana, verificamos uma recorrência em salientar que as LN não possuem um sistema de escrita, são, algumas, línguas ágrafas. O pesquisador mobiliza um discurso *Outro*, de Calvet, sobre planificação linguística, para apresentar instrumentos para ser aplicado, marcado pelo verbo modal de apreciação de enfoque constativo e conotação positiva (POTTIER, 1978 p. 162), e por *boa* política linguística. Essa conotação positiva recai sobre a LP.

Dentre os instrumentos para afirmação dessa política mencionados pelo pesquisador, estão a escrita e o léxico. Essa *boa* política linguística é mencionada na intenção de ressaltar que as línguas de origem africana não possuem critérios, embora seja enunciado que houve, por meio do Ministério da Cultura e o Instituto de Línguas Nacionais, em 2010, a intenção de promover políticas e o estudo das línguas de origem africana, para efetivar um estatuto. Concepções ideológicas moldam as posições do sujeito frente à língua. Reiteramos também que o valor apreciativo da língua (BAKHTIN, 1993) é atrelado ao que é escrito, polarizando o oral *versus* o escrito, conforme o excerto abaixo:

SECTION Nº2

É preciso que uma língua tenha um sistema de escrita para servir de veículo de uma campanha de alfabetização: um léxico competente para o ensino das ciências e das novas tecnologias, assim como o ensino das normas linguísticas; e, finalmente, ainda para o autor, a padronização é indispensável neste processo. A língua fiote ainda não tem nenhum desses equipamentos resolvido.§

O excerto extraído ilustra um dos critérios para a planificação linguística: ter um sistema de escrita. Notamos que o adjetivo *preciso*, marcado com um verbo modal de enfoque constativo de eventualidade (POTTIER, 1978, p. 164), está no sentido de necessidade da língua, e o verbo no imperativo afirmativo *tenha* evidencia um sistema de escrita que deve ser utilizado no processo de ensino.

Esse léxico, “sistema de escrita”, ter capacidade para fazer ciência, de uso tecnologias e de normas linguísticas. Já a modalização, como marca linguística, no verbo modal de enfoque constativo de apreciação (POTTIER, 1978, p. 166) é *indispensável*, com conotação positiva circunscrita à padronização de uma norma linguística, orienta o sentido do enunciado, de que a planificação direciona o espaço de língua oficial e permite que o interlocutor perceba posicionamentos no enunciado. O argumento é que a língua *fiote*, de origem africana, não possui

critérios sintáticos, fonéticos e fonológicos estabelecidos.

A questão de não nomear as LN(s), bem como de não as ter como objeto de estudo, como podemos encontrar em diversas passagens do texto, como “língua local angolana de origem africana é usada como meio para a compreensão do português” ou “estes alunos têm dificuldades em falar a língua local”, pode ser entendida como uma estratégia para manter um bilinguismo encoberto (SCHLIEBEN-LANGE, 1985, p. 94). No caso do texto acadêmico, poderíamos falar de um plurilinguismo encoberto, dada a diversidade de línguas nacionais⁵³. O sujeito do discurso reconhece a coexistência da língua portuguesa e das línguas nacionais em território angolano, mas a ênfase é na língua portuguesa como língua mais falada pelos angolanos.

Quando a essa ênfase é dada à LP, legitima-se o apagamento das línguas nacionais, criando-se um hiato, pois o pesquisador deixar de reconhecer uma língua local, uma cultura própria de determinada comunidade, para criar um discurso de que são as línguas locais que tendem a se extinguir. Por isso, a atenção sobre ela ficaria em segundo plano, encoberta.

Deve-se considerar a existência das línguas locais e inseri-las em uma proposta de ensino, não como meio para se ensinar a língua portuguesa, mas sem a pretensão de eliminar as línguas nacionais, como estamos observando no tecido textual da produção acadêmica. Entendemos que os discursos podem construir realidades por meio de processos discursivos. Dessa forma, esses discursos encobertos sobre as línguas locais, presentes nos textos acadêmicos, podem construir um discurso de que não se faz importante estudar as línguas locais, pois existem poucos falantes.

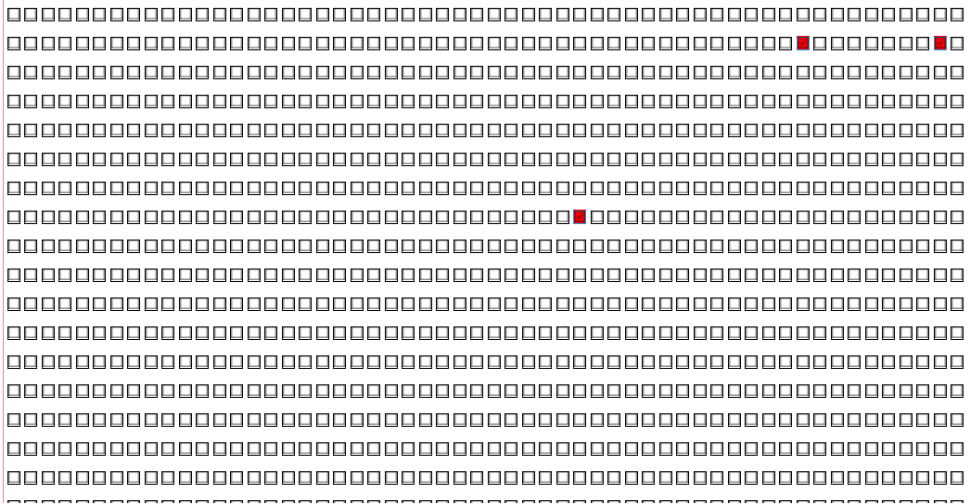
5.3 Imagens de um *status* da língua

Nesta análise, apresentamos seis recortes retirados de textos acadêmicos de universidades portuguesas, que foram selecionados considerando, sobretudo, a regularidade de ocorrências e a consolidação das construções de imagens. A primeira imagem ilustra todo o *corpus* inserido no *software Le Trameur*, e os pontos pintados são a recorrência das palavras-

⁵³ Souza (2019, p. 104) apresenta uma discussão sobre práticas de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa, desenvolvendo reflexões sobre a incorporação do português angolano e sobre a imposição da norma padrão de Portugal nas escolas. O que ressaltamos é sua discussão sobre não existir um consenso sobre a quantidade de línguas africanas existentes no território angolano, as quais o Censo e o Estado reconhecem. Enfatizamos que, se não há esse consenso e as produções acadêmicas ou silenciam as línguas ou as confluem em nomeá-las como *várias*, generalizando-as como língua nacional, local e de origem africana, a perspectiva acaba por reduzir as pesquisas e os estudos sobre as línguas a um espaço de legitimação.

chave no texto, por meio de palavras-chave. Em análise, recortamos fragmentos do texto acadêmico sobre variação linguística em Angola.

Clic sur section : affichage contexte | Clic-droit sur section : sélection section



SECTION N°103

Em finais do século XV (1482), a Língua Portuguesa chega às **terras** angolanas e, a partir de então, mantém o contacto com as línguas nacionais, apesar de não ser de forma directa, pelo facto de já existirem várias línguas antes da chegada dos portugueses.

O verbo “chegar”, na perspectiva de ser uma proposta para modificar a realidade linguística, mobiliza um ocultamento da imposição linguística em Angola e constrói o *status* de uma língua em relação a outras, ou seja, da língua portuguesa, língua a ser implementada, em relação às línguas faladas em Angola. O discurso relatado do pesquisador assume a perspectiva de que é a língua portuguesa que chega, naturalizando o processo de colonização, personificando-a, o que representa o predomínio dessa língua e afirma sua hegemonia. Isso implica ideologias linguísticas associadas a posicionamentos dentro do determinado campo social (ARNOUX, 2014).

Esse discurso de naturalização do processo de colonização é discutido por Orlandi (1990, p. 101), que, em seu livro *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*, expõe uma análise sobre o modo como o discurso sobre o índio vai se construindo ao longo da história. Ao se posicionar de maneira neutra para manter a produção de sentido dos relatos dos europeus da *descoberta* do Brasil, consolidou-se uma imagem de inexistência de um povo, de uma cultura e a anulação de língua(s).

Relacionamos o discurso da *descoberta* da Orlandi (1990) com o discurso direto da pesquisadora que pode contribuir para negar tanto a cultura indígena, quanto a cultura angolana. É desse lugar de negação que nos aproximamos da *formação discursiva* de Pêcheux (2014), pois, considerando uma ideologia marcada socialmente e historicamente dentro de um contexto que determinou o que *pode e deve* ser dito, compreendemos que as palavras se materializaram em um discurso que se sustenta após séculos, e esse sentido se constitui a cada formação discursiva.

Ao descrever a “descoberta do Brasil”, Orlandi (1990) se refere a um modo de retratar a história do Brasil, não a um evento propriamente, como a chegada dos Portugueses em Angola ou a chegada da Língua Portuguesa nesse país. Notamos que a naturalização do processo histórico é produzida na relação histórica, tanto com o Brasil, quanto com a Angola, ocorrendo um silenciamento ou um apagamento dos fatores históricos, anulando a existência da colonização.

Ademais, durante a exposição da pesquisadora, verifica-se uma divergência, pois, em um primeiro momento, há uma declaração sobre a existência de “várias línguas” em Angola, e, em um segundo momento, pressupõe-se a “escolha da língua oficial”, a Língua Portuguesa, o que ocorre por configurar-se como uma entidade constitutiva de instituição que regulamenta, quando se diz:

SECTION N°20:

Além disso, conta-se ainda a presença de alguns sistemas linguísticos estrangeiros falados por cidadãos estrangeiros e por alguns angolanos que estiveram refugiados durante a época colonial. Perante tal situação, a Língua Portuguesa foi **escolhida** como língua oficial, aquela que os cidadãos utilizam no seu contacto com a administração do país. É a língua em que se ministra o ensino, dada a variedade de línguas nacionais faladas em diversas regiões do país. Por ser língua oficial, aquela que serve como elo de união entre falantes de diferentes zonas, cuja comunicação seria impossível, vai sendo língua materna para muitos, num país em que é falado com interferência das línguas nacionais, o que lhe atribui certas características linguísticas que lhe são peculiares. §

Há uma modalização deôntica (POTTIER, 1978) no momento em que a autora argumenta buscando *promover*³ (OSAKABE, 1999) o ouvinte para um lugar de decisão, na estrutura política, da língua oficial em Angola. A língua torna-se paciente de uma ação sem sujeito, ela é “escolhida”. A posição do sujeito frente à língua delinea uma imagem de personificação da língua, além de transmitir um discurso de aceitação frente à imposição da língua. A posição do sujeito enunciador demonstra um valor apreciativo da língua portuguesa em conformidade com as normas em uso.

Entende-se que quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante (OSAKABE, 1999). Dessa forma, consideramos que o sujeito enunciador manipula e sustenta uma imagem das línguas faladas em Angola e colabora para a propagação e para a naturalização de uma imposição linguística. Subentendemos uma construção de formações ideológicas existentes na formação social na qual a pesquisadora está inserida. O modo enunciado colabora para a manutenção e para a sustentação de uma imagem de unificação de língua, aplicando-se a proposta teórica de Pêcheux (1997).

Também observamos que a língua portuguesa é a que ministra o ensino, que administra o país e que conduz a comunicação entre os falantes de determinadas zonas. Sem ela, de acordo com o enunciador, não teria comunicação. Se pensarmos na perspectiva de que um dito implica um não dito, notamos que a posição da língua portuguesa é de prestígio, com valor apreciativo (BAKHTIN, 1999). Logo, não é dada a mesma posição para as línguas nacionais a mesma posição que o é para a LP, conforme se diz que aquelas “interferem” na comunicação.

A palavra *interferência*⁵⁴ significa ação ou efeito de intervir, de interferir no desenvolvimento de alguma coisa, e o enunciador deixa marcado que são as línguas nacionais que interferem no processo de comunicação entre os falantes. Se verificarmos os trabalhos de Calvet (1993, p. 35), ao discorrer sobre línguas em contato, ele menciona que a interferência produz o empréstimo linguístico. Discursivamente, ele caminha apenas para conceituar os tipos de interferência (sintática, semântica e morfológica). Na mesma perspectiva sociolinguística, Einrich (1953) define interferência como:

The word interference designates a rearrangement of structures resulting from the introduction of foreign elements in the most strongly structured fields of the language, such as the entire phonological system, a large part of morphology and syntax and some vocabulary areas (kinship, color, tense, etc.) (EINRICH, 1953, p. 72).

A partir da compreensão de interferência com bases nos autores citados, entendemos que o enunciador marca em seu discurso a perspectiva teórica da sociolinguística, talvez, só pelo uso do termo. No recorte que selecionamos, não há a especificidade de um estudo de origem lexical, semântica ou morfológica das línguas nacionais e do português, é marcado, apenas, o sentido de uma língua interferir na outra. Entretanto, ao considerarmos o contexto histórico, é possível inferir que o sujeito enunciador circunscreve uma imagem de língua

⁵⁴ O uso do termo *interferir* pode ter relação com as perspectivas de *Languages in Contacts*, de Weinrich (1953), e com os estudos da sociolinguística de Calvet (1993), que usa o termo também. Podemos compreender como uma visão estereotipada e institucionalizada.

negativa das línguas nacionais. São elas que atrapalham a comunicação, propagando um sentido negativo que invadiu a língua, e não o contrário, sob essa perspectiva, a língua portuguesa não invadiu o território e *interferiu* nas línguas nacionais.

O modo como a língua é personificada, delineando um discurso encoberto, oculta quem faz a escolha da língua. Quando se afirma que a língua “interfere” na comunicação, invisibilizando os sujeitos, não é a língua, é o falante das línguas nacionais. Se considerarmos que a língua é um fato social, não tem como ela não ser utilizada por alguém, tendo em conta a necessidade da comunidade linguística. Essa posição posta sobre a LP também aparece em:

SECTION Nº10

61 Abreviaturas INALD Instituto Nacional do Livro e do Disco L1 Língua Primeira L2 Língua Segunda LE Língua Estrangeira LM Língua Materna LN Língua Nacional LNs Línguas Nacionais LP Língua Portuguesa LS Língua Segunda PPA Português Popular Angolano PB Português do Brasil PE Português Europeu PES Português Europeu Standard PLNM Português Língua Não Materna Introdução A realidade de Angola em termos linguísticos, marcada por um acentuado plurilinguismo, em virtude da existência de várias etnias falantes de diversas línguas, vai deixando as suas marcas no Português, língua que convive com outras de origem e estruturas diferentes da sua. Em consequência, ocorrem **produções** linguísticas que caracterizam o Português falado em território nacional, fruto da interferência das diferentes línguas. Tal situação suscita inquietação em qualquer docente que procure reflectir sobre ela, encontrando um meio que lhe permita melhorar as condições de ensino de modo a levar os alunos a uma construção do conhecimento explícito do Português Padrão.§

Se olharmos e articularmos a marca do sujeito enunciador com a perspectiva bakhtiniana, em que os juízos de valor somente surgem e se materializam no emprego da língua, em um enunciado concreto e real, o verbo “melhorar”, por apresentar uma modalização lógica (POTTIER, 1978), manifesta uma avaliação que parte de critérios estabelecidos como condições de verdade, apresentada com juízo de valor. Ou seja, o sujeito enunciador, ao conhecer/aprender o português, condicionará o aluno a construir conhecimento do português padrão, e isso implica segmentar e limitar o funcionamento de uma língua nos âmbitos de uso, minorizando uma língua em detrimento da outra (ARNOUX, 2014).

A expressão “melhorar as condições de ensino” referem-se às modalizações apreciativas (POTTIER, 1978) que dizem respeito à voz passiva que julga e avalia a língua portuguesa em relação às línguas faladas em Angola. O enunciado também contribui para uma imagem da língua que está vinculada à “construção de conhecimento”, cujo domínio implica ascensão social. Ainda, a expressão verbal “era obrigatória” apresenta um ocultamento do sujeito que regulamenta o uso da Língua Portuguesa.

Em *Section n°30*:

SECTION N°30:

Note-se que na época **colonial**, era obrigatória a aprendizagem do Português, língua necessária para a ascensão social. Tal facto foi preponderante para um contínuo esforço de o aprender. Apesar disso, o analfabetismo levou a população a uma adaptação das estruturas das línguas bantu ao Português, o que, sem sombra de dúvida, não foi benéfico para a aprendizagem e estrutura da língua. Na época em que se constatou a referida obrigatoriedade na aprendizagem do Português, o acesso à escola não era para todos os cidadãos. Estava reservado a uma ínfima minoria que ostentava o estatuto de "pretos assimilados" e àqueles que, através das missões católicas e evangélicas, podiam fazê-lo. Como refere Mendes (1985:187), "apenas (...) a escassos anos antes da Independência houve preocupação do Governo Português em criar escolas abertas a toda a população (...)". À data Independência, cerca de 85% da população de Angola era analfabeta.§

Na segunda linha do excerto, a voz do pesquisador delinea que, devido ao analfabetismo dos sujeitos no período colonial, os sujeitos falantes tiveram que "adaptar" a língua bantu para o português. Percebemos que quando se refere ao período de colonização, o enunciador modaliza. Se a língua foi obrigatória na época colonial, a população foi obrigada a adequar o uso e aprender a incorporar, mas o uso do verbo *adaptar* demonstra passividade frente ao acontecimento, transmitindo uma perspectiva de que as pessoas foram *acomodando-se, encaixando-se* à língua do colonizador.

Aparece, novamente, a perspectiva de uma língua *interferir* na outra. A voz do pesquisador afirma que, quando os sujeitos se "adaptaram" ao português, não foi positivo para aprender a sua estrutura, circunscrevendo uma imagem negativa das línguas de origem africana. O pesquisador transporta para o seu discurso um Outro discurso, de *Mendes (1985)*, para sustentar seu ponto de vista, delineando que o governo português se preocupou em criar escolas para erradicar a taxa de analfabetismo. É preciso lembrar que a escola, conforme pontua Althusser (1985), é um aparelho ideológico do Estado. A posição acerca da língua, nesse sentido, é calcada no imaginário de que ela oferecerá ascensão social, como apresenta a voz do enunciatador.

Identificamos uma imagem de língua como mercado, que a considera como instrumento, com um carácter de produto de um trabalho humano. Nesse prisma, as línguas, enquanto produtos, formam-se na dialética de satisfação das necessidades, ou seja, dentro do processo de instituição das relações de trabalho e de produção (ROSSI-LANDI, 1985, p. 68). O condicionamento "é necessário", refere-se a uma modalização lógica apreciativa (POTTIER, 1978) que reflete uma avaliação, uma imagem da aprendizagem da língua, a qual subjazem questões de poder.

Pressupõe-se que o processo de ensino do português está relacionado, necessariamente, à inclusão, à "ascensão social; comunicação, construção de conhecimento e língua portuguesa

como estatuto”. No decorrer do texto, a língua portuguesa é identificada, nomeada e legitimada, o que não ocorre com as línguas faladas em Angola, que são nomeadas, nos recortes do texto, “várias línguas”, “diversas línguas”.

Destacamos que o enunciador, a pesquisadora em questão, enquanto ser social, é reprodutor de outras formações discursivas que existem em uma formação (PÊCHEUX, 1998). Com isso, se fazem presentes, no discurso, fatores históricos, que modalizam a imposição da língua portuguesa e a unificação da mesma na produção acadêmica. Isso pode corroborar para uma compreensão de que a língua portuguesa ocupa um lugar de atividade social necessária à sociedade, pois, conforme Arnoux (2014, p. 2), “implican ideologias linguísticas associadas con posicionamentos dentro del campo social”.

Na construção textual, a língua aparece como *status*:

SECTION Nº12:

No primeiro ponto, é feita uma abordagem relativa à situação linguística de Angola como país caracterizado pela diversidade linguística e cultural, sendo neste meio que se afirma e cresce a LP. A seguir a esta abordagem, desenvolve-se o tópico “a Língua Portuguesa em Angola- estatuto social e educativo”. Trata-se de um tópico em que se reflecte sobre a LP e seu estatuto como língua oficial, língua veicular, língua de escolarização e de unidade nacional, desde a época colonial até aos nossos dias. A parte seguinte foca os aspectos característicos do Português falado com interferência do Umbundu. Procura-se, nesta parte, apresentar alguns aspectos marcantes na língua do ponto de vista fonético, morfológico e sintáctico, seguindo-se uma breve descrição.§

Esse excerto demonstra que a ênfase da discussão é no português. É dedicada apenas uma apresentação à situação linguística em Angola, enfatizando que os falantes do português, nesse meio, crescem. A voz do pesquisador assume que a língua portuguesa é a “língua oficial, língua veicular, língua de escolarização e de unidade nacional”, ocorrendo uma personificação da língua, em defesa da unidade, dentro de uma diversidade linguística e cultural.

Observa-se uma postura de polarização entre a língua portuguesa e as línguas de origem africana, por meio do sujeito enunciador. A palavra “interferência” recai em uma língua de origem africana, a língua Umbundu. Desse modo, constrói-se um discurso ideológico de unificação da língua, uma vez que, - por meio da linguagem, existe uma forma de moldar as representações, além de assumir o discurso público, que determina o espaço da língua portuguesa. A estratégia argumentativa é sustentada por efeitos de verdade e de realidade, com a finalidade de convencer o interlocutor (FIORIN, 1988), quando se diz “desde a época colonial até aos nossos dias”.

Barzotto (2020) analisa alguns trechos de dissertações produzidas em universidades portuguesas, e nessas, é recorrente esse mesmo uso da palavra interferir para descrever a relação

entre língua. Ele pontua que “A palavra ‘interferir’ adquire significado muito próximo de ‘causar problema’, uma vez que apresentam se produções de alunos angolanos consideradas deficitárias como consequência da sua condição de falantes de umbundo” (BARZOTTO, 2020, p. 315).

Em outro fragmento recortado, verificamos uma imagem de língua como *status*:

SECTION Nº25:

2. A Língua Portuguesa em Angola – estatuto social e educativo Tendo em consideração o exposto no capítulo anterior, Mendes (1985:17), concordando, reforça a ideia ao mostrar que “a diversidade das línguas nacionais por um lado, e sobretudo a necessidade de intercompreensão e comunicação internacional, levaram a que (...) o governo angolano decidisse manter a Língua Portuguesa pela sua função veicular, função social. Mas, caso não fosse tomada essa decisão pelo governo de Angola, alguns problemas difíceis se poriam aos angolanos. O maior deles seria o da unificação da sua situação linguística, dado que nenhum sistema linguístico nacional é generalizado e aceite como comum.” De acordo com a opinião de Mendes, podemos dizer que além do estatuto de língua oficial, isto é, a língua dos negócios do estado e das relações internacionais, de língua de cultura e de escolarização, é também língua de unidade nacional. Com efeito, Gonçalves (1996:81) põe em relevo o aspecto referido dizendo que “Após a independência alcançada em todos estes países no mesmo ano de 1975, o Português, língua do colonizador, é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder. Entre as razões que motivaram esta escolha, destaca-se o papel de «língua de unidade nacional, (...) além de funcionar como de comunicação internacional» (...)».

Esse enunciado discute a decisão de ter uma língua como oficial, reiterando que a LP possui uma comunicação internacional, é uma língua de negócios, da cultura, da escolarização e tem uma unidade linguística. Depreendemos, disso, um discurso de prestígio da língua portuguesa frente às línguas nacionais, manifestado pelo sujeito enunciador. A língua é personificada e ocupa lugares sociais, lugares esses de sujeito falantes.

Observando o jogo de vozes no texto, notamos que o discurso indireto remete a outro como fonte de sentido e expõe três tempos históricos: o tempo do autor, Gonçalves (1996), que é mobilizado como aporte teórico e como argumento pela escolha da língua portuguesa como língua oficial; o período da independência dos países, no ano de 1975; e o ano em que a dissertação foi redigida, 2012. Portanto, o locutor se apresenta como um “porta-voz” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12) do discurso enunciado. A voz do pesquisador, confluída com outras vozes, as apresenta em seu discurso com elas concordando, salientando que, a não manutenção do estatuto da língua portuguesa implicaria a não resolução da situação da unificação linguística em Angola.

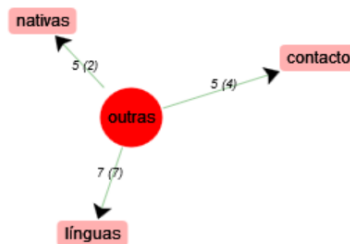
Ao se fazer essas alusões históricas, verifica-se uma ocultação da preexistência das perspectivas históricas de colonização, bem como da imposição de língua. Quando se diz que “[...] é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder”, oculta-se também o sujeito, conduzindo o leitor a se perguntar quem fez a escolha. Ocorre, nesse momento, a mobilização do ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão de uma instância que regulamenta, que define e que impõe socialmente valores construídos historicamente (OSAKABE, 1999).

Observa-se que a pesquisadora anula a possibilidade da crítica em sua construção textual, pois, ao mobilizar os teóricos, não questiona ou reflete sobre a imposição da língua, tornando-se um sujeito passivo. Ela faz uso de escolhas lexicais que reiteram e que conduzem o ouvinte a uma mesma posição ou tarefa política, como em “[...] o Português, língua do colonizador, é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder.” Dessa maneira, verificam-se modalizações deônticas (POTTIER, 1978), ao se constatar que o uso da Língua Portuguesa como língua oficial parte de critérios que constituem uma obrigação social, e há uma conformidade com as normas em uso por meio do enunciador.

A partir da leitura da dissertação, identificou-se também a forma *pólo*, quando o sujeito enunciador se refere à língua portuguesa e às línguas faladas em Angola. Notamos uma ênfase no ensino da língua portuguesa, mencionada como: *língua oficial, língua oficial do ensino, construção do conhecimento, português padrão, português falado, língua para ascensão social, língua veicular, língua de escolarização, língua como unidade nacional, como comunicação internacional*.

Entretanto, ao expor e discutir as línguas faladas em Angola, refere-se a: *variedade da língua, interferências das diferentes línguas, interferência do Umbundu*, mesmo tratando-se de uma pesquisa sobre a diversidade linguística de Angola.

Couleur Noeud-Cooc : IndicSp<5<IndicSp<10<IndicSp<20<IndicSp<30<IndicSp<50<IndicSp
Arc Label : POLE – IndiceSpécif(Co-Freq) → COOC



Fonte: Dados extraídos do *Le Traumuer*, (2020).

Ao utilizarmos a ferramenta *Arct label pole*, notamos uma recorrência no modo como o texto se refere às LN. Poucas palavras são utilizadas para defini-las. as línguas nacionais são marcadas como *outras*, e também se remete a elas cinco vezes como línguas de contato e nativas.

Observamos que a maneira como a pesquisadora mobiliza as escolhas lexicais para se referir à língua portuguesa estabelece uma imagem de instrumento de comunicação intimamente associado às normas gramaticais impostas pela língua padrão. Entende-se que essa variedade, se bem apropriada, pode conduzir a uma forma de ascensão social.

Compreendemos, com base nos pressupostos da AD, que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas calcadas no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas. Esses sentidos perpassam as posições do sujeito frente às formações ideológicas nas quais essas posições são pronunciadas. O interdiscurso, nesse caso, pode estar atrelado à ideologia dominante colonizadora, que no período colonial, sustentava que para se obter ascensão à cidadania, era necessário fazer o uso correto da língua portuguesa, impondo um deslocamento cultural e linguístico.

Também se circunscreve que os sujeitos que se apropriam dessa língua possuam um *status* privilegiado. Todavia, ao se referir às línguas faladas em Angola, as escolhas lexicais presentes no texto estudado as exprimem como uma interferência no ensino da Língua Portuguesa e as consideram como uma variedade linguística. Podemos associar à imagem da língua, desse modo, o que Gadet e Pêcheux (1991) descrevem como fascínio de uma língua atrelada ao poder, ou *langue introuvable*, na tradução de Orlandi (2004), *língua inatingível*, que é uma tentativa de apropriação da língua, seja pela ordem, seja pelas regras, pelo domínio de um sistema, como ocorre na posição do sujeito frente à sua manifestação discursiva.

5.4 Língua como mercado linguístico: Imagens de língua quando os textos acadêmicos se referem ao ensino

No levantamento do *corpus*, em nove dos textos acadêmicos sobre ensino, que assinalam que as línguas de origem africana interferem no ensino do português, verificamos que se fazem presentes imagens da escola e do professor. Extraímos, dessa forma, alguns excertos, na intenção de mostrar as imagens de língua que são sustentadas no ensino, quando se refere à LP e às LN.

O texto acadêmico selecionado para análise propõe realizar uma análise crítica da reforma educativa para o ensino do português, considerando o multilinguíssimo em Angola. Chama-nos a atenção o discurso atravessado que demarca que o ensino da língua portuguesa é língua segunda. O fato de demarcá-la como língua segunda pressupõe que a população não tem como língua primeira ou como língua materna as línguas locais, que *devem* ser ensinadas nas escolas.

Verificamos que há um jogo duplo no discurso: primeiro, são mobilizados os discursos dos objetivos da reforma do sistema de ensino de 2004; segundo, o modo enunciado propõe uma análise crítica da reforma de ensino educativo de Angola. A hipótese exposta por essa análise é que o sistema de ensino requer propostas metodológicas e reflexão crítica, dada a variedade de línguas em território Angolano. Ela também circunscreve o papel do professor como elemento fundamental para o cumprimento da legislação, definida pelo sistema de ensino de Angola.

O objetivo é analisar o ensino da língua portuguesa no que se refere à oralidade, à leitura, à escrita, ao vocabulário, à gramática, a elementos da cultura e da literatura e suas abordagens. A justificativa da pesquisa dá-se na identificação de problemas no ensino, tais como a história da Língua Portuguesa em Angola, a qualidade e a quantidade de material didático, bem como o distanciamento entre o que é ensinado e o que é aprendido. Argumenta-se que o ensino deve ser instrumento de socialização e de comunicação, centralizado por meio da língua portuguesa.

A fim de mostrar alguns discursos que enunciam imagens de língua, delimitamos alguns excertos nos quais se fazem presentes um discurso reprodutor dos documentos oficiais, conforme analisamos no capítulo I, bem como as imagens da língua nacional e da língua portuguesa. Ressaltamos que há outras vozes presentes nos enunciados, trazendo afirmações que podem manifestar uma sustentação do discurso construído historicamente.

Também tentamos verificar em que medida a apropriação desses discursos se dá pela obediência aos indícios Ginzburg (1989) nos textos, que orientam o ensino em Angola, e pela

apropriação do verbo modal *deve* ser ensinado. Questiona-se se há reflexão crítica acerca dos documentos, de modo que se passe a considerar o ensino e a cultura das línguas locais. Mapeia-se também, na dimensão da análise, a própria mobilização do discurso em direção ao tema como objeto de estudo.

Extraímos os recortes do texto na intenção de mostrar os discursos que atravessam o discurso relatado do sujeito que enuncia. Esses recortes apresentam uma predominância de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz (1998), bem como uma sustentação de políticas linguísticas defendidas pelo Estado, o que Calvet (1993) intitula de *in vitro*. Eles marcam que, para ocorrer uma melhoria no ensino, deve ser por meio da língua portuguesa, de um português correto, além de polarizarem o ensino do oral e do escrito. Notamos também um discurso de atrelar a língua à cultura da língua portuguesa.

Quando se refere à língua nacional, é posto que ela *interfere* no ensino da LP, conforme passagens como esta:

SECTION N°2

A situação do Português Língua Segunda (PLS) não foge à regra. Factores históricos e ideológicos distinguiram-no das línguas locais: foi a língua de domínio e ensino, na época pré-independência e desde 1976 até à actualidade é a língua oficial, de escolaridade e de comunicação internacional§

O sujeito enunciador apresenta que, devido aos fatores históricos e ideológicos de imposição linguística, a língua portuguesa foi e ainda é marcada pelo substantivo domínio, no sentido de poder, autoridade, língua de ensino, oficial, de escolaridade e de comunicação.

Notamos que há um elemento pré-dado, algo que indiretamente marca para o leitor que, desde o período da colonização, houve a distinção da LP e da LN, ocorrendo um deslocamento do passado para o presente. Há uma articulação, como conceitua Pêcheux (2014), entre tempos de funcionamento do discurso, entre o “como dissemos” (evocação intradiscursiva) e o interdiscurso, quando são marcados, no texto, os fatores históricos e ideológicos existentes na época da pré-independência. Verificamos, portanto, três tempos no discurso relatado. Primeiro, há a questão histórica que remete à colonização e à imposição portuguesa; segundo, há o período pré-independência; terceiro, há o tempo presente do enunciado.

O sujeito que enuncia oculta questões históricas que sustentam a língua portuguesa como língua de ensino e de domínio, como analisamos no capítulo I, mostrando o modo como a língua foi imposta, anulando as línguas nacionais historicamente. Ele traz para seu discurso

um conformismo diante desses fatores, no sentido de que compreende que a LP deve ser ensinada, ainda que considere, em outros enunciados, a diversidade das línguas nacionais.

Assim, observamos a heterogeneidade constitutiva, o interdiscurso com a alusão histórica, e nisso há um discurso de reprodução da predominância da LP, um assujeitamento a uma ideologia que predomina há um longo período da história. Como acentua Pêcheux (2014, p. 145) “quando o sujeito ideológico reduplica ele é interpelado”. Por meio da ideologia, que notamos pistas, indícios que dispõem de evidências de um jogo em que “todo mundo sabe” que a língua portuguesa é a língua de ensino desde a colonização. Essas evidências podem fazer com que o enunciado, ou a palavra dita, “queiram dizer o que realmente todos sabem” (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Outras marcas linguísticas que observamos no *corpus* são da ideologia manifesta por meio do “hábito” ou pelo modo como se designa *o que é e o que deve ser* (PÊCHEUX, 2014). Essas marcas podem ser identificadas na forma como é mencionado o lugar da língua no contexto angolano, lugar de língua oficial, de ensino e de comunicação internacional, em uma reprodução discursiva do período histórico e em uma sustentação ideológica do pesquisador.

O modo discursivo pré-construído corresponde a uma definição oficial da língua oficial, vinculada ao discurso do Estado, que defende uma unidade política e um mercado linguístico unificado. Nesse mercado, o valor atrelado ao português e o valor atrelado às línguas ou dialetos (sociais e regionais) estão em competição.

No decorrer do texto, verificamos que há a demarcação da LP como língua de ensino, conforme:

SECTION Nº2

“Recentemente o Governo angolano promulgou a 2ª Reforma Educativa com o objectivo de melhorar o sistema de ensino – aprendizagem. A língua portuguesa está em destaque. Não só por assumir o papel de língua oficial e de escolaridade, mas também por ser o veículo de comunicação internacional e de confluência com as línguas locais maioritariamente Bantu.”§

Há uma voz *Outra*⁵⁵ no texto, sendo ela o discurso do governo angolano sobre a 2ª Reforma Educativa, que tem como objetivo melhorar o ensino. Observamos que, por meio do verbo *melhorar*, o sistema de ensino direciona o que deve ser feito por meio da língua portuguesa. O verbo em estado transitório *está*, em destaque, salienta que a língua se apresenta nessas condições desde a época colonial.

⁵⁵ Utilizamos na perspectiva da heterogeneidade constitutiva da Authier-Revuz. Podendo ser pensado também a partir do conceito de Bakhtin de *discurso de outrem*.

Podemos, além disso, associar o excerto ao que Bourdieu (1983) descreve como mercado linguístico e troca econômica: subentende-se, nele, que os sujeitos, ao serem falantes da língua portuguesa, terão um lucro simbólico, porque essa língua é símbolo de riqueza, é a língua legítima, dominante, com sentido de autoridade que deve ser obedecida dentro da estrutura social. A língua, assim, não é apenas comunicação.

O substantivo *confluência* destaca que a língua portuguesa coexiste com as línguas locais, a língua bantu vive com a língua portuguesa, entretanto, a escola deve ter como objeto de ensino a segunda língua. Desse modo, ainda que se considere a existência maioritária da língua bantu, a LP é favorecida.

Ainda nesse enunciado, destacamos uma relação de sentido, ou como conceitua Authier-Revuz (1998), de heterogeneidade constitutiva com o *Anteprojecto de lei sobre o estatuto de línguas nacionais* (2011), quando é mobilizado o discurso relatado de que a LP é “um veículo internacional”, sustentando-se e reproduzindo o discurso público sobre a língua, que subentende que as línguas locais não estão relacionadas a uma comunicação internacional.

O verbo *melhorar* é direcionado ao ensino da língua portuguesa, e, não, às línguas locais, sustentando os discursos públicos, conforme apresentado na análise anteriormente. Evidencia-se, assim, o discurso colonial de que, ao se aprender a língua portuguesa, se teria ascensão social. Também emana um discurso de que o ensino em Angola será melhor com a efetivação do ensino da LP, e, não, das línguas de origem africana. Podemos identificar, desse modo, uma imagem encoberta de língua relacionada ao modo de compreender que o ensino será melhor ao se ensinar a LP.

Quanto ao espaço que o português ocupa nas escolas, podemos citar a pesquisa de Souza (2020), que faz uma pesquisa de campo em Moçambique, em um contexto bilíngue. Em entrevista com professores e alunos, Souza (2020) constatou que os argumentos são de que as línguas bantu devem servir como suporte para a aprendizagem do português e de que a língua local pode contribuir para o fracasso escolar.

Reiteramos que a centralidade do ensino da LP aponta para uma perspectiva padronizada do ensino da gramática, que polariza um português correto e um português errado, conforme observamos na construção discursiva do texto:

SECTION Nº2:

É nesta perspectiva que Possenti (1997:12) inclui e destaca a função da escola no ensino da gramática, ao garantir que, ao fim da escolaridade, o discente seja capaz de produzir enunciados aceites pelo registo padrão e em diversas tipologias textuais. Com efeito, adverte que é necessário fazer uma distinção clara, entre o que seja saber gramática – saber fazer análises linguísticas – e o que seja saber a língua – saber falar, escrever, constituir-se, enfim, em um usuário eficaz da língua. De facto, o que se pretende com o ensino integrado da gramática, ou seja, orientado para as situações, é encarar em primeiro lugar a língua como língua-de-funções na sociedade. E 43 parece-nos ser para este rumo que foi desenhado o Programa da 7ª classe de Angola e traçado o objectivo de conduzir o aluno a conhecer a língua portuguesa adequando o seu uso correcto às diferentes situações de comunicação¹⁷.§

Esse excerto apresenta a voz de um discurso *Outro*, proposições para o ensino da gramática na escola que confluem gramática e língua. Nesse sentido, entende-se que, com o ensino da gramática, o aluno terá capacidade para produzir uma fala padrão em diversos gêneros textuais, apoiando-se no discurso de documentos de ensino que visam delinear a função dos gêneros discursivos.

Pressupõe-se que, se o sujeito aprender a gramática da língua, ele será um usuário “eficaz”, fará uso “correto” dela, o que fica claro no uso dos adjetivos “eficaz, adequado”, que circunscrevem um valor apreciativo (BAKHTIN, 1988) da língua calcada na gramática. Delineia-se, assim, uma imagem de língua padrão, que polariza o uso certo e o uso errado da língua, sendo o correto, o uso atrelado à gramática da língua. Acentua-se uma imagem de língua restrita a conhecimentos gramaticais. O substantivo “correto” direciona esse conhecimento da língua, e isso reflete o que Barzotto (2010) afirma sobre as modalidades linguísticas em textos acadêmicos, quando diz que “as três palavras juntas contribuem para a constituição de sentidos como ultrapassado e de menor prestígio.” (BARZOTTO, 2010, p 32).

No discurso relatado do enunciador, percebemos que a língua ocupa uma função social, na medida em que se compreende que o aluno que conhece a norma gramatical é capaz de se comunicar em diversos contextos. Esse modo de enunciar pode ser relacionado com o que Rossi-Land (1985) descreve como língua enquanto conjunto institucionalizado de produtos do trabalho humano. Assim, relacionamos à produção linguística a produção material e entendemos que para determinadas atividades, fazemos uso de utensílios, ferramentas, as regras gramaticais.

Ao fazer uso desses utensílios, o aluno ocupa determinado espaço social, conforme aparece na marca do substantivo deverbal “acesso à”. Observamos um discurso calcado na

educação como emancipação social, mas restrito à perspectiva da norma padrão da língua. Essa normatização advém de uma política, e o poder da língua determina a posição social do indivíduo dentro do contexto social, delineando um discurso homogêneo, além de estabelecer diretrizes acerca do seu uso ideal. Portanto, há uma imagem de língua como mercado linguístico, conforme Bourdieu (1983) e Rossi-Land (1985), ou seja, é dada à língua portuguesa um valor, um poder de compra. A língua passa a ser um produto e possui um preço, marcando que aprender uma língua é, ao mesmo tempo, entendê-la como lucrativa em determinadas situações e também entender suas condições de aceitabilidade.

Além dessa imagem de língua, há também uma imagem de língua como *fetichismo*, conforme Bourdieu (1975). O valor absoluto da legitimidade da língua está relacionado com o “tesouro” a ser conquistado pelo seu conhecimento, pela sua “utilização correta”, ou seja, pela utilização da língua padrão dominante. Essa imagem é construída quando o sujeito enunciador sustenta sua posição com base em documentos de ensino de Angola, adotando sua perspectiva para o ensino.

Notamos que o mesmo tratamento, no texto acadêmico, não é dado ao ensino da leitura, da escrita, da literatura e às línguas nacionais. Na seção em que são relatados os objetivos de ensino, identificamos uma *heterogeneidade mostrada*, que mobilizar vozes para sustentar que se *deve* ensinar a gramática. Em um primeiro momento, há uma argumentação pautada em salientar que, desde a Grécia antiga, no séc. II a.C, o ensino era estabelecido por meio de regras padronizadas da língua; posteriormente, os métodos tradicionais do ensino, durante as décadas de 1940 a 1960, se baseavam na imitação de um conjunto de hábitos “correctos” (p. 41) dos falantes.

Embora demarque um ensino pautado na gramática descritiva, verificamos um fio do discurso tradicional de ensino da Língua Portuguesa, em:

SECTION Nº2:

Convém lembrar que o aluno da 7ª classe já possui ou supomos ser detentor, de conhecimentos básicos da língua portuguesa corrente em Angola, e como é óbvio da sua gramática. Neste prisma, importa agora conhecer os métodos, as estratégias e as técnicas para tal, e aplicação no terreno. Numa clara demonstração do recurso a memorização e mecanização do ensino da gramática, práticas próprias dos métodos clássicos.§

Para o sujeito enunciador, o ensino da língua está atrelado aos conhecimentos gramaticais, marcados pela apreciação conforme Pottier (1978). O sentido conotativo de *óbvio* enfatiza a importância da gramática e do conhecimento de metodologias, estratégias e técnicas. Nesse enunciado, por exemplo, o discurso relatado demarca que se espera do aluno da 7ª classe

conhecimentos básicos da língua portuguesa, o que abrangeria, evidentemente, conhecimentos da gramática.

Além de definir o ensino da língua como ensino de seu uso correto, demarcando uma ideologia dominante, propaga-se uma imagem de língua(s) certa(s) ou errada(s), polarização que pode ser observada a seguir:

SECTION Nº2

Portanto, o respeito pelas sugestões metodológicas apresentadas pelo PPLS é importante, mas enriquecê-las é muito mais gratificante, para um professor que preze o profissionalismo, auto superação e espírito crítico. A escrita é mais rigorosa do que a fala por exigir conhecimentos compósitos: podem "admitir-se" erros de pronúncia, mas de letra/escrita não, e para o caso de Angola, é fundamental, claro, salvaguardando as devidas objeções§

Observamos uma polarização entre a *fala* e a *escrita* e entre o *certo* e o *errado* na língua, destacando que a escrita é mais rigorosa e que a fala pode ter “erros”. O uso do verbo *admitir* entre aspas, aponta para uma não aceitação direta desses erros. Observamos que o sujeito enunciador enfatiza essa questão em Angola e que esse modo de enunciar pode ter resquícios do modo como era defendido o português correto no período colonial.

Outra possível leitura advém do significado que a polarização e a existência de um discurso modelo de língua implicam, conforme Ducrot (1987), que discute o pressuposto e o subentendido do enunciado. Para ele, não há uma neutralidade no enunciado, a frase e o enunciado possuem significações. Entre o escrito e o oral, está implícita a posição do sujeito enunciador, que tem a visão clássica de dicotomização do distinto e do vulgar, do científico e do popular, de maneira que o oral corresponde ao populista (BOURDIEU, 1983). Já entre as concepções de certo e de errado, há uma tendência em assumir o ideal de um padrão da língua, claro no uso do substantivo “erros”, para o uso da língua oral, pressupondo que, na linguagem escrita, eles não existem. Ao se posicionar dessa forma, assume-se uma visão hegemônica da língua, veiculando um discurso de norma padrão, no caso, a LP.

Notamos que para as línguas nacionais obterem um *status*, seria necessária a intervenção de um processo científico, conforme em:

SECTION Nº2

No que toca ao ensino das línguas e particularmente o da língua portuguesa como LS, esperamos que sejam criadas novas políticas: que sejam mais adequadas ao contexto sociolinguístico do País, claro sem deixar de parte as línguas locais, sobretudo que se dê continuidade à adopção de um alfabeto, para que se eliminem as assimetrias regionais de escrita e dê sustento aos estudos etnolinguísticos sobre as línguas indígenas já efectuados dentro e fora de Angola. A concretizar-se, não só facilitaria a adopção de metodologias adequadas para o ensino do português LS, como também iniciaria um processo científico das línguas nacionais, muitas delas ainda sem nenhum alfabeto concebido.§

Nesse excerto, consolidar políticas e estudos sobre as línguas nacionais facilitaria o desenvolvimento de metodologias para o ensino do português. Verificamos, desse modo, uma posição de que a língua só tem importância quando vira objeto de estudo para melhorar o ensino da LP. O estudo das línguas, assim, não seria para pensar no contexto sociolinguístico de Angola.

Notamos um discurso de inovação, no entanto, quando o enunciado diz que se espera que sejam criadas novas políticas, adequadas ao contexto de Angola. Esse discurso está atrelado a valores postos pelo sujeito que enuncia: por meio do adjetivo *adequado*, delinea-se um uso oportuno, apropriado a determinada condição.

Ainda a respeito do discurso de inovação, a partir de Sabaj e Varas (2019), podemos refletir sobre o termo inovação, sobre o objeto de estudo “discurso da inovação”, relacionando-o como uma prática social que expõe princípios epistemológicos sobre as noções de discurso e sobre a prática de inovação. Para os autores, “From our perspective, discourse in the social practice of innovation can be approached from different entries, e.g. actors, values, activities and objects, all interacting at once along different process stages” (SABAJ; VARAS, 2019, p. 84).

Diante do que o autor identifica como abordagens do discurso de inovação, relacionamos, com o enunciado, a questão do valor. Identificamos duas questões oportunizadas na perspectiva de valor sobre o discurso de inovação enquanto prática social: o enunciado demarca o valor da prática social de metodologias de ensino para a LP, bem como o valor do que é científico. Ou seja, as línguas nacionais terão reconhecimento quando tornarem-se escrita e quando forem objeto científico. Como pontuam os autores, “a inovação é uma prática social motivada por valores e um valor em si⁵⁶” (SABAJ; VARAS, 2019, p. 85). Acentua-se que a

⁵⁶ “it is also a value per se. In fact, doing things differently (i.e. a general definition of innovation)” (p. 85)

inovação pode estar relacionada à ideologia, posição normativa, e a atores envolvidos nas práticas sociais.

Percebemos que o discurso a favor da LP é sustentado na argumentação do pesquisador, circunscrevendo um modelo de língua, na intenção de incentivar a presença da língua local nas escolas, que não são prejudiciais ao falante da LP. Esse modo de enunciar a respeito da língua insere um valor apreciativo à LP e, não, às línguas nacionais. Isso pode ser relacionado com as discussões de Arnoux (2014), que têm como foco políticas linguísticas e a minorização linguística. Para a pesquisadora, ao se limitar o uso de determinadas línguas, tende-se a “[...] limitar las funciones de una lengua, los ámbitos de uso y, en consecuencia, no equiparla suficientemente para que se desempeñe en ellos, lo que trae aparejadas limitaciones discursivas” (ARNOUX, 2014, p. 2).

Pensando na posição do sujeito enunciador frente à produção acadêmica, trazemos as reflexões de Barzotto (2020) também, que desenvolve análises de textos acadêmicos, na intenção de compreender em que direção podem conduzir os leitores. Ele analisa textos produzidos em instituições que têm poder para argumentar sobre a língua e sobre o seu ensino, universidades, e argumenta que:

A hipótese que perseguimos é a de que os comentários a respeito da língua, de seus falantes e de seu ensino permitem apreender imagens desses três pólos que ora realçam lugares de poder, ora tendem a diminuir poderes que poderiam ser alcançados por meio do uso da língua própria da comunidade como a produção de peças culturais. (BARZOTTO, 2020, p. 308)

Nos textos analisados, notamos que os discursos atravessados demonstram reconhecer o multilinguismo em Angola e a LP como uma LE. Entretanto, demarcam que as LN estão em uma condição de serem dialetos, variedades, que não possuem um grau de complexidade. Desse modo, o sujeito enunciador continua não legitimando as LN, descrevendo-as como línguas que não são padrão, que não são de comunicação internacional, que não possuem o mesmo valor que a LP.

Notamos que esses discursos construídos no meio acadêmico podem recuperar discursos oficiais, aqueles assumidos pelo Estado, sustentando uma língua homogênea, que parece prevalecer. Como ressalta Eco (2018, p. 339), “procuram constituir uma língua da ciência, perfeita dentro do próprio âmbito, e de uso universal, sem, contudo, pretender que ela venha a substituir uma língua natural”.

A deslegitimação que o sujeito enunciador assume no tecido textual pode contribuir com a desvalorização da língua ou da variedade, ocorrendo, assim, um deslocamento social. Sobre esse deslocamento, Barzotto (1998, p.118) apresenta, em sua tese de doutorado, algumas perspectivas, localizando-o no espaço e no tempo. Destacamos dois tipos de deslocamento: i) apresentação de pessoas que autorizam o uso, expressando julgamentos favoráveis a esses recursos; iii) atribuição de seu uso a pessoas que têm um lugar de poder para falar. Relacionando esses deslocamentos com os excertos destacados, podemos concluir que a produção acadêmica marca fontes teóricas que são autorizadas a argumentar, mobilizando apenas afirmações que podem contribuir para a defesa do discurso.

Compreendemos que o sujeito, ao enunciar, pode propagar certas atitudes linguísticas, que ajudam a delimitar o conjunto de atitudes aceitáveis em relação à língua e a torná-las legítimas. Certas atitudes, no ensino, podem determinar aquilo que pode ser pensado sobre língua em sociedade (RUÍZ, 1988, p. 4)⁵⁷ e sustentam determinadas imagens que se tem da língua.

Salientamos que a imagem de língua constituída nos textos acadêmicos e que está sendo demarcada no ensino pode levar os leitores a desconsiderar a variedade de língua materna ou uma variedade do português, em busca de um deslocamento social. Afinal, quando os discursos materializados demarcam que o ensino de língua deve ser pautado no uso correto do português e, mais especificamente, na gramática, entendemos que esse posicionamento tem impacto nas atitudes dos sujeitos frente ao processo de ensino e de pesquisa.

⁵⁷ Ruíz (1988) aborda no contexto norteamericano, do início de década de 1980, duas perspectivas concorrentes: língua como problema *language-as-problem* e língua como direito *language-as-right*.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

é preciso não ficar envolvido nem mesmo de leve, nem por um instante, pela ideia de que uma determinada língua reflita uma determinada maneira de pensar e de enxergar o mundo, implicando um pensamento universal; quer dizer, é necessário que aquele modelo classificado como o “gênio” de uma língua seja relegado entre modalidades de uso superficial, que não atingem a estrutura profunda igual para todas as línguas. (UMBERTO ECO, p. 340)

Dada às análises dos textos acadêmicos, observamos que o sujeito enunciador tenta defender uma língua perfeita, ideal e tenta ocultar a existência das línguas locais. Se citarmos Eco, essa defesa estaria relacionada à crença de que como a estrutura da linguagem representaria a estrutura da realidade, portanto, a língua perfeita engendraria o mundo perfeito e uma língua universal – que seria falada por todos, ou ensinada, como alguns pesquisas do âmbito educacional mostraram.

O autor apresenta a defesa de não observar o mundo sob uma única perspectiva. Relacionando a isso, pensamos no viés da produção acadêmica em que podemos produzir a fim

de compreender a cultura local onde se vive desenvolvendo abordagens para o ensino na intenção de não negar-lhes nem a língua, nem a cultura, e não buscar substituí-la por outra considerada melhor. Também na relação do sujeito com a escrita acadêmico-científica destacamos que podemos observar também o discurso do outro e verificar a dinâmica de diálogo com as vozes citadas, para, a partir do embate com o outro, no caso os autores citados, fazer avaliações e posicionar-se de forma a construir a sua própria voz.

Os dados analisados permitiram mostrar como as imagens conformistas da legitimidade da Língua Padrão, em específico do português padrão, que são incorporadas ao pensamento e à escrita dos pesquisadores. Por meio das observações, chegamos a um posicionamento conformista dos pesquisadores em ocultar relações de poder, desigualdades inscritas na sociedade pós-independente, uma vez que os pesquisadores brasileiros e angolanos são investigadores que integram no movimento histórico de seus países que foram, e ainda são, marcados pelo colonialismo.

Ainda, nesse movimento de reprodução/transformação das condições ideológicas e assujeitamento frente a essa marca histórica, e delineia uma ausência da neutralidade científica, podendo reverberar um discurso implícito. As análises revelam estas estruturas escondidas, ocultas, identificadas no fio do discurso, ou do discurso indireto marcado pelo conformismo, a duplicidade e a dominação colonial. Diante desse ponto identificado da postura dos pesquisadores das universidades, especialmente nos textos em que nos detemos, verificamos um modo de conduzir os objetos de estudo e métodos, mobilizando teorias e discursos públicos que só reitera uma intenção de sustentação ideológica de um monolinguismo, neste entra a dominação,

Ao analisar os dados, notamos a posição do sujeito frente à defesa de unidade linguística, circunscrevendo um discurso hegemônico e criando uma imagem de unidade nacional da língua, e isso nos leva a reflexão de Eco que nos conduz a um passeio histórico por mais de dois mil anos e navega nos mares europeus ao reunir as utopias a respeito da busca de uma "língua perfeita" ou da "língua original". Eco (X) pontua que há uma diferença entre a procura da língua perfeita, movida talvez pela crença de que como a estrutura da linguagem representaria a estrutura da realidade; a língua perfeita engendraria o mundo perfeito e uma língua universal – que seria falada por todos, portanto os pesquisadores direcionam o leitor em compreender essa realidade em território angolano.

Se considerarmos que produção acadêmica tem um espaço de veracidade nas condições de produção do discurso, podemos pensar em um processo de minorização acadêmica que

consolida a imposição da Língua Portuguesa e ideológico que promovem a emancipação social conduzida por essa língua. Há, nesse espaço, uma voz que eufemiza e oculta o discurso sobre a imposição da língua. Além disso, verificamos um processo paradoxal, pois os discursos oficiais apresentam a tese de que é preciso “valorizar” as línguas e culturas nacionais, entretanto processos democráticos são circunscritos à língua portuguesa como espaço de poder, ascensão e domínio.

Pensamos “política” não só como o estabelecimento de normas legislativas ou de criação de movimentos de preservação, mas também como políticas *in vitro* (PUH, 2020), tendo como referência um sujeito com autoridade, ou pelos pesquisadores da esfera acadêmica que defendem determinados discursos. E essas figuras de autoridade possuem o domínio do discurso em determinadas condições de produção, como o caso dos enunciadores dos discursos na produção acadêmica.

Estabelecendo uma analogia com as proposições de Certeau (1998), que provoca discussões sobre a prática escriturística como sendo um local de passagem onde o que entra nela é um “recebido”, e o que sai dela é um produto, constatou-se que a autora do texto em análise apresenta uma passividade e um assujeitamento em face do não questionamento da imposição linguística em Angola. Isso se evidencia uma por se encontrar em um espaço de veiculação da informação e de uma instância que regulamenta as informações e produz uma pesquisa, na qual o que é escrito conserva e circunscreve uma apropriação do espaço exterior.

Em relação ao texto acadêmico da universidade brasileira, uma imagem de negativização da língua portuguesa em Angola, retratada pelas questões histórico-sociais. O conjunto do discurso perpassa uma imagem de contaminação das línguas, sendo um efeito negativo da língua portuguesa em contextos distintos.

Verificamos o deslocamento do sujeito sobre a língua com o que Bakhtin chama de *reavaliação* “o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para o outro” (p. 135), no caso a língua portuguesa ganha esse movimento de valor na produção acadêmica.

Mesmo que não seja o foco desta pesquisa verificar a produção acadêmica, além dos dados nos mostrarem a imagem de uma língua, podemos observar a produção acadêmica, ou seja, o lugar do sujeito enunciativo, podemos relacionar uma reflexão com o que Rossi-Land apresenta sobre a língua. Sendo ela um produtor da atividade humana, e que a língua uma dialética de satisfação social, compreenderemos a língua como trabalho humano, ou seja, como um objeto social necessário. Assim, os sujeitos enunciativos ao usarem a língua enquanto ferramenta de trabalho está produzindo ali um trabalho com a língua, uma vez que as palavras

são produtos do trabalho linguísticos e esses produtos são materiais e instrumentos usuais. Podemos pensar o trabalho como um movimento de produção, quando o sujeito reflete, produz, ele está fazendo um trabalho com a língua; entretanto, quando o sujeito enunciador reproduz, as teorias, os discursos oficiais, a manutenção de uma língua padrão, ele está apenas fazendo uma atividade com a língua.

10 REVISÃO SISTÊMICA

No contexto acadêmico, há diferentes pesquisas que tiveram como foco a análise de imagens de língua. As pesquisas, localizadas em banco de teses como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em *sites* de instituições de ensino superior, demonstraram que há trabalhos a respeito desses temas concentrados predominantemente em universidades portuguesas (total de 18), sendo concentradas na Universidade de Aveiro e na Universidade de Hamburg, e cinco pesquisas de universidades brasileiras, na Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Sergipe; e Universidade de São Paulo.

Ao realizar um desses trabalhos, observamos que o conceito do termo *imagem de língua ou imagens das línguas* é exposto por diferentes perspectivas teóricas. Os trabalhos produzidos dentro dos dois projetos acima citados delimitam de forma específica sua filiação teórica. Os trabalhos feitos na Universidade de Aveiro adotam a perspectiva da didática de línguas, enquanto o projeto da Universidade de São Paulo baseia-se nos fundamentos da Análise do Discurso, mais especificamente nos estudos de formações imaginárias de Pêcheux.

Esse levantamento objetiva verificar de que forma essas pesquisas se inserem no contexto dos trabalhos já produzidos, suas contribuições e peculiaridades na abordagem do tema serão expostas resumos dessas pesquisas de forma comentada, para que futuras pesquisas possam ter contato com estudos realizados. Em princípio, delimitamos em pesquisas que discutam imagens de língua.

Encontramos o projeto de pesquisa intitulado: “Imagens das Línguas na comunicação intercultural: contributos para o desenvolvimento da competência plurilíngue” que é coordenado pela professora Maria Helena Araújo e Sá. O projeto perpassa a pergunta de investigação: Que imagens acerca das línguas/culturas circulam em diferentes contextos sociais? Como evoluem? Através de que dinâmicas? A pesquisa discute conceitos sobre imagem, bem como desenvolve a pesquisa têm vindo a mostrar que a aprendizagem de uma língua implica a construção de imagens/representações dessa mesma língua, em termos do seu estatuto, funções, locutores, história, cultura, utilidade e particularidades.

Bohunovsky, R. (2005). **Imagens de uma língua: reflexões sobre o ensino de alemão como língua estrangeira no Brasil.** *Pandaemonium Germanicum*, (9), 327-344.

Este artigo propõe-se uma discussão crítica sobre o imaginário acerca da língua e da cultura alemãs, especificamente no Brasil. A partir disso, discute-se se o material didático utilizado no ensino de alemão como língua estrangeira pode contribuir para aumentar, estabilizar ou questionar esse imaginário – e, conseqüentemente, se o material didático atualmente utilizado no Brasil para o ensino de alemão é adequado para estimular os aprendizes dessa língua a desenvolverem um olhar mais crítico e atento acerca o referido imaginário.

JESUS, Agnaldo Almeida de. **A construção de imagens da Língua Portuguesa na mídia: um olhar discursivo.** *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 141-151, nov. 2013. ISSN 1983-3652. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/5030>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Este artigo examinou a construção de imagens da língua portuguesa na mídia, especificamente materiais referentes ao livro didático. O autor mobiliza correntes teóricas distintas da Análise do Discurso. Os dados indicam, diante dos recortes feitos, que a mídia colabora com o tradicionalismo visto em sala de aula constituindo uma forma normativa.

SOUSA, Greice de Nobrega e. Entre línguas de negócios e de cultura. **Sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola.** 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-17122007-115605. Acesso em: 2020-01-23.

Esta dissertação propõe a investigar as imagens de língua produzidas pelo aprendiz brasileiro sobre a língua inglesa e a espanhola. Partindo da corrente teórica da Análise do Discurso de linha francesa. A pesquisa explorou imagens detectadas nos aprendizes sobre essas línguas estrangeiras. A imagem predominante marca a relação de aprendiz/LI é a de que ela é uma língua de negócios, ganhando espaço em uma imagem de língua de cultura.

PRADO, Rafael Barreto do. **Imagens de língua na prosa literária brasileira: as narrativas do século XXI.** 2016. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-31072017-122908. Acesso em: 2020-01-24.

Esta tese investigou as imagens de língua em textos literários. O pesquisador selecionou 10 livros publicados no período de 2001 a 2013 no Brasil. O autor se apoia na Análise do Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux e em Roland Barthes. A defesa do trabalho consiste em discutir que as imagens presentes nas obras analisadas já circulam socialmente, com isso ele busca ver quais aparecem e como estão sendo trabalhadas nos *corpora*. O autor pontua que a imagem de língua apreendida pode se configurar como uma espécie de “escrita de si”, como a possibilidade de conhecer alguém ou a si mesmo, a partir do que se fala ou se escreve. A pesquisa parte do projeto “Imagens de língua: sujeito, deslocamento, conhecimento e tempo”.

REFERÊNCIA

ALGARVE, Giovana Mendonça. **A Língua Portuguesa e seu Papel na Estrutura Social Angolana**. 2016 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) —Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138924>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 2.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARAUJO, Augusto. **O texto acadêmico promocional e a ética do malandro: gestos de análise da incorporação de objetos discursivos em textos**. 2016. Tese (Doutorado em Filologia de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ARNOUX, Elvira Narvaja. Minorización Lingüística Y Diversidad: En Torno Al Español Y Al Portugués Como Lenguas Científicas. *In*: SEMINÁRIO IBEROAMERICANO DE DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA, UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA, 2014, Foz de Iguazú. **Anais [...]** Foz de Iguazú, 2014.

AUTHIER_REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

AUTHIER_REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARZOTTO, Valdir Heitor. A expressão da modalidade linguística e a análise de textos acadêmicos. *In*: CUNHA, Cleide Lúcia; PIRIS, Eduardo Lopes; CARLOS, Josely Teixeira. (org.). **Abordagens metodológicas em estudos discursivos**. São Paulo: Paulistana, 2010a.

BARZOTTO, Valdir. A expressão da modalidade linguística e a análise de textos acadêmicos. *In*: BARZOTTO, Valdir. **Abordagens metodológicas em estudos discursivos**. São Paulo: Paulistana, 2010b.

BARZOTTO, Valdir Heitor. Discurso, poder e educação: imagens da língua, de seus falantes e de seus professores. *In*: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto *et al.* (org.). **Discurso e poder**: teoria e análise. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 308-319. DOI: 10.11606/9786587621241.

BLANCHET, P.; CONAN, S. C. Passer de l'exclusion à l'inclusion : des expériences réussies d'éducation à et par la diversité linguistique à l'école. **Migrations et Sociétés**, v. 162, n. 6, p. 49-70, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées'. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 145, p. 3-8, 2002/5. As condições sociais da circulação internacional das ideias, p.1-11. Tradução: Luiz Felipe Martins Candido.

BOURDIEU, Pierre, Boltanski Luc. Le fétichisme de la langue. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 1, n. 4, p. 2-32, jui. 1975.

BOURDIEU, Pierre. O que falar quer dizer. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO FRANCESA DOS DOCENTES DE FRANCÊS, 1977, Limoges. **Intervenção [...] Limoges**, 1977. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/3-bourdieu-o-que-falar-quer-dizer.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu; ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

BRITO NETO, M. **Historia e educação em Angola**: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). 2005. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252396>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CALVET, Louis-Jean. **Por uma ecoloxía das línguas do mundo**. Tradução de Alfredo Iglesias Diéguez. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2004. p. 149-188.

CALVET, Louis-Jean. **Lingüística y colonialismo**. 1º ed, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**: Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, dez. 2011. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

CONCEIÇÃO NETO, M. da. Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961). **África**, n. 35, p. 119-127, 2015a. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p119-127>.

CRISMORE, Avon. **Talking with readers**: metadiscourse as rhetorical act. New York: Bern; Paris: Lang, 1989.

DAMON, Mayaffre. Francine Mazière. *L'analyse du discours. Histoire et pratiques*. Paris : PUF (« Que sais-je ? » n°3735), juin 2005, 127 pages (8 €). *Corpus*, n. 4, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpus/321>. Acesso em: 4 maio 2020.

DAUZAT, Albert. *Les Patois*. Paris: Delagrave, 1927.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1975.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. **O dizer e o dito**, v. 2, 1987.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em Processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GINZBURG, Carlo *et al.* Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, emblemas, sinais**, p. 143-179, 1989. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/cehm_0396-9045_2004_num_27_1_1608. Acesso em: 17 out. 2020.

GOMES, Silvestre Filipe. **Relações entre língua oficial e línguas locais na escola**: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português. 2014. 155f.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1990.

JORNAL DE ANGOLA, 21 fev. 2018. C. Esteves, Produtor. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/linguas_nacionais_ao_tem_estatuto_proprio. Acesso em: 25 abr. 2019.

KABATEK, Johannes. ¿ En qué consiste o ausbau dunha lingua?. In: **A estandarización do léxico**. Consello da Cultura Galega, 2003. p. 37-51.

KLEMPERER, V. **LTI: a linguagem do terceiro Reich**. Tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KLOSS, Heinz. 'Abstand languages' and 'ausbau languages'. **Anthropological linguistics**, p. 29-41, 1967.

KOCH, Walter. Deutsche Sprachinseln in Südbrasilien. Möglichkeiten und Probleme Ihrer Untersuchung. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hrsg). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik**: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. S. 307-322.

LAMBERT, Willian W.; LAMBERT, Wallace E. **Psicologia social**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MARIN, Louis. **Des pouvoirs de l'image**: gloses. Paris: Seuil, 1993.

MELLET, Sylvie. Corpus et recherches linguistiques. *Corpus*, n. 1, 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corpus/7>. Acesso em: 4 maio 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA DE ANGOLA. **Projecto de Lei sobre os Estatutos das Línguas Nacionais**. República de Angola, Luanda, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users//Downloads/Ante-Projecto_de_Lei_do_Estatuto_das_Linguas_Nacionais_\(30.12.10\)%20\(5\).pdf](file:///C:/Users//Downloads/Ante-Projecto_de_Lei_do_Estatuto_das_Linguas_Nacionais_(30.12.10)%20(5).pdf). Acesso em: 5 maio 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA DE ANGOLA. **Projecto de Lei sobre os Estatutos das Línguas Nacionais**. República de Angola. Luanda. 2011. Disponível em: [file:///C:/Users//Downloads/Ante-Projecto_de_Lei_do_Estatuto_das_Linguas_Nacionais_\(30.12.10\)%20\(5\).pdf](file:///C:/Users//Downloads/Ante-Projecto_de_Lei_do_Estatuto_das_Linguas_Nacionais_(30.12.10)%20(5).pdf). Acesso em: 5 maio 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOZZILLO, Isabella. **O mito da pureza lingüística confrontado pelo conceito de code-switching**. VIII CELSUL, UFSM, 2008.

MUNIZ, Kassandra. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística " crítica": performatividade, política e identificação racial no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 32, n. 3, p. 767-786, 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 152-221.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **Terra à Vista**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. La langue introuvable. **CTheory**, v. 15, n. 1-3, p. 27-34, 1991.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

PEREIRA, Telma; COSTA, Débora. Representação linguística: perspectivas práticas e teóricas. **Gragoatá**, Niterói, n. 32, p. 171-188, jan./jun. 2012.

PINTO, Susana. **Imagens das línguas estrangeiras de alunos universitários portugueses. [Portuguese students' images of Foreign Languages]**. 2005. Tese de Doutorado. Tese de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro (não publicada).

POTTIER, Bernard. **Linguística geral: teoria e descrição**. Tradução e adaptação portuguesa de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978.

POTTIER, Bernard. L'organisation des catégories modales. **Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales**, n. 27, p. 17-21, 2004. DOI 10.3406/cehm.2004.1608.

PRADO, Rafael Barreto do. **Imagens de língua na prosa literária brasileira: as narrativas do século XXI**. 2016. 215f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RECANATI, François. **La Transparence Et L'énonciation**, Pour. introduire à la pragmatique. Local: França, French Edition editora, 1979.

RIEHL, Cláudia Maria. Discontinuous language spaces (Sprachinseln). *In*: AUER, Peter; SCHMIDT, Jürgen Erich (ed.). **Language and space: theories and methods (HSK 30.1)**. Berlin: New York: de Gruyter, 2010. p. 332-354.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel, 1985.

RUIZ, Richard. Orientations in Language Planning. *In*: McKAY, Sandra Lee; WONG, Sau-ling Cynthia (ed.). **Language diversity: problem or resource?** Boston, USA: Heinle & Heinle Publishers, 1988. p. 3-25.

SABAJ, Omar; VARAS, Germán. The discourse of innovation: A research program to analyze the sociodiscursive practices of innovation projects. **Árboles y Rizomas**, Universidad de Santiago de Chile, v. 1, n. 2, p. 82-94, jul./dic. 2019. ISSN 0719-9805. DOI <https://doi.org/10.35588/ayr.v1i2.3932>.

SCHLIEBEN-LANGE, B. **História do Falar e História da Linguística**. Trad. Fernando Tarallo *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SOUZA, Sheila Perina. Entre incorporação do português angolano e a imposição da norma padrão de Portugal na escola angolana. **Cadernos CIMEAC**, v. 9, n. 1, p. 101-124, jul. 2019. ISSN 2178-9770. Disponível em: <http://seer.ufm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/3863>. Acesso em: 12 dez. 2020. DOI:<https://doi.org/10.18554/cimeac.v9i1.3863>.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 1995.

TIMBANE, Alexandre António. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. **Confluências**, Rio de Janeiro, n. 43, 2. ed., 263-289, 2013.

TROUCHE, G, Lygua. **O Marquês de Pombal E A Implantação Da Língua Portuguesa No Brasil Reflexões Sobre A Proposta Do Diretório De 1757**. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm. Acesso em: 17 nov. 2019.

VALADARES, Josiel Lopes *et al.* Brasil e Angola: convergências e divergências epistemológicas sobre os modelos de administração pública. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 131-142, ago. 2013.

WEINREICH, U. **Languages in contact: Findings and problems**. New York: Publications of the Linguistic Circle of New York 1, 1953.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. **A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1844/5/Domingos%20Gabriel%20Dele%20Zau%20A%20L%20C%20ADngua%20Portuguesa%20em%20Angola.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

